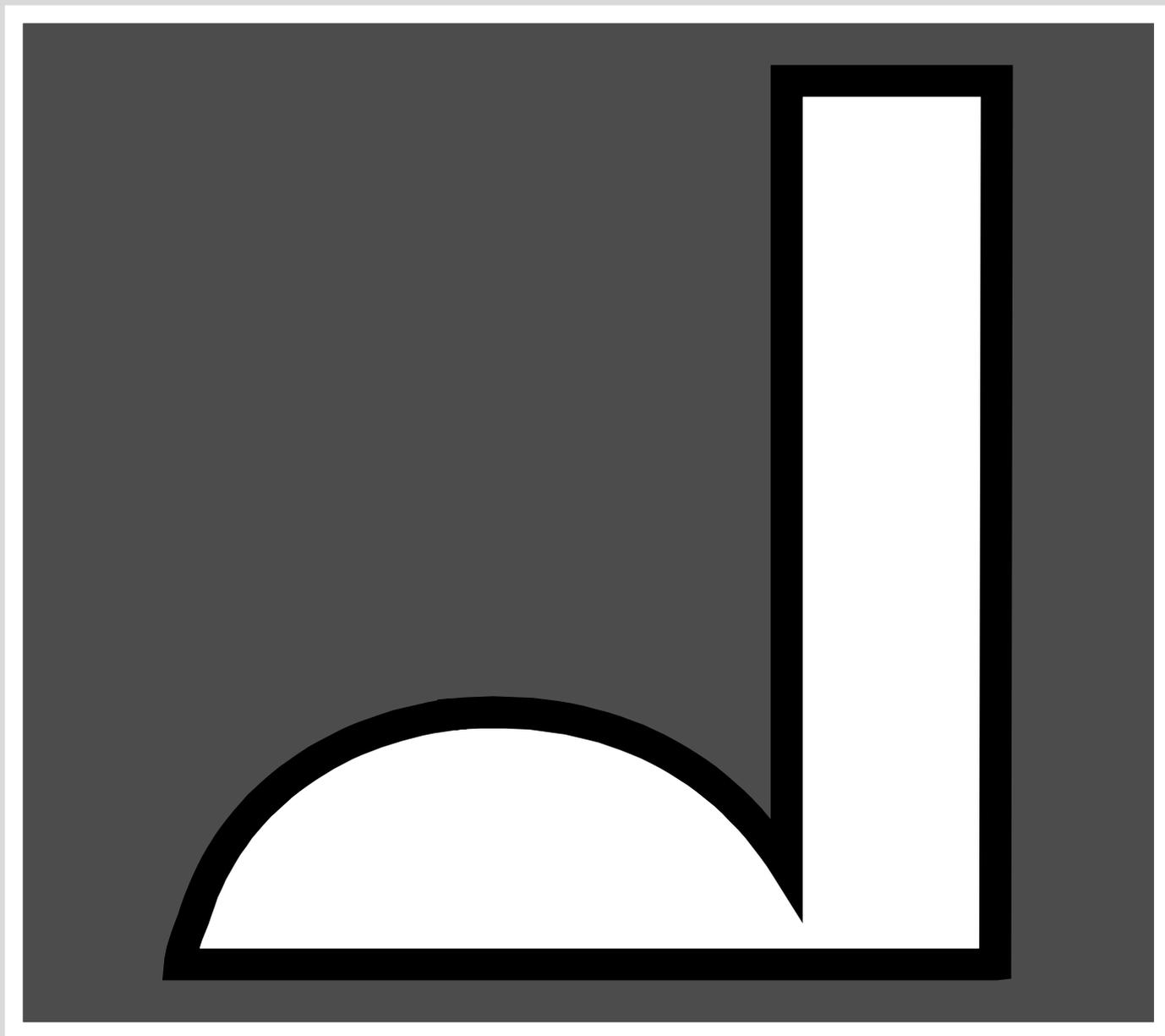




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 003 - TERÇA-FEIRA, 06 DE FEVEREIRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL A REALIZAR-SE NO DIA 6 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO, TERÇA-FEIRA, ÀS 18:30 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

SUMÁRIO

SENADO FEDERAL

1 – ATA DA 3ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE FEVEREIRO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Ministro de Estado do Meio Ambiente

Nº 368/2000, de 28 de dezembro de 2000, informando as providências adotadas em relação às recomendações contidas no Relatório Final da Comissão Temporária destinada a acompanhar o atendimento às vítimas das enchentes em Pernambuco e Alagoas. Anexado ao Requerimento nº 426, de 2000. 00336

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nº 256/2000, de 28 de dezembro de 2000, informando as providências adotadas em relação às recomendações contidas no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias sobre a atividade de mineração no Brasil. Anexado ao Requerimento nº 185, de 1995. 00337

1.2.3 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 1.587/2000, de 27 de dezembro de 2000, informando as providências adotadas em

relação a denúncias protocoladas perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário. Anexado ao Requerimento nº 118, de 1999. 00338

Nºs 3 e 4/2001, de 2 e 3 de janeiro último, respectivamente, informando as providências em curso, relativas a denúncias protocoladas perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário. Anexado ao Requerimento nº 118, de 1999. ... 00338

1.2.4 – Ofício da Justiça Federal do Estado de Santa Catarina

Nº 112/2000, de 19 de dezembro de 2000, informando as providências adotadas em relação às recomendações contidas no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos/Precatórios. Anexado ao Requerimento nº 1.101, de 1996. 00339

1.2.5 – Ofício do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Nº 9.007/2000, de 13 de outubro de 2000, comunicando as providências adotadas em resposta ao Ofício nº 280-4, de 2000, da Presidência do Senado Federal. Anexado ao Requerimento nº 118, de 1999. 00340

1.2.6 – Ofício do Ministério Público do Estado de São Paulo

Nº 590/2000, de 15 de dezembro de 2000, comunicando as providências adotadas em resposta ao Ofício nº 1.485, de 2000, da Presidência

do Senado Federal. Anexado ao Requerimento nº 118, de 1999.	00340	vos aos Srs. Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho.	00348
1.2.7 – Ofício do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo		SENADORA <i>EMILIA FERNANDES</i> – Transcrição da Declaração Final do Fórum Parlamentar Mundial no contexto do Fórum Social Mundial, realizado recentemente em Porto Alegre/RS.....	00349
Nº 839/2000, de 28 de dezembro de 2000, comunicando as providências adotadas em relação a documentos protocolados perante Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário. Anexado ao Requerimento nº 118, de 1999.....	00340	SENADOR <i>RAMEZ TEBET</i> – Solicitação ao governo federal para exclusão do Estado de Mato Grosso do Sul como zona de risco de febre aftosa.....	00354
1.2.8 – Ofício do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso		SENADOR <i>JÚLIO EDUARDO</i> – Balanço da atuação parlamentar de S. Ex ^a por ocasião de sua despedida do Senado Federal. Transcrição do artigo do jornalista Elio Gaspari, publicado no jornal Folha de S.Paulo , intitulado "Jefferson Pêres é perigoso. É um homem decente".....	00357
Nº 6/2001, de 15 de janeiro último, informando as providências adotadas em relação a denúncias apresentadas perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário. Anexado ao Requerimento nº 118, de 1999.....	00340	O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Congratulações ao Senador Júlio Eduardo pelo trabalho realizado durante o período em que substituiu a Senadora Marina Silva no Senado Federal.....	00363
1.2.9 – Ofício do Ministério Público do Estado do Espírito Santo		1.2.12 – Leitura de requerimento	
Nº 1.580/2000, de 27 de dezembro de 2000, credenciando servidor para receber documentação protocolada perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário (Anexado ao Requerimento nº 118, de 1999). Documentação já encaminhada à autoridade requerente.....	00341	Nº 6, de 2001, de autoria do Senador Paulo Hartung, solicitando a convocação do Ministro das Relações Exteriores, para, perante o Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos sobre o embargo comercial canadense à carne bovina brasileira, bem como, sobre o impasse entre Brasil e Canadá, envolvendo subsídios do governo canadense ao setor de aviação. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.	00363
1.2.10 – Ofícios		1.2.13 – Discursos do Expediente (Continuação)	
Nº 8/2001, de 30 de janeiro último, do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando retificação no registro de comparecimento à sessão do dia 27 de junho de 2000, para que conste a sua presença. À publicação.....	00342	SENADOR <i>CARLOS PATROCÍNIO</i> – Aplausos ao requerimento de iniciativa do Senador Paulo Hartung, que solicita a convocação do Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para prestar esclarecimentos sobre o embargo comercial à carne bovina brasileira. Defesa da aprovação de projeto de lei de sua autoria, em tramitação na Câmara dos Deputados, que flexibiliza a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS para aquisição da casa própria por qualquer sistema financeiro habitacional.....	00363
Nºs 104, 110, 113, 124 a 126, 138, 139, 141, 153 e 160/2001, de 26 e 29 de janeiro último, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 2.082-40, 2.090-18, 2.093-21, 2.088-36, 2.097-36, 2.101-28, 2.113-27, 2.114-75, 2.116-15, 2.131-1 e 2.137-1, de 2001, respectivamente.	00342	O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Votos de plena recuperação ao cantor e compositor do conjunto Paralamas do Sucesso, Herbert Vianna, acidentado ontem no Rio de Janeiro.	00368
1.2.11 – Discursos do Expediente		SENADOR <i>PAULO HARTUNG</i> – Satisfação com a indicação da Pastoral da Criança da CNBB, para receber o Prêmio Nobel da Paz.....	00369
SENADOR <i>JUVÊNCIO DA FONSECA</i> – Precariedade da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul. Defesa da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que dá autonomia administrativa e financeira às defensorias públicas.....	00344		
SENADOR <i>LÚCIO ALCÂNTARA</i> – Congratulações ao Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, pelos seus 22 anos de existência.	00347		
SENADOR <i>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</i> – Censura pública ao Procurador Geral da União, Sr. Geraldo Brindeiro, acerca de ausência de resposta ao Poder Legislativo e de providências referentes a documentos enviados pelo Conselho de Ética do Senado Federal relati-			

SENADOR *OSMAR DIAS* – Justificativa à apresentação de Requerimento de convocação dos Ministros Pratiní de Moraes, da Agricultura, e Celso Lafer, das Relações Exteriores, para expor as providências adotadas pelo Brasil frente à proibição de importação de carne brasileira por parte dos países integrantes do Nafta. 00374

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Defesa da soberania brasileira sobre a Amazônia, em contrapartida ao movimento de internacionalização daquela área. 00377

SENADOR *MAURO MIRANDA* – Solidariedade aos trabalhadores autônomos transportadores de carga face ao aumento do ICMS sobre combustíveis adotado pelo governo do Estado de Goiás. 00378

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Defesa da possibilidade da quebra administrativa do sigilo bancário. Considerações sobre a regulamentação da tramitação de Requerimentos de informações pela Mesa Diretora. Relatório da visita feita ontem, em São Paulo, ao Senador José Sarney, submetido a procedimento cirúrgico. 00380

1.2.14 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Preocupação de S. Ex^a com o processo de adequação do Estado do Tocantins aos limites de gastos públicos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. 00382

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Nº 1, de 2001 00385

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 72 a 83, de 2001. 00386

4 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 3ª Sessão Não Deliberativa em 5 de fevereiro de 2001

4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Carlos Patrocínio e Eduardo Suplicy

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

So bre a mesa, avi so que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

AVISO Nº 368/2000-MMA/GM

Brasília, 28 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Refiro-me ao Ofício nº SF/1.437/2000, de 18 de outubro de 2000, em que Vossa Excelência encaminha exemplar do **Diário do Senado Federal** nº 155, de 6 de outubro de 2000, que publica o Relatório Final da Comissão Temporária criada por iniciativa do Senador Roberto Freire, no qual se recomenda a urgente criação de Comitês de Bacias Hidrográficas, nos termos definidos pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, criada pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Dentre os dispositivos da Lei nº 9.433, a “Lei das Águas”, alguns dos mais importantes dizem respeito à participação da sociedade no processo decisório da gestão de recursos hídricos. Esta participação acontece principalmente no Comitê de Bacia Hidrográfica, coração do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A Lei das Águas, promulgada em janeiro de 1997, teve, inicialmente, regulamentado o capítulo referente ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, devido à sua importância para o funcionamento do Sistema. Ressaltam-se as dificuldades técnicas e legais para regulamentar o restante da matéria, dada a complexidade dos assuntos tratados.

Uma das inovações da referida lei é que a sociedade deve se organizar para a formação dos Comitês, modificando a prática do passado, onde o Poder Executivo implantava os Comitês, sem a participação dos

diferentes agentes interessados no uso dos recursos hídricos.

Por outro lado, a falta da regulamentação da lei retardou a formação de Comitês, lacuna que veio a ser sanada pela edição da Resolução nº 5, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, estabelecendo diretrizes gerais para este fim.

Com essa medida, além de quatro Comitês criados anteriormente à Lei das Águas, que estão sendo reformulados para adequá-los às disposições da referida lei, propostas de criação de Comitês estão sendo estudadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que tem a atribuição de aprová-los. Dentre eles, destacam-se os Comitês das Bacias dos rios Doce, Mucuri, Jucuruçu e Buranhém.

As áreas referidas no Relatório Final da supracitada Comissão pertencem, principalmente, às Bacias dos rios Mundaú e Una, em análise na Secretaria de Recursos Hídricos deste Ministério, com vistas à formação dos respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas, o que, todavia, ainda demandará algum tempo, tendo em vista que a formação e implementação de um Comitê de Bacia Hidrográfica é um processo de mobilização e articulação envolvendo vários segmentos da sociedade.

Vale dizer, Senhor Presidente, os efeitos de enteches e desmoramentos não encontram na criação de Comitês de Bacia a solução de curto prazo. A imediata reversão desses efeitos se dá por ação dos órgãos de Defesa Civil que atuaram no sinistro apontado no ofício de Vossa Excelência.

Para conhecimento de Vossa Excelência, encaminho, em anexo, o Despacho do Senhor Raymundo José Santos Garrido, Secretário de Recursos Hídricos, deste Ministério, datado de 27 de dezembro de 2000.

Atenciosamente, – **José Sarney Filho**, Ministro de Estado do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O aviso lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 426, de 2000.

So bre a mesa, avi so que será lido pelo Sr. 1º Se-cretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

Aviso nº 256/MME

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº SF/1.309, de 13 de setembro de 2000, que trata do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 185/95, destinada a apurar denúncias veiculadas na Imprensa Nacional sobre a atividade de mineração no Brasil, transmi to a Vossa Excelência as seguintes informações:

1 – Quanto ao item 5 das recomendações do Relatório – o Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM absteve-se de implementar a recomendação constante do referido item, em virtude do cumprimento da legislação mineral brasileira em vigor. Nesse item, foi recomendado, por solicitação das Cooperativas e Sindicatos de Garimpeiros, que se fizesse análise e revisão de dados constantes nos Relatórios de Pesquisa das áreas requeridas pela MS Mineração Ltda. Cabe assinalar que tal procedimento não é previsto na legislação. O Relatório de Pesquisa é analisado por técnico do DNPM, habilitado para tal, não sendo permitida ingerência externa de qualquer natureza.

2 – Quanto ao item 6 das recomendações do Relatório – não houve descumprimento do item II dos Alvarás de Pesquisa referentes aos Processos de Mineração nºs 880.391/87 e 880.393/87. Quanto à questão do não-cumprimento do Acordo de Ordenamento entre a MS Mineração Ltda. e as Cooperativas de Garimpeiros, cumpre informar que tal Acordo, na verdade, foi uma tentativa de entendimento entre as partes envolvidas, não cabendo ao DNPM exigir o seu fiel cumprimento, por não ser de sua alçada legal este tipo de procedimento.

(Fls. 2 do Aviso nº 256/MME, de 28 de dezembro de 2000.)

3 – Quanto ao item 7 das recomendações do Relatório – a Lei nº 7.805/89, que cria o regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), estabelece que as Cooperativas de Garimpeiros terão prioridade nas áreas onde estejam atuando, desde que a ocupação tenha ocorrido nos seguintes casos:

I – em áreas consideradas livres nos termos do Decreto-Lei nº 227/67 (Código de Mineração);

II – em áreas requeridas com prioridade, até a entrada em vigor desta lei; e

III – em áreas onde sejam titulares de lavra garimpeira. No item em questão, não ocorreu nenhuma das três situações elencadas na lei. A Cooperativa dos Garimpeiros de Rondônia Ltda. protocolizou o requerimento de PLG nº 880.139, em 1989. A Cooperativa Mineradora dos Garimpeiros de Rondônia Ltda., com o requerimento de PLG nº 880.034, deu entrada no ano de 1992. Entretanto, as áreas pretendidas pelas duas cooperativas, objeto das PLG citadas, já tinham sido requeridas, desde 1987, para pesquisas por parte da MS Mineração, posteriormente sucedida pela Empresa Brasileira de Estanho S.A. – EBESA, Processos nºs 880.391/87 e 880.393/87. Os respectivos Alvarás foram expedidos em 1988.

Tendo em vista a complexidade da situação existente na região, foi firmado um Acordo de Ordenamento, em 1990, entre a Ebesa e as cooperativas, visando disciplinar a exploração do jazimento e consequentemente reduzir os conflitos sociais ali constatados.

As concessões de lavra (referentes aos Processos nºs 880.391/87 e 880.393/87) foram outorgadas à Ebesa, em 1991, para produzir e comercializar o produto da lavra na região de Bom Futuro. A titular dos direitos minerários exigiu, por força do mencionado Acordo de Ordenamento: que a continuidade das atividades extrativas dos cooperados, ficasse subordinada ao seu Plano de Aproveitamento Econômico, aprovado pelo DNPM e ao respectivo Plano de Controle Ambiental; e que parte da produção das cooperativas fosse comercializada pela Ebesa para adquirentes indicados e escolhidos pelos cooperados.

Posteriormente, as cooperativas optaram por questionar judicialmente os títulos minerários, outorgados pelo Governo Federal (DNPM e Ministério de Minas e Energia) à Ebesa, sob alegação de que teriam benefício de prioridade constitucional, para o recebimento das concessões de lavra. Tais ações, até o momento, continuam tramitando no Poder Judiciário, sem a participação do DNPM.

(Fls. 3 do Aviso nº 256/MME, de 28 de dezembro de 2000.)

4 – Quanto ao item 8 das recomendações do Relatório – sobre a questão ambiental – o DNPM tomou todas as providências, solicitando que a Cooperativa Mista dos Garimpeiros do Centro Leste de Minas Gerais – COOGEMIG, permissionária, apresentasse ao DNPM a correspondente Licença Ambiental, o que foi realmente efetivado (cópia anexa).

Quanto ao descumprimento dos termos de acordo inserido no processo de outorga da Permissão de Lavra – no período de 8-10-96 a 17-10-96, o

DNPM realizou vistoria **in loco** e constatou que a COOGEMIG estava sob nova direção e com novos compromissos sendo firmados, com os membros da antiga Associação dos Garimpeiros de Nova Era, para realização de lavra conjunta e retirada de ações movidas por ambas as partes perante o Poder Judiciário.

Atenciosamente, **Rodolpho Tourinho Neto**, Ministro de Estado de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O aviso lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 185, de 1995.

Sobre a mesa avisos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidos os seguintes:

Aviso nº 1.587 – GP/TCU

Em, 27 de dezembro de 2000

Senhor Senador,

Em atenção ao Ofício nº 281-11/2000-PRES, dessa procedência, informo a Vossa Excelência que em virtude dos apontamentos resultantes da CPI do Judiciário, levantados por essa Casa Legislativa, este Tribunal exarou a Decisão nº 1056/2000-TCU-Plenário, determinando à Unidade básica competente desta Corte de Contas, entre outras providências, a apuração dos fatos inéditos ou que necessitem de maior aprofundamento e o encaminhamento de cópia dos documentos que não se referem a órgãos jurisdicionados ao TCU aos Tribunais de Contas correspondentes.

Por oportuno, encaminho a V. Exa. cópia da referida Decisão Plenária, do relatório e voto que a precedem, bem como dos encaminhamentos dela decorrentes.

Atenciosamente, **Iram Saraiva**, Presidente.

Aviso nº 3-GP/TCU

Em, 2 de janeiro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção ao OF.281-11/2000 – PRES, dessa procedência, informo à V. Exª as ações de fiscalização empreendidas por este Tribunal em relação aos fatos constantes do resumo da correspondência acima citada, relativamente ao Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região, e que foram ou estão sendo apurados nos seguintes processos:

– TC-350.130/1995-7 – Tomada de Contas Especial do TRT – 16ª Região, instaurada pela Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado do Maranhão, em observância ao item 8.1 da Decisão nº

250/95-TCU-Plenário, após apuração de irregularidades na concessão de diárias a servidores do TRT, motivada por denúncia do Sindicato de Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado do Maranhão – SINTRAJUFE/MA, originária do TC-021.295/1994-8, ao qual este foi juntado. Processo no Gabinete do Procurador-Geral do TCU desde 4-12-2000 com proposta de mérito.

– TC-350.296/1995-2 – Denúncia contra ato do Presidente do TRT – 16ª Região que demitiu o Sr. Paulo Roberto Rios Ribeiro, então Presidente do SINTRAJUFE. Arguição de ilegalidade do ato. Invocação do art. 55, § 2º, da Lei nº 8.443/92 (Orgânica do TCU). Ato contraditado objeto de ação judicial. Pela Decisão nº 155/95 – TCU – Plenário, foi decidido conhecer da denúncia para, no mérito, considerar que foge à competência deste Tribunal pronunciar-se ou determinar providências em relação aos fatos específicos suscitados na denúncia, enquanto a questão estiver “sub-judice.” Processo encerrado.

– TC – 350.040/1993-1 – Denúncia contra o Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região. Decisão nº 085/95 – Ata 9 – Plenário, do Tribunal, determina ao órgão destinar as funções gratificadas, criadas pela Lei 7.819/89, tão-somente a servidores de cargo de provimento efetivo de seu Quadro Permanente de Pessoal. STF comunica deferimento, em parte, do mandado de segurança número 22321, impetrado pelo Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região, contra a decisão do TCU, anulando as decisões nºs 531/94, 085/95 e 241/95, na parte em que determinaram ao TRT – 16ª Região “que destine as funções gratificadas, criadas pela Lei nº 7.819, de 15 de setembro de 1989, tão-somente a servidores de cargos de provimento efetivo de seu Quadro Permanente de Pessoal” (Processo TC-001.172/1998-0). Processos encerrados.

– TC-018.730/1996-5 – Denúncia contra o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região a respeito de contratação indevida da Empresa Curso Reciclagem LTDA., para ministração de cursos na área jurídica. Pela Decisão 439/98 – Plenário – Ata 27/98, o Tribunal, diante das razões expostas pelo Relator, decide considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, com binado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93. Processo encerrado e juntado ao

TC-350.174/1997-0 (Prestação de Contas de 1996 do TRT – 16ª Região).

– TC-013.225/1997-9 – Denúncia sobre irregularidades no preenchimento de cargo de confiança, consistindo em nomeação de parente de magistrado para ocupação de cargo em comissão na Junta de Conciliação e Julgamento de Barra do Corda/MA. Impetrado Pedido de Reexame da Decisão nº 566/98, do TCU, que determinou revogação do ato de nomeação, sendo negado o seu provimento. Novamente o órgão se insurge contra referida Decisão do TCU, ingressando com Embargos de Declaração, não sendo conhecida a petição por não preencher os requisitos de legitimidade, visto estar firmada por Juiz sem competência para representar o TRT – 16ª Região junto a Tribunais Superiores. O TRT acata Decisão e revoga o ato de nomeação questionado. Processo encerrado.

Respeitosamente, **Humberto Guimarães Souto**, Presidente.

Aviso nº 4 – GP/TCU

Em, 3 de janeiro de 2001

Senhor Senador,

Em atenção ao Ofício nº 281-11/2000-PRES, dessa procedência, informo a Vossa Excelência que, com relação à denúncia contra o TRT 18ª Região, que versa sobre a ilegalidade de concessão de licença-prêmio a magistrado, relacionada no documento nº 013646-99 dos apontamentos resultantes da CPI do Judiciário, levantados por essa Casa Legislativa, este Tribunal já se manifestou a respeito nos autos do TC 325.205/1994-9, conforme Decisão nº 299/1995-TCU-Plenário, cuja cópia, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentaram, segue anexa.

Atenciosamente, **Humberto Guimarães Souto**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os avisos lidos vão à publicação e serão anexados ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

Ofício nº 112/2000/Gab

Florianópolis(SC), 19 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em conformidade com o que determina a Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, art. 2º, parágrafo único, o breve relatório e

atual fase do processo-crime nº 2000.72.00.001926-0, em questão denunciados Paulo Afonso Evangelista Vieira e outros, que teve origem nos fatos apurados pela Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos estaduais e municipais, nos anos de 1995 e 1996", que teve curso no Senado da República, o seguinte:

1) A denúncia foi recebida em duas oportunidades, ou seja, em 16-5-2000 e 7-8-2000;

2) os interrogatórios dos denunciados ocorreram nas datas seguintes:

22-6-2000 – Fábio Barreto Nahoum, Mauro Enrico Barreto Nahoum e Ronaldo Ganon (conforme esclarecido adiante);

23-8-2000 – Nivaldo Furtado de Almeida e Wagner Baptista Ramos;

20-9-2000 – Paulo Sérgio Galotti Prisco Paraíso e Oscar Falk;

22-9-2000 – João Carlos Von Hohendorff, Maurício Luiz Pasqualini, Fernando Ferreira de Mello Júnior; e

25-9-2000 – Paulo Afonso Evangelista Vieira, Marco Aurélio de Andrade Dutra e Francisco José Grossi, Jairo da Cruz Ferreira.

Relativamente ao co-denunciado Napoleão Xavier do Amarante, seu interrogatório designado inicialmente para o dia 20-9-2000, foi suspenso por medida liminar no **Habeas Corpus** nº 2000.04.01.110148-9/SC, sendo que, ao final, foi denegada a ordem no mencionado **habeas corpus**, pela Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional Federal da Quarta Região, vencida a Juíza Ellen Gracie Northfleet, hoje Ministra do Supremo Tribunal Federal.

Em decorrência, foi designada a data de 18-12-2000, para o interrogatório de Napoleão Xavier do Amarante, ao qual este não compareceu, alegando motivo de saúde, sendo designada, em substituição, nova data, ou seja, 19-1-2001.

No que se refere aos co-denunciados Fábio Barreto Nahoum, Mauro Enrico Barreto Nahoum e Ronaldo Ganon, estes se negaram a responder as perguntas de seus interrogatórios, sob a alegação de que somente o fariam após definida a competência, o que ocorreu através da Exceção de Incompetência e, em decorrência foi designado o dia 9-2-2002, para referido ato processual (interrogatórios).

Atualmente, pois, o processo-crime em questão se encontra aguardando as audiências designadas e antes referidas.

Saudações, – **Celso Wigger**, Juiz Federal Substituto, Vara Federal Criminal, Circunscrição Judiciária de Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 1.101, de 1996.

Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidos os seguintes:

Ofício GPR/Nº 9.007/2000

Brasília/DF, 13 de outubro de 2000

Senhor Presidente,

Em atenção e resposta ao Ofício nº 280-4/2000 – PRES, data do de 3 do corrente, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para informar-lhe que os elementos ali referidos foram prontamente encaminhados à Corregedoria de Justiça deste Tribunal, para as devidas providências, na forma da lei e do Regimento Interno desta Corte.

Atenciosamente, – Desembargador **Edmundo Minervino**, Presidente.

Ofício nº 590/00 – FCO

Procedimento nº 64.106.0/2 – TJ

(favor utilizar esta referência)

São Paulo, 15 de dezembro de 2000

Senhor Senador,

Por delegação do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça (artigo 116, inciso XIV, da Lei Orgânica do Ministério Público e Portarias 1219 a 1222/00) e em atenção ao ofício SF/1485/00, de 20 de outubro de 2000, informo a Vossa Excelência que foi instaurado procedimento nesta Procuradoria Geral de Justiça para apurar irregularidades nas adoções internacionais ocorridas na comarca de Jundiá, sendo autuado sob nº 17.802/98-PGJ, encaminhado ao Egrégio Tribunal de Justiça e distribuído ao Desembargador Mohamed Amaro, sob nº 64.106.0/2 — TJ, encontrando-se, atualmente, em diligências.

Restrito ao exposto, apresento a Vossa Excelência nossas respeitadas homenagens.

Ricardo José Negrão Nogueira, Procurador de Justiça.

Ofício GP nº 839/2000

Vitória/ES, em 28 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Em atendimento à solicitação de Vossa Excelência, formulada através do OF.280-8/2000-PRES,

de 3-10-00, quando foi encaminhada relação de documentos protocolados perante a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 118/99 – CPI do Judiciário -, e cuja apreciação foi julgada de competência deste órgão, remeto, em anexo, as informações prestadas pelo Exmo. Sr. Juiz do 1º grau, Dr. Benício Ferrari.

Na oportunidade, renovo meus votos de elevada estima e superior consideração.

Atenciosamente, – Desembargador **Geraldo Corrêa da Silva**, Presidente.

OFÍCIO Nº 06/2001 – PRE

Cuiabá, 15 de janeiro de 2001

Sr. Senador Presidente do Senado Federal:

Em cumprimento ao disposto na Lei 10.001/2000, art. 2º, parágrafo único, remetemos a comunicação prevista, relativa ao procedimento administrativo de apuração dos fatos objeto da CPI do Judiciário.

Antes de mais, temos o dever de observar que a sistemática de fiscalização e apuração de faltas dos magistrados brasileiros está prevista na Lei Complementar nº 35/79, Lei Orgânica da Magistratura Nacional, art. 27 e seus incisos, que estipula uma fase preliminar e anterior à instauração do processo administrativo. Por determinação legal, o magistrado acusado possui quinze dias para apresentação de defesa prévia e posterior remessa à sessão para deliberação do Tribunal Pleno acerca da abertura ou não de processo disciplinar contra o magistrado. Portanto, no caso do Judiciário de Mato Grosso, que possui apenas 20 (vinte) membros e não detém Órgão Especial para este fim, é o Tribunal em sua composição Plenária que decide se instaura ou não o processo administrativo apuratório e penalizador contra, na hipótese, os Desembargadores e o Juiz mencionados na “CPI do Judiciário” do Senado Federal.

Nesta esteira, recebido o relatório da “CPI do Judiciário” pelo anterior Presidente do Tribunal, em janeiro de 2000, o processo ficou paralisado por quase cinco meses. Lamentavelmente, tão somente após o triste falecimento do Exmo. Des. Presidente que nos antecedeu é que pudemos dar o impulso procedimental necessário.

Foram os autos, então, remetidos por esta Presidência ao Plenário do Tribunal, isto em 22-5-2000, objetivando a que o colegiado deliberasse acerca da notificação dos envolvidos para apresentação de defesa prévia, tudo visando futura instauração ou não de processo administrativo. Como pairavam dúvidas à respeito da competência do Tribunal na apreciação

dos fatos imputados ao magistrados, na ocasião firmamos o posicionamento de que o próprio Poder Judiciário Estadual local detinha a competência para apurar, orientar e penalizar seus membros no que concerne a esfera administrativa e tinha, ainda, o dever funcional de atuação dos desembargadores que o compõe (vide manifestação de fl. 963/966-TJ, em anexo).

O Pleno decidiu, na sessão de 15-6-2000, então, iniciar procedimento disciplinar contra os 3 desembargadores e o juiz acusados e, cumprindo o art. 27 da LOMAN (LC 35), concedeu 15 dias para apresentação de defesa prévia, como estipulado (decisão – fl. 967-TJ, acosta da – Ofícios de intimação – fls. 969, 970 e 972-TJ).

Houve, outrossim, dificuldades na tentativa de intimação do Juiz acusado, consoante se vê das certidões de fls. 974, 975-TJ, despacho de fl. 976-TJ e certidão de fl. 1073-TJ, todos anexados, o que contribuiu para o adiamento da almejada sessão do Tribunal Pleno.

Após recebidas as defesas dos magistrados esta Presidência formulou relatório/histórico dos fatos e das provas atinentes, cumprindo o § 2º do mencionado artigo da LOMAN, e, em sessão plenária extraordinária, em 16-11-2000, ofertou-o aos demais pares.

Entretanto, deliberou o Plenário que o relatório/histórico, apesar de referir-se a um só procedimento originário, o documento final da CPI deste E. Senado Federal, posteriormente a ser desmembrado em quatro processos administrativos distintos, determinou que esta Presidência, antecipada e primeiramente, desmembrasse o histórico em quatro peças distintas (certidão fl. 1142-TJ).

A providência foi realizada (vide despacho juntado – fl. 1141-TJ) e, em sessão administrativa extraordinária seguinte, em 23-11-2000, remetermos novamente o histórico, agora desmembrado para cada acusado. Contudo, dado o grande número de feitos judiciais contenciosos da sessão ordinária precedente, dado ainda o adiantado da hora — a sessão começou à 14:00 e terminou às 21:00 horas — o Pleno entendeu adiar a apreciação do feito para uma nova sessão.

Assim, extraordinariamente na quarta-feira seguinte, dia 29-11-2000, às 8:00 horas da manhã — o Poder Judiciário Estadual tem funcionamento ordinário a partir das 12:00 horas — esta Presidência intentou nova apreciação do relatório da CPI com fins de deliberação acerca da abertura de processo administrativo ou não e, caso positivo, na escolha de um relator.

Uma vez mais, entretanto, vimos frustrada a decisão, vez que dos desembargadores presentes, oito deles colocaram-se suspeitos na apreciação do pleito (vide certidão – fl. 1145-TJ).

Convocamos o Tribunal novamente e realizamos outra nova sessão extraordinária, agora em 14-12-2000, visando a desejada deliberação. Não obstante, o julgamento fora adiado ante a constatada falta de quorum legal previsto (certidão de fl. 1150-TJ).

Como o Tribunal do Mato Grosso é composto de 20 (vinte) membros, resta-nos a expectativa de análise no Tribunal Pleno pelos 12 (doze) desembargadores restantes, medida obstada ante o início do recesso e férias forenses do ano de 2000, que vai de 20 de dezembro passado a 1º de fevereiro de 2001. O Tribunal neste período funciona apenas administrativamente e com a Câmara Especial de férias, composta de 3 (três) desembargadores.

Corremos contra o tempo e contra os impasses e obstáculos burocráticos e exigências legais, todos eles, sabemos, atuando contra os fatos e as penalizações dos culpados, como requer a opinião pública, o Senado Federal, o interesse público e como almeja esta Presidência do TJMT.

Não obstante os percalços, é certo que o Tribunal de Justiça, cumprindo sua função constitucional, da qual jamais se olvidou, tem empreendido esforços na consecução do poder/dever fiscalizador e penalizador de seus membros.

Sendo o que nos reservava o momento, colhemos o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Cuiabá, 15 de janeiro de 2001. — Des. **Muniz Feguri**, Presidente do Tribunal de Justiça – MT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Os ofícios lidos vão à publicação e serão anexados ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

OF/PGJ/Nº 1.580/00

Vitória, 27 de dezembro de 2000

Referência: Processo MP-9.618/00

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Conforme comunicação dessa Casa exarada no Ofício nº 281-12/2000 – PRES, cópia anexa, que disponibiliza a documentação protocolada perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Reque-

rimento nº 118/99 – CPI do Judiciário, informamos Vossa Excelência que foi designado por esta Procuradoria-Geral de Justiça como membro competente, devidamente qualificado e habilitado para as apreciações necessárias, o Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça, Doutor Fernando Zardini Antonio, que dirigirá ao Senado Federal para examinar a documentação em questão.

Atenciosamente, **José Maria Rodrigues de Oliveira Filho**, Procurador-Geral de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

A documentação solicitada já foi encaminhada à autoridade requerente.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

OF/GSESC/8/01

Brasília, 30 de janeiro de 2000

Senhor Presidente,

Após um período em que estive licenciado para exercer o cargo de Secretário do Governo do Estado do Tocantins, reassumi o meu mandato no dia 27 de junho de 2000, participando naquele dia dos trabalhos desta Casa e da Comissão Mista de Orçamento, conforme cópia do livro de presença já enviada à Secretaria-Geral da Mesa. Contudo, não registrei a minha presença no painel eletrônico, motivo pelo qual solicito a retificação do registro, no qual consta a minha ausência naquele dia.

Antecipadamente grato pela atenção dispensada ao assunto, valho-me do ensejo para renovar minhas expressões de elevado apreço e consideração. – Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 0104-L-PFL/2001

Brasília, 26 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.082-40, de 25 de janeiro de

2001, que "Dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Corauci Sobrinho

Suplente:

Deputado Chico Sardelli

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 0110-L-PFL/2000

Brasília, 26 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.090-18, de 25 de janeiro de 2001, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, **dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante**", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Aldir Cabral

Suplente:

Deputado Ciro Nogueira

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 0113-L-PFL/2001

Brasília, 26 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.093-21, de 25 de janeiro de 2001, que "Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira da Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Roberto Pessoa

Suplente:

Deputado Pedro Pedrossian

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Líder do PFL.

Ofício nº 0124-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Exce-
lência os nomes dos Deputados do PFL que farão
parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à
Medida Provisória nº 2.088-36, de 26 de janeiro de
2001, que "Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro
de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429,
de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de
1997, e dá outras providências", em substituição aos
anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Marcos Cintra

Suplente:

Deputado César Bandeira

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio liveira**,
Líder do PFL.

Ofício nº 125-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Exce-
lência os nomes dos Deputados do Partido da Frente
Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada
a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.097-36, de
26 de janeiro de 2001, que "Altera a Lei nº 9.656, de 3
de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados
de assistência à saúde, e dá outras providências", em
substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Luiz Moreira

Suplente:

Deputado Santos Filho

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Líder do PFL.

Ofício nº 126-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Exce-
lência os nomes dos Deputados do Partido da Frente
Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada

a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.101-28, de
26 de janeiro de 2001, que "Dispõe sobre as relações
financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil,
edá outras providências", em substituição aos anteri-
ormente indicados.

Efetivo:

Deputado Rubem Medina

Suplente:

Deputado Chico Sardelli

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Líder do PFL.

Ofício nº 138-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Exce-
lência os nomes dos Deputados do Partido da
Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista
destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº
2.113-27, de 26 de janeiro de 2001, que "Altera a le-
gislação das Contribuições para a Seguridade Social
– COFINS, para os programas de Integração Social e
de Formação do Patrimônio do Servidor Público –
PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda e dá outras
providências", em substituição aos anteriormente
indicados.

Efetivo:

Deputado Yvonilton Gonçalves

Suplente:

Deputado Paulo Marinho

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Líder do PFL.

Ofício nº 139-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Exce-
lência os Deputados do PFL que farão parte da Co-
missão Mista destinada a emitir parecer à Medida
Provisória nº 2.114-75, de 26 de janeiro de 2001, que
"Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de
11 de abril de 1990, e acresce dispositivos à Lei nº
9.365, de 16 de dezembro de 1996" (Fundo de Ampa-
ro ao Trabalhador), em substituição aos anteriormen-
te indicados.

Titular:

Deputado César Bandeira

Suplente:

Deputado Roberto Pessoa

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 0141-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.116-15, de 26 de janeiro de 2001, que “Assegura percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, e 5.906, de 23 de julho de 1973, e dá outras providências,” em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Francisco Rodrigues

Suplente:

Deputado Aduino Pereira

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 0153-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001, que “Dispõe sobre a reestruturação da remuneração de militares das Forças Armadas, altera as leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Werner Wanderer

Suplente:

Deputado Paes Landim

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 0160-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente

Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.137-1, de 26 de janeiro de 2001, que “acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e dá outras providências,” em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado **Luciano Pizzatto**

Suplente:

Deputado **Pedro Fernandes**

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (.Carlos Patrocínio) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PFL – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta data com extrema preocupação, uma preocupação do povo de Mato Grosso do Sul.

Recebi carta de um amigo, defensor público, que relata a precariedade da Defensoria Pública em meu Estado, a qual passa por momentos difíceis, situação agravada pela discrepância entre o que se diz e o que se pratica. Desta tribuna, freqüentemente, tenho trazido as informações necessárias para que o povo analise o que se passa em meu Estado.

Vejam o caso da Defensoria Pública. Há 35 anos, em 1965, fui nomeado defensor público da Comarca de Campo Grande e posso dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos Srs. Senadores que essa função foi a que mais me enriqueceu o espírito, justamente porque é por meio da Defensoria que o Estado estende o seu braço para os desassistidos da prestação jurisdicional, os pobres, os sem-teto, os sem-terra, os sem-justiça. Sem a Defensoria Pública todos eles ficam ao desabrigo de seus direitos, da confiança e da convivência social com justiça. A Defensoria Pública é o instrumento maior do Estado solidário, do Estado que pretende fazer a inclusão social daqueles que não participam da produção, daqueles que não participam dos frutos da sociedade. Defensoria Pública, Promotoria Pública e Magistratura compõem um tripé, instrumento básico para a convivência democrática.

Em meu Estado a Magistratura é exemplar. A prestação jurisdicional pelos juizes e pelo Tribunal de Justiça é de primeira linha, é reconhecida nacionalmente. O Ministério Público, da mesma maneira, é equipado e desenvolve um trabalho exemplar, que dignifica e honra o nosso povo e mostra como uma estrutura realmente bem organizada pode oferecer à população serviços confiáveis que melhoram a qualidade e dão tranqüilidade à população.

Percebemos, em âmbito nacional, que o Ministério Público tem sido um instrumento muito forte para restabelecer a dignidade, para restabelecer a probidade no serviço público e para denunciar fatos irregulares, visando o aprofundamento da busca da verdade para que a Nação tenha momentos de desenvolvimento com justiça social.

A Magistratura e o Ministério Público, que trazem confiança à população, são instrumentos básicos para o exercício do Estado Democrático de Direito. Também assim deveria ser a Defensoria Pública. O promotor representa o Estado acusador, que representa a sociedade e denuncia as irregularidades e os corruptos, os que estão às margens da lei; o defensor, cargo também exercido por advogado, como carreira exclusiva, não pode, de forma nenhuma, exercer qualquer outra profissão. A Defensoria Pública também é parte importante desse processo e dessa estrutura, pois é por meio da prestação de serviço da Defensoria Pública, auxiliada pela prestação jurisdicional do Estado, que os menos assistidos, os desassistidos, os sem-teto, os sem-terra e os sem-justiça encontram esperança.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – V. Ex^a está ferindo um tema de grande importância e fala com conhecimento de causa, pois, como anunciou, foi defensor público na Comarca de Campo Grande. Acompanhei esse drama durante certo tempo. A Constituição de 1988 organizou a Defensoria Pública, inclusive a Federal, absorvendo aqueles antigos auditores militares. Foi nomeado, então, um cearense, o Dr. Jurandir Porto, que era auditor militar, como chefe da Defensoria Pública. A lei, aprovada aqui, recebeu vários vetos do Presidente da República, e, na verdade, houve uma dificuldade muito grande para que a Defensoria Pública se organizasse. O relacionamento do defensor público com o Ministro da Justiça à época, o hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, Nel-

son Jobim, ficou muito comprometido. O Dr. Jurandir Porto acabou pedindo exoneração. Depois, aprovamos também aqui no Senado – e V. Ex^a, salvo engano, já era Senador à época – uma lei que permite até fazer convênios entre a Defensoria Federal com os Estados, chegando-se ao ponto de contratar, eventualmente, escritórios para esse trabalho. Para concluir, e não comprometer o discurso de V. Ex^a, devo reafirmar que o problema é saber como fica o pobre, o desvalido, aquele que não tem quem fale por ele. A lei diz que não há feito sem a participação do advogado. O que acontece é que quem não pode pagar um advogado tem apenas a Defensoria. É o caso dos Sem-Terra, daqueles que têm o seu direito trabalhista desrespeitado. Enfim, é aquele que precisa da atenção da Justiça para fazer um testamento, para tratar das questões de órfãos e assim por diante. V. Ex^a está abordando um assunto importante. Fala-se muito em Justiça, em reforma do Judiciário, recursos, prazos, transparência no Judiciário, mas temos de dar condições às partes. Dizem que justiça tardia não é justiça. Para a justiça sem patrono há a Defensoria Pública. Solidarizo-me com V. Ex^a e espero que esse discurso ecoe junto aos Governos Estaduais e ao Governo Federal para organizar e dar condição de funcionamento à Defensoria. Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Agradeço o aparte lúcido e oportuno do Senador Lúcio Alcântara que enriquece meu discurso.

Senador Lúcio Alcântara, enquanto o Ministério Público em meu Estado, com muita justiça, tem toda estrutura de trabalho, recebe três vezes mais o salário do defensor, tem sala equipada, estruturada, computador, estagiários pagos, os defensores do meu Estado, caso se instalem numa comarca, recebem uma sala vazia, sem sequer uma secretária ou um estagiário, sem computador, com salário de um terço do salário do promotor de Justiça. O Estado se arma e se organiza para a defesa do social, mas preparando muito mais o braço do Estado acusador do que o Estado defensor. O pobre, o desassistido fica sem instrumentos para fazer prevalecer o seu direito, a sua cidadania, Sr. Presidente, porque a Defensoria Pública não está organizada, não está estruturada. O defensor é quase que um pária do sistema jurisdicional oficial do Estado – isso onde existe Defensoria Pública.

No meu Estado, temos Defensoria há 40 anos. São Paulo não tem. Veja o descuido dos homens públicos. Veja o descuido do Estado. São Paulo, o carro-chefe do País, a locomotiva econômica do País, não tem Defensoria Pública, talvez até por causa dis-

so é que haja rebeliões em presídios, pois o defensor público está presente no presídio. Se vence uma pena, ele está requerendo o livramento rápido, a soltura rápida doréu. Setem outros benefícios da execução penal, o defensor está lá, justamente para requerer esses benefícios, seja livramento condicional da pena, seja **sursis**, sejam todos aqueles benefícios que se dá na época de Natal, e o presidiário acaba tendo confiança de que o Estado está presente, junto com ele, na defesa dos seus direitos.

Como São Paulo não tem, talvez seja uma das grandes razões para que tantas rebeliões existam naquele Estado.

No meu Estado, a Defensoria é eficiente, embora seja tão desprestigiada com a prestação de milhares e milhares de ações em favor da pobreza, mas acontece que o Governador, que é de um Partido que se diz Partido da inclusão social, da defesa dos direitos dos pobres, da que les que estão à margem do processo da cidadania. O Governador, inclusive, fez escrever um artigo no jornal **Gazeta Mercantil** do dia 26, referindo-se ao:

Governo da Inclusão: O Resgate da Dívida Social, o desenvolvimento com justiça social, o compromisso com a inclusão social por meio do combate à fome e à miséria deixaram de ser peças retóricas eleitoreiras usadas pela elite para se perpetuar no Poder. Transformaram-se em prioridade da gestão do Governo Popular de Mato Grosso do Sul.

Transformaram-se nisso coisa nenhuma, porque, se o Governador do PT tem abandonado a Defensoria Pública, a qual está há dois meses sem receber os vencimentos e há dois anos sem adquirir as diárias, deixando-a desassistida dos instrumentos de trabalho, sem sala, sem equipamento, sem material adequado, conclui-se que não deseja, mediante o braço defensor do Estado, a inclusão dos pobres no Mato Grosso do Sul. Do contrário, já estaria trabalhando intensamente para que a Defensoria alcançasse essa desigualdade com relação à Promotoria de Justiça.

Observe, eminente Senador Ramez Tebet, meu querido companheiro do Mato Grosso do Sul, fala-se inclusive no Estado que, com essa propalada Reforma Administrativa, vai-se reduzir o número de defensores de pouco mais de 100 para 33, embora a folha de pagamento daqueles profissionais não chegue a R\$400 mil por mês. Conforme declarou o Secretário de Comunicação Social do Governador, só em nível de imprensa, pagaram-se recentemente, R\$700 mil por mês, o que é um absurdo, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Juvêncio da Fonseca, quero aplaudir V. Ex^a, que está, nesta tribuna, abordando um assunto de grande relevância para Mato Grosso do Sul, um Estado que, em matéria de oferecer justiça aos menos favorecidos, aos necessitados, possui uma excelente Defensoria Pública. V. Ex^a foi um dos primeiros defensores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul. Era advogado de ofício. Talvez por isso V. Ex^a fala com esse entusiasmo e com essa paixão, porque V. Ex^a tem a sua vida cultivada nessa semente benéfica e altruísta de distribuir justiça, principalmente aos menos favorecidos. É triste ver o que está acontecendo lá, é triste ver que se pretende diminuir o número de defensores públicos. Não acredito que isso vá acontecer, porque, de acordo com a legislação, o Governo estadual do PT não vai ter condições para tanto. Mas ele submete os defensores públicos ao que V. Ex^a está abordando e ao sacrifício enorme do não-recebimento dos seus vencimentos, como submete todo o funcionalismo do Estado a algo verdadeiramente diferente do que está por aí: ao pagamento à prestação dos seus salários. Poderíamos até compreender isso, não fosse o discurso de proclamação de que as finanças de Mato Grosso do Sul foram restabelecidas, que houve aumento de arrecadação de R\$50 milhões para quase R\$100 milhões. O empréstimo no Banco do Brasil é feito pelo funcionário. Nunca vi isso. Não aparece o Governo do Estado. Está tudo no fio do bigode. Se acontecer alguma coisa, é o funcionário público que vai pagar ao Banco do Brasil, e os juros são de 2,9%. Senador Juvêncio da Fonseca, não quero tirá-lo da trilha do seu excelente pronunciamento, quero apenas parabenizá-lo. Continue, porque a classe dos defensores públicos de Mato Grosso do Sul e toda a Justiça está a esperar desse pronunciamento, que V. Ex^a tem muita autoridade para fazer. Meus cumprimentos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet, V. Ex^a conhece de perto esse problema e é um testemunho importantíssimo para o meu discurso. Recebi uma carta cheia de emoção do defensor público Andrew Robalinho Silva Filho, cujo vencimento em seu holerite, após 10 anos no exercício da função, é de R\$2.860,00. O defensor ingressa no quadro com o salário de R\$2.000,00 e há uma legislação que permite – e aí o aparte do Senador Lúcio Alcântara foi eluci-

dativo – que a Ordem dos Advogados faça convênio com a Defensoria Pública, onde não há defensor. Nos casos da substituição por um advogado dativo, respeitam-se honorários na base da tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil. Portanto, não é dativo, mas, sim, pago.

O Defensor Andrew Robalinho Silva Filho mandou-me justamente a certidão de uma audiência ocorrida no dia 6 de janeiro deste ano, em que o juiz fez a substituição, solicitando um advogado dativo. O juiz fixou os seus honorários em R\$500,00 só para aquela audiência. Disse o juiz da assentada que aquela decisão serviria de carta de sentença para que a OAB ou o advogado pudesse executar o Estado em R\$500,00 por audiência. Cada defensor faz milhares de audiências por dia.

Além disso, Senador Lúcio Alcântara, há um convênio internacional com cinco países, por meio do qual o Brasil, com a sua estrutura, presta serviço gratuito, por intermédio das defensorias, para os filhos desses cinco países no Brasil. Não damos conta sequer do brasileiro, e o Estado ainda tem a petulância de fazer convênios internacionais para que a Defensoria, tão desvalorizada e abandonada, ainda preste serviço internacional de solidariedade.

Sr. Presidente, deixo aqui a minha palavra de solidariedade e a minha presença na Defensoria Pública não só de Mato Grosso do Sul, mas de todo o Brasil. Não posso compreender que o Estado solidário e democrático de direito possa prescindir de uma Defensoria Pública – como não pode prescindir de um juiz nem de um promotor. É um tripé de existência de estrutura institucionalizada que é a sobrevivência da sociedade.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Ouço V. Ex.^a com prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Se na dor Juvêncio da Fonseca, não gostaria que V. Ex.^a encerrassem o pronunciamento sem que o cumprimentasse. V. Ex.^a levanta um assunto que é a preocupação de todos os brasileiros que se entristecem com o quadro da Justiça em nosso País, que, se já é carente de modo geral, o é especialmente nessa perna do tripé que V. Ex.^a mencionou, isto é, a Defensoria Pública – precisamente aquela perna que deve servir e serve, nas suas limitações, à população mais carente e oprimida. É como se essa sociedade, na verdade, funcionasse a favor dos grupos dominantes e das populações mais abastadas, que têm os melhores defenso-

res do País mediante pagamentos às vezes até muito elevados, mas que deixam de fora, nessa ausência de cobertura, aqueles segmentos mais necessitados da população. Desse modo, ao fazer esse pronunciamento, V. Ex.^a está levantando a atenção da Casa e a preocupação de todos nós para que essa deficiência seja, de uma forma ou de outra, eliminada ou, senão, reduzida ao máximo. V. Ex.^a não só aborda a situação de seu Estado, assunto que, evidentemente, conhece melhor do que eu, como também transcende tal situação e aborda a questão no âmbito nacional. Quero cumprimentá-lo, na oportunidade, pela substância de seu pronunciamento.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Agradeço ao Senador Roberto Saturnino pelo aparte que enriquece o meu discurso. Senador, já na Câmara dos Deputados, foi votada, quase por unanimidade, uma Proposta de Emenda à Constituição que dá autonomia administrativa e financeira às Defensorias Públicas. Está no Senado Federal esta PEC, sob número 29, de 2000, e certamente vamos recebê-la com muito carinho, com o desejo, na verdade, de consertar a Defensoria Pública através do Congresso Nacional.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Certamente vai V. Ex.^a contar com o apoio de todos nós nesta luta pela aprovação, o mais breve possível, dessa emenda tão importante.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – O meu pronunciamento tem também o grande objetivo de nem só trazer o problema ao conhecimento de todos os Pares, mas também de falar sobre essa PEC que está ingressando no Senado Federal e já deve estar nas comissões. Vamos esperá-la aqui com boa vontade, com o desejo de que façamos justiça aos defensores públicos, porque são eles que levam aos desassistidos, aos desesperançados, aos sem justiça, a confiança do exercício da cidadania. Por isso, concitamos os nossos Pares à consciência, para que essa perna institucional da República seja reconstituída, fortalecida para que possamos concorrer, mais uma vez, para a inclusão social daqueles que não fazem parte da verdadeira cidadania brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Lúcio Alcântara por permuta com o Senador Romeu Tuma.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, desejo fazer o registro do aniversário do Instituto de Desenvolvi-

to Agrário do Ceará, o Idace, que está completando 22 anos de existência.

Estou sendo homenageado, nesta tarde, pelo que tenho feito, no sentido de fortalecer e apoiar o Programa de Reestruturação Agrária do Ceará, a cargo desse instituto, com a orientação, o apoio e o estímulo do Governador Tasso Jereissati.

O seu titular, Engenheiro Agrônomo Antonio Bezerra Peixoto, tem desenvolvido um grande trabalho sob a orientação do Secretário de Desenvolvimento Agrário, Dr. Pedro Sisnando.

Todos sabemos que o problema fundiário é de uma grande complexidade. O governo do Presidente Fernando Henrique já mostrou por mais de uma vez as áreas que foram desapropriadas, as famílias que foram assentadas ao longo do seu governo, muito mais do que nos governos anteriores, até mais do que a soma dos governos anteriores. Não obstante, o problema persiste, o problema remanesce. Há sempre a necessidade de identificarmos novas formas de atuação nessa área. E o Ministro Raul Jungmann tem sido, realmente, criativo, talentoso, obstinado nesse trabalho. E o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, Idace, tem desenvolvido algumas ações que serviram, inclusive, de exemplo, sendo, depois, adotadas pelo Governo Federal.

Sabemos que a desapropriação para fins de reforma agrária, por força da Constituição, é atribuição do Governo Federal, da União. Os Estados e Municípios não podem fazer desapropriação para fins de reforma agrária. Isso tem sido um complicador, porque os processos são prolongados, há uma dificuldade muito grande de se atuar nessa área, devido à centralização dos processos, que se arrastam na Justiça durante anos. Muitas vezes, depois, chega-se a valores muito altos, que não correspondem ao valor de mercado da terra, conflitos, retardamento no processo de desapropriação.

Então, uma das coisas que têm ajudado no caminho dessa equação do problema da reforma agrária é a sua descentralização. Nesse caso, o Ceará tem o que mostrar, por que o Idace conseguiu, por meio do Projeto São José – projeto apoiado, financiado pelo BID –, desenvolver algumas ações fundiárias baseadas, principalmente, em opções dos trabalhadores, dos sem-terra, que se reúnem, se organizam, identificam áreas onde gostariam de ser assentados, para então o Governo do Ceará negociar com os proprietários, com base em valor de mercado. Esse processo tem sido feito pacificamente. Foi isso que estimulou o Programa Cédula da Terra, do Governo Federal, e o

Banco da Terra, que votamos aqui. Era um projeto do Senador Esperidião Amin, que estava praticamente arquivado, por ser inconstitucional na forma em que estava posto. O ex-Senador Esperidião Amin, hoje nosso Governador de Santa Catarina, me pediu que assumisse a relatoria do projeto, e conseguimos, numa parceria com outros Senadores e com o Poder Executivo, com a Presidência da República, chegar a uma fórmula que desaguou no chamado Banco da Terra, que permite a aquisição da terra a juros subsidiados, nos preços de mercado para os parceiros, os rendeiros e os posseiros, trabalhadores sem terra.

Assim, Sr. Presidente, ao concluir, congratulo-me com as ações que o Governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo na área fundiária, obedecendo às orientações do Governador Tasso Jereissati, por meio do Idace – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará –, dirigido pelo agrônomo Antônio Bezerra Peixoto, que tem demonstrado como é possível realizar a reforma com baixo custo financeiro, com pouca tensão, com a participação direta dos sem-terra, de forma harmônica, contemplando os que possuem vocação para a agricultura, os que têm intimidade com a terra. É um modelo bem sucedido, também em andamento no Ministério do Desenvolvimento Agrário, por parte do Governo Federal, e que, tenho certeza, tende a se consolidar cada vez mais. A prática mostrará o que deve ser ajustado, o que deve ser corrigido. Mas existe o caráter descentralizador, a aproximação com os alvos do Programa de Reforma Agrária.

De forma que esperamos que, ao cabo do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, isso esteja definitivamente implantado e tenhamos dado grandes passos em relação à reforma agrária.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ausente da Presidência, sinto-me à vontade para solicitar a V. Ex^a que reitero o pedido feito ao Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, sobre o que a Comissão de Ética lhe enviou a respeito dos Senadores Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães.

O Procurador da República já deveria ter usado os seus Procuradores para dar uma resposta a esta

to Agrário do Ceará, o Idace, que está completando 22 anos de existência.

Estou sendo homenageado, nesta tarde, pelo que tenho feito, no sentido de fortalecer e apoiar o Programa de Reestruturação Agrária do Ceará, a cargo desse instituto, com a orientação, o apoio e o estímulo do Governador Tasso Jereissati.

O seu titular, Engenheiro Agrônomo Antonio Bezerra Peixoto, tem desenvolvido um grande trabalho sob a orientação do Secretário de Desenvolvimento Agrário, Dr. Pedro Sisnando.

Todos sabemos que o problema fundiário é de uma grande complexidade. O governo do Presidente Fernando Henrique já mostrou por mais de uma vez as áreas que foram desapropriadas, as famílias que foram assentadas ao longo do seu governo, muito mais do que nos governos anteriores, até mais do que a soma dos governos anteriores. Não obstante, o problema persiste, o problema remanesce. Há sempre a necessidade de identificarmos novas formas de atuação nessa área. E o Ministro Raul Jungmann tem sido, realmente, criativo, talentoso, obstinado nesse trabalho. E o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, Idace, tem desenvolvido algumas ações que serviram, inclusive, de exemplo, sendo, depois, adotadas pelo Governo Federal.

Sabemos que a desapropriação para fins de reforma agrária, por força da Constituição, é atribuição do Governo Federal, da União. Os Estados e Municípios não podem fazer desapropriação para fins de reforma agrária. Isso tem sido um complicador, porque os processos são prolongados, há uma dificuldade muito grande de se atuar nessa área, devido à centralização dos processos, que se arrastam na Justiça durante anos. Muitas vezes, depois, chega-se a valores muito altos, que não correspondem ao valor de mercado da terra, conflitos, retardamento no processo de desapropriação.

Então, uma das coisas que têm ajudado no caminho dessa equação do problema da reforma agrária é a sua descentralização. Nesse caso, o Ceará tem o que mostrar, por que o Idace conseguiu, por meio do Projeto São José – projeto apoiado, financiado pelo BID –, desenvolver algumas ações fundiárias baseadas, principalmente, em opções dos trabalhadores, dos sem-terra, que se reúnem, se organizam, identificam áreas onde gostariam de ser assentados, para então o Governo do Ceará negociar com os proprietários, com base em valor de mercado. Esse processo tem sido feito pacificamente. Foi isso que estimulou o Programa Cédula da Terra, do Governo Federal, e o

Banco da Terra, que votamos aqui. Era um projeto do Senador Esperidião Amin, que estava praticamente arquivado, por ser inconstitucional na forma em que estava posto. O ex-Senador Esperidião Amin, hoje nosso Governador de Santa Catarina, me pediu que assumisse a relatoria do projeto, e conseguimos, numa parceria com outros Senadores e com o Poder Executivo, com a Presidência da República, chegar a uma fórmula que desaguou no chamado Banco da Terra, que permite a aquisição da terra a juros subsidiados, nos preços de mercado para os parceiros, os rendeiros e os posseiros, trabalhadores sem terra.

Assim, Sr. Presidente, ao concluir, congratulo-me com as ações que o Governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo na área fundiária, obedecendo às orientações do Governador Tasso Jereissati, por meio do Idace – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará –, dirigido pelo agrônomo Antônio Bezerra Peixoto, que tem demonstrado como é possível realizar a reforma com baixo custo financeiro, com pouca tensão, com a participação direta dos sem-terra, de forma harmônica, contemplando os que possuem vocação para a agricultura, os que têm intimidade com a terra. É um modelo bem sucedido, também em andamento no Ministério do Desenvolvimento Agrário, por parte do Governo Federal, e que, tenho certeza, tende a se consolidar cada vez mais. A prática mostrará o que deve ser ajustado, o que deve ser corrigido. Mas existe o caráter descentralizador, a aproximação com os alvos do Programa de Reforma Agrária.

De forma que esperamos que, ao cabo do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, isso esteja definitivamente implantado e tenhamos dado grandes passos em relação à reforma agrária.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ausente da Presidência, sinto-me à vontade para solicitar a V. Ex^a que reitere o pedido feito ao Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, sobre o que a Comissão de Ética lhe enviou a respeito dos Senadores Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães.

O Procurador da República já deveria ter usado os seus Procuradores para dar uma resposta a esta

Casa e à Comissão de Ética. Neste caso, estou censurando publicamente o Procurador Geraldo Brindeiro pela ausência de resposta ao Poder Legislativo, que lhe enviou em abril toda a documentação para ser examinada, a respeito dos Senadores citados.

Faço este protesto público em relação ao Procurador da República, pedindo que a Mesa se dirija a S. Ex^a para que responda à Comissão de Ética pelo menos com os dados que a Procuradoria já deve ter a esta altura. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência comunicará ao Presidente de ofício, na ausência de V. Ex^a, Senador Geraldo Melo, à Mesa da Comissão Diretora do Senado Federal e ao Conselho de Ética, a solicitação feita por V. Ex^a para que as providências sejam tomadas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço que V. Ex^a envie meu discurso ao Procurador-Geral da República, pois é mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra à eminente Senadora Emilia Fernandes, por permuta com o Senador Geraldo Cândido. (Pausa.)

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estávamos próximos ao plenário, conversando sobre alguns assuntos importantes, de interesse do nosso País, como as articulações que acontecem agora, principalmente neste momento, em relação ao Congresso Nacional e ao próprio Brasil.

Mas faço um registro sobre o evento que se realizou em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro, em Porto Alegre, no meu Estado do Rio Grande do Sul, o Fórum Social Mundial, que sem dúvida marcou a vida da humanidade neste início do Século XXI, em sua busca de igualdade, justiça e paz.

Pela primeira vez na história recente, movimentos sociais, partidos políticos, autoridades executivas, parlamentares, órgãos da imprensa democrática, como o jornal **Le Monde**, da França, e lideranças de

diversas áreas reuniram-se para discutir a situação do planeta, estabelecendo uma nova relação entre a sociedade civil organizada, governos e partidos políticos que não concordam com a situação em que se encontra o nosso planeta.

Contraopondo-se a Davos, na Suíça, que sediou o Fórum Econômico Mundial, encontro do super poder financeiro do mundo, como faz há trinta anos, Porto Alegre plantou a semente da construção da busca de alternativas ao atual modelo neoliberal, criminoso, excludente e anti-social. E isso ficou claro até mesmo nas imagens públicas do evento divulgadas pela imprensa mundial. Enquanto na capital gaúcha imperou a ordem, a organização, a confraternização e o clima de liberdade, em Davos, transformada em um campo de guerra, reinou a violência, a repressão e a censura.

Saudado por homens e mulheres do mundo inteiro, o Fórum contou com poucas estranhas reações contrárias, como a do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de lideranças do campo popular que criticaram o evento, demonstrando um inexplicável incômodo. As declarações públicas, especialmente as do Presidente, transpareceram um sentimento de estar prejudicando o País com a realização do evento. Trata-se de uma reação natural daqueles que se locupletam diretamente da política neoliberal, mas incompreensível diante da grandeza do Fórum e da importância dos assuntos nele tratados.

Alguns podem discordar, mas tenho a convicção de que esses cinco dias de reuniões e debates serão lembrados por muito tempo, como um marco histórico de mudanças, que inexorável e rapidamente a humanidade vai viver.

A escolha do Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul, e mais exatamente Porto Alegre, a capital gaúcha, como sede do evento, exerceu muito bem o seu papel de anfitriã e foi motivo de orgulho e, mais do que isso, de reconhecimento do compromisso concreto e prático que temos com as causas sociais.

Historicamente, mas de forma especial, mais recentemente, temos construído uma forte consciência social e um profundo espírito de cidadania que se contrapõem concretamente ao neoliberalismo, dos quais muito se orgulham o povo gaúcho e fazem de Porto Alegre, de forma especial, um exemplo de administração participativa já reconhecida além das fronteiras do Brasil.

Mais contente ainda ficamos diante da resolução final do Fórum, que decidiu realizar sua segunda edição, em 2002, também em Porto Alegre, deferência que vem soar-se à nossa tradição de gente des-

temida, guerreira e, acima de tudo, desbravadora, que se faz presente sempre que a história nos cobra o compromisso de lealdade com a defesa de nossa gente e com o Brasil.

Em centenas de debates, oficinas, palestras e eventos culturais, o Fórum Social Mundial evidenciou o que temos denunciado: o neoliberalismo levou a sociedade a perder o sentido de comunidade e de solidariedade e, com isso, a afastar-se de valores essenciais como o respeito à vida, à fraternidade e à justiça.

Se outros modelos, a exemplo da experiência socialista, incorreram em erros, e precisam ser revisitos, está claro também que a política neoliberal não é alternativa para o desenvolvimento humano. Ao contrário, a sua política de supremacia do lucro a qualquer custo, do super poder do capital especulativo tem resultado no aviltamento do Estado e das instituições nacionais, na exclusão social e na destruição do meio ambiente.

Com isso, nunca foi tão profundo o fosso da desigualdade entre ricos e pobres, que aumentou mais de setenta vezes nos últimos anos, dificultando a verdadeira integração dos povos no caminho do desenvolvimento universal solidário.

O Brasil, citando nosso caso particular, tem sido um dos principais prejudicados pela política neoliberal, que subjugou o País à especulação financeira, desnacionaliza seu potencial produtivo, estatal e privado, compromete a capacidade de investimento, especialmente no social, e destrói o poder aquisitivo nacional. Prova cabal dessa realidade, além dos indicadores sociais negativos, é o próprio Orçamento Geral da União, que destina a maioria dos recursos aos "juros e encargos da dívida pública" em detrimento de investimentos em saúde, educação, habitação, reforma agrária e proteção ao meio ambiente, por exemplo.

Apenas para sintetizar a profundidade do custo social imposto pela dívida da União, o Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza, aprovado nesta Casa e pelo Congresso Nacional, tem previsão de recursos que não chegam a 5% dos valores a serem consumidos com juros neste próximo exercício fiscal. Tais números não deixam dúvidas de que a questão social é de corrente do processo econômico em curso no mundo, como ficou claro nos debates do Fórum e como tal deve ser tratada, não devendo sua abordagem ser limitada a medidas compensatórias imediatistas e sem a profundidade necessária.

As políticas sociais devem ser vistas como parte essencial do processo econômico, que deve considerar, antes de mais nada, o bem-estar das populações,

o suprimento de suas necessidades básicas, enfim, sua realização como sociedade humana.

Com gente de todos os cantos do mundo interagindo-se, debatendo, trocando idéias e, principalmente, construindo alternativas, o Fórum Social Mundial inovou a iniciativa da sociedade civil internacional, destacou o sentimento de que é possível transformar a atual realidade.

Além das propostas concretas, todos que lá estiveram saíram com a certeza de que vale à pena ter esperança no presente e no futuro da humanidade, que espera por dias melhores e acredita que um outro mundo é possível.

Algumas idéias já foram colocadas em prática; outras, como o Orçamento Participativo, estão lançadas; ainda outras, como a Taxa **Tobin** sobre as transações financeiras, estão em discussão. Mas é preciso avançar. É urgente, por exemplo, a necessidade de equação das dívidas dos países pobres e em desenvolvimento, no sentido de buscar a reversão do atual quadro de absoluta e intocável prioridade de pagamento em detrimento de investimentos no setor social.

Os Parlamentos devem questionar essa relação. Chamamos a atenção disso lá quando tivemos oportunidade de nos posicionar. Os Parlamentos precisam questionar sim essa relação, conclamando as sociedades para um debate que, apoiado na transparência e na ampla divulgação dos valores envolvidos, redimensione essa relação perversa, priorizando o atendimento das necessidades primordiais das populações, principalmente as mais carentes.

Outra medida também fundamental é o combate à corrupção, que tem patrocinado o tráfico de influência, o pagamento de comissões ilegais para a obtenção de negócios e ainda ajustar interesses particulares em processos eleitorais internos de diversos países.

O Fórum teve vários temas em debate. Destacamos a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo; a Reforma das Instituições Financeiras Internacionais; a Criação da Taxa sobre os Movimentos de Capitais; a Declaração de Ilegalidade dos Paraísos Fiscais e ainda a Definição de Nova Regra para o Comércio Mundial.

Entre as diversas atividades, duas se destacaram e queremos aqui registrar: o Fórum de Autoridades e o Fórum de Parlamentares. A primeira reuniu lideranças de várias instâncias do Poder Executivo do mundo inteiro e nela prevaleceu o debate sobre a qualidade de vida nas cidades, as dificuldades, restrições administrativas e conseqüentes prejuízos à po-

pulação, impostos pelo neoliberalismo, bem como a relação democrática com os cidadãos.

O Fórum Parlamentar, do qual participei, contou com a presença de mais de 400 Parlamentares de vários países, assim como vários Senadores vindos de outros Estados do Brasil e que honraram o Rio Grande do Sul com suas presenças. Naquele Fórum Parlamentar avaliou-se o papel desempenhado pelos Legislativos, as razões do seu descrédito na maioria dos países e suas novas tarefas frente à nova situação política, econômica e social.

Nos debates, em geral, ressaltou a marcante participação das mulheres, que, vindas de diversos países e continentes, afirmaram a importância de estimular, apoiar e fortalecer a luta pela igualdade, que passa pela participação feminina tanto no Parlamento, quanto nas demais instâncias de Poder, assim ampliando presença nos centros de decisão.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – V. Exª me permite um aparte?

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Concedo, com prazer, o aparte ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Nobre Senadora, cumprimento V. Exª por começar seu oportuno e brilhante pronunciamento salientando que o Fórum de Porto Alegre marcou a vida da humanidade, constituindo-se num marco na história não só do nosso País, do nosso continente, mas da humanidade. Se somos mais prejudicados do que os países ricos, na verdade, todos os povos do mundo estão se sentindo oprimidos, prejudicados e furtados pela predominância, pela hegemonia, pela imposição das regras por parte do sistema financeiro internacional, que é o grande ganhador no processo de globalização neoliberal. Também cumprimento V. Exª por ter ressaltado que a escolha de Porto Alegre não seguiu uma regra política ou de prevailecimento dessa ou daquela corrente, pois presidiu essa escolha o fato de que um dos reclamos principais dessa luta contra o neoliberalismo é a reforma da própria democracia, com a evolução no sentido de dar maior participação nas decisões políticas às populações organizadas, e o Estado do Rio Grande do Sul constitui um exemplo avançado desse processo no nosso País e no mundo. Quero louvar o pronunciamento oportuno e brilhante de V. Exª e quero aproveitar para repudiar frontalmente alguns articulistas, alguns comentaristas que pretenderam desqualificar esse grande fórum, que, como disse V. Exª, constitui um marco para a humanidade, que pretenderam desqualificá-lo em razão de

um episódio absolutamente menor e quase folclórico quando o líder camponês francês, José Bové, arrancou, em frente a uma empresa, umas mudas de plantas transgênicas. Provavelmente não se sabia – nem ele nem os que lá com ele estiveram – que se tratava de pesquisa; imaginava-se que fosse produção e, como produção, seria ilegal. Numa demonstração simbólica de repúdio a produções de transgênicos, foram lá e arrancaram algumas mudas, mas foi um episódio absolutamente menor diante daquele quadro mundial, daquele quadro que marca a história da humanidade, como ressaltou V. Exª, que foi a realização dos debates, dos pronunciamentos, dos depoimentos, enfim, de tudo aquilo que constituiu esse grande fórum que, agora, definitivamente, coloca, perante o mundo, que não existe mais o pensamento único e que Davos não é a sede da sabedoria econômica mundial. Há Porto Alegre, contraponto de Davos, que afirma o social sobre o lucro financeiro e o bem-estar da humanidade contra os interesses de uma minoria que comanda o mercado financeiro internacional. Meus cumprimentos a V. Exª pelo pronunciamento.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Muito obrigada, ilustre Senador Roberto Saturnino. V. Exª abrilhantou o Fórum Social Mundial com a sua presença, participação e idéias, principalmente mostrando o compromisso assumido a partir da sociedade civil organizada, que escolheu Porto Alegre para sediar o Fórum. Porto Alegre, ao contrário do que algumas pessoas tentaram dizer, não foi designada por partido político ou por administrações do nosso Governo, do Estado ou da Capital. Escolheu-se Porto Alegre para esse mister pelo seu exemplo da construção democrática e de participação da sociedade civil, que tem acontecido na capital gaúcha nos últimos doze anos, como se pode constatar a cada ano eleitoral.

Lembramos também que a mídia, inclusive a imprensa conservadora que existe no nosso Estado e fora dele, divulgou, antes do evento, uma manifestação de desprezo e de menosprezo e depois teve que fazer um reconhecimento público, em decorrência do sucesso, do número significativo de presentes; mais de dez mil pessoas, vindas dos mais diferentes cantos do planeta, foram lá dar a sua manifestação, contar o quanto essa política, que só visa o lucro, o capital, o econômico, está excluindo e empobrecendo a nossa gente, dificultando a vida dos nossos países. Essas pessoas mostraram, com depoimentos, com documentos, com as manifestações de mulheres, negros, índios, jovens, estudantes, administradores,

parlamentares, que vão continuar a fazer críticas, para alertar as populações, que, sem se dar conta, vêm renovando políticas, como infelizmente aconteceu no Brasil, mas que há uma alternativa para o desenvolvimento econômico associado à questão social. As pessoas têm continuado com a esperança de construir uma alternativa diferente. Foi isso, basicamente, o que Porto Alegre assinalou como referência para o mundo e que vai se reafirmar a cada dia. Uns saíram com documentos formais, como nós, Parlamentares, que saímos com uma declaração, mas o compromisso de todos que lá estiveram é um, muito forte e muito consistente: não vamos calar a nossa voz e vamos clamar por justiça, por politização, pelo esclarecimento das nossas comunidades, mostrando que há necessidade urgente de se resgatar esse compromisso nacional que parte de cada país e que vai unir principalmente os países pobres, os mais explorados, aqueles mais oprimidos para que realmente se diga que vale a pena continuar lutando. Há alternativa sim, desde que haja boa vontade.

O Senador Tião Viana nos pede um aparte, nós o concedemos e já nos encaminhamos para o encerramento, Sr. Presidente.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senadora Emilia Fernandes, quero cumprimentá-la pelo pronunciamento que comemora com o Brasil esse encontro tão oportuno, em que setores da sociedade brasileira puderam participar, reunindo países de diversos continentes e abraçando aquilo que de mais importante tentamos construir ao longo dos anos e que ficava à margem, devido a interesses políticos, por equívocos de condução política e por razões ideológicas, que era exatamente o horizonte da ética social. Esse fórum mundial foi capaz de mostrar que podemos nos unir pelo horizonte da ética social colocada em primeiro plano, que se contrapõe de maneira direta à hipocrisia patenteada, expressada de maneira tão ampla por países dominantes, que esse desenvolvimento humano como um pressuposto da dignidade. Fico olhando e lembrando o papel, a importância desse encontro de Porto Alegre, que reúne no limite sul da nossa pátria uma possibilidade de o nosso Brasil fazer essa reunião, que traza a esperança, o respeito à pessoa humana e, acima de tudo, coloca a necessidade do novo, um novo que não seja mágico, mas um novo que possa olhar para cinquenta anos atrás da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dizer que não há necessidade de se pensar muito, apenas de se cumprir com o horizonte da ética social, em primeiro plano. Acredito ser o pronuncia-

mento de V. Ex^a um grito para que o Brasil já mais retome esse sentimento inaceitável de que 35 mil crianças morrem todos os dias no Planeta vítimas da fome ou de causas evitáveis. E por trás disso, há as políticas públicas, as chamadas políticas de desenvolvimento, que muitas vezes colocam a força da corrupção como uma força motora intransponível por aqueles que acreditam na ética e num novo modelo de relações entre os povos. O Brasil tem todas as condições de falar de maneira diferente. É hoje vítima de uma pressão externa de ordem econômica perversa no Canadá quanto à situação das empresas aéreas, de construção de aviões e quanto à política de exportação de alimentos também com o governo americano. A política protecionista reafirmou-se depois do Encontro de Davos e de um Encontro do Fórum Mundial. Entretanto, espero que o nosso País seja outro depois desse encontro e que, com essas lições, se conscientize sobre a necessidade de ter a sua personalidade colocada no lugar que merece: de líder do Cone Sul e de líder global que poderá compartilhar muito bem desse horizonte chamado ética social. Parabéns e muito obrigado.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Muito obrigada, Senador Tião Viana. Incorporo ao meu pronunciamento o aparte de V. Ex^a, que tem a visão muito clara e muito lúcida da importância de se construir países desenvolvidos também com a atenção ao social.

Sr. Presidente, ao fim dos debates do fórum parlamentar, foi aprovado um documento, que solicito seja transcrito na sua íntegra nos Anais do Senado Federal. Pelo seu conteúdo, peço apenas dois minutos para lê-lo, porque, sem dúvida, quero fazer das suas palavras a síntese do sentimento de alegria e de emoção por ter participado desse momento histórico e, de forma especial, pelo fato de ele ter ocorrido em minha terra, o Rio Grande do Sul:

FÓRUM PARLAMENTAR MUNDIAL – DECLARAÇÃO FINAL:

O Fórum Parlamentar Mundial acontece pela primeira vez em Porto Alegre, nos dias 27 e 28 de janeiro de 2001, no contexto do Fórum Social Mundial (FSM), do qual participaram centenas de organizações sindicais e associativas. Aos milhares, delegados e delegadas vindos de muitos países vieram afirmar que existem, sim, alternativas a essa ordem neoliberal inumana que encarna o Fórum Econômico Mundial de Da-

vos, convocado, como em todos os anos, no fim de janeiro, na Suíça. Nós, Parlamentares, afirmamos nossa solidariedade com os movimentos sociais e democráticos reunidos na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, País símbolo de tantos combates progressistas.

Um ano após as mobilizações de Seattle, o FSM foi a oportunidade para medir o dinamismo das resistências cidadãs e populares à mundialização neoliberal para traçar novas perspectivas de ação solidária e, da mesma forma, para medir as conseqüências desastrosas para a democracia e as condições de vida de setores crescentes da população – ao Sul e ao Leste, mas também ao Norte –, políticas impulsionadas pelas instituições financeiras internacionais, a Organização Mundial do Comércio ou o G7.

Estamos diante de apostas sociais e ambientais de importância crescente em escala realmente mundial – um dado fundamental do nosso tempo, reconhecido oficialmente desde a conferência do Rio, de 1992. Não se poderiam assumir tais apostas, como a dos direitos humanos, da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres ou da livre circulação das pessoas e, ao mesmo tempo, assegurar um desenvolvimento sustentável em todos os continentes sem reforçar a cooperação internacional. Mas esta cooperação, para ser eficaz, não pode ficar sob a guarda do capitalismo, sob a pressão das finanças.

Ao momento da recolonização econômica do mundo, nosso apoio ao Fundo Social Mundial não deve ficar sem amanhã. Corresponde à nossa responsabilidade de Parlamentares em busca de maior transparência e participação da sociedade civil, nos mais amplos debates, em tudo o que se refere à negociação e ratificação dos convênios internacionais. É nosso papel, como Parlamentares, sustentar a ação dos sindicatos e associações com finalidade social, democrática ou ambiental que se engajam unidas na viabilização de alternativas à ordem neoliberal. É nosso papel agir permanentemente com essas organizações para que seus combates tenham uma verdadeira tradução legislativa.

Associamo-nos em particular às campanhas em curso: contra os mecanismos imorais da dívida e pela abolição da dívida dos países pobres; pela taxação dos movimentos especulativos de capitais com a instauração de uma taxa "Tobin"; pela supressão dos paraísos fiscais; por uma profunda reforma da Organização Mundial do Comércio e das instituições financeiras internacionais; pelo respeito aos objetivos ecológicos da Agenda 21; contra o patenteamento dos seres vivos; para que a Marcha Mundial das Mulheres tenha êxito, contra a discriminação, a violência e pela dignidade das mulheres.

Queremos atuar pelo respeito à soberania democrática e popular, priorizando os objetivos de desenvolvimento humano diante da multiplicação dos acordos de livre mercado e da liberdade crescente do capital em detrimento dos direitos sociais e ecológicos. Rechaçamos a mercantilização e a privatização dos bens e serviços públicos necessários para responder às necessidades dos povos.

Para esta finalidade, constituiremos uma rede internacional de Parlamentares para coordenar nossa ação sobre esses temas em nossas respectivas assembléias para sustentar com mais eficácia a ação dos movimentos sociais e cidadãos que são os nossos interlocutores para concretizar soluções alternativas, porque acreditamos que um outro mundo é possível.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2001.

Esta foi a carta do Fórum Parlamentar Mundial, que queremos registrar.

Dessa forma, agradecendo, concluímos nossa participação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Romeu Tuma, por permuta com o Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para a abordagem de dois assuntos com uma mesma motivação. Venho a esta tribuna para falar sobre a sanidade e o comércio da carne bovina. Venho em defesa do Mato Grosso do Sul, do Brasil. Venho pedir providências às autoridades brasileiras, ao Governo brasileiro, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério das Relações Exteriores, porque, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto se reveste de muita gravidade e vem causando prejuízos econômicos ao Brasil.

Com referência a Mato Grosso do Sul, todos sabem que, em 1999, um surto de febre aftosa atingiu uma parte do rebanho bovino, parte pequena, é verdade, do rebanho bovino do Estado de Mato Grosso do Sul. Tivemos um foco de febre aftosa no Município de Naviraí, mas soubemos reagir a esse foco, que prejudicou e ainda vem prejudicando os interesses da economia sul-mato-grossense.

A Delegacia Federal de Agricultura fez o que lhe competia. O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do lagro, ligado à Secretaria de Produção, mediante uma ação eficiente e com apoio dos produtores rurais, agiu imediatamente e debelou o foco.

O gado que veio contrabandeado do Paraguai foi incinerado. Todas as medidas de ordem sanitária foram tomadas pelas autoridades competentes do Estado. Houve até mesmo o fechamento das fronteiras, por meio de barreiras sanitárias estrategicamente montadas.

E agora esta Casa precisa louvar e prestar uma homenagem aos que participaram desse trabalho de cooperação, desse trabalho conjunto, que contou com o apoio decisivo das Forças Armadas na fiscalização das fronteiras internacionais durante todo o ano de 2000. Cumpre salientar também que as etapas sorológicas foram convenientemente cumpridas para a obtenção do **status** de área livre de febre aftosa com vacinação.

Em 10 de janeiro do corrente ano, o relatório feito pelo Estado de Mato Grosso do Sul foi aprovado pelas autoridades do Governo Federal pertencentes ao Ministério da Agricultura. No dia 26 de janeiro, o mesmo relatório foi aprovado, com louvor, pelo Instituto Internacional de Epizootia, na França.

Todavia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de todos os esforços e de todas as vitórias,

nosso Estado parece não obter a compreensão do Ministério da Agricultura. Outros Estados, que como Mato Grosso do Sul foram declarados zonas livres da febre aftosa, tiveram suas fronteiras liberadas. O gado em pé do Rio Grande do Sul e de outros Estados pode transitar por todo o território nacional; mas, incompreensivelmente, o Ministério da Agricultura não libera a fronteira do nosso Estado com os Estados vizinhos. Pior: não dá explicações. Comporta-se como se fosse o dono do mundo. Não explica nem ao Parlamento nem ao Governo do Estado por que Mato Grosso do Sul ainda parece estar condenado a ser considerado zona de risco.

Por que isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores? Já fomos injustiçados anteriormente, por mais de um ano. O surto surgiu em Naviraí, com gado contrabandeado do Paraguai; o Paraguai sempre foi considerado zona livre; Naviraí, no meu Estado, dista 60 km do Estado do Paraná, e todos nós – Parlamentares sul-matogrossenses, entidades de classe, a Famasul e a Acresul, o Governo do Estado oferecemos soluções no sentido de que isolássemos apenas a área afetada. Nem isso foi aceito pelo Ministério da Agricultura. E apesar de Naviraí voltar a repetir estar a uma distância de 60 km do Paraná, aquele Estado continua zona livre, enquanto outras regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, distantes de Naviraí 300 ou mais quilômetros, não tiveram o mesmo tratamento.

Qual a explicação técnica para isso? Alguém aqui sabe a existência não teñho dúvidas em afirmar isso. E que ro dizer ao Ministério da Agricultura porque me cumpre falar em nome daqueles que produzem no meu Estado, em nome da economia de Mato Grosso do Sul que há boatos inconfessáveis que não ousei dizer aqui desta tribuna; mas, se necessário for, teremos que divulgá-los. O que se propala hoje no Estado é que parece que há um boicote para atender interesses inconfessáveis. Quando nós, os Parlamentares, estamos entre os produtores do meu Estado, eles nos perguntam por que não pedimos providências e querem saber o que está havendo com tra Mato Grosso do Sul. Será que é porque possuímos o maior rebanho bovino deste País, com cerca de 23 milhões de cabeças? Por que não dão uma satisfação à coletividade sul-matogrossense?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há boicote interno! Ao mesmo tempo, lemos nos jornais, aliás, temos convicção de que existe um boicote internacional contra produtos brasileiros. Imaginem a luta comercial que está havendo entre o Brasil e o Canadá por causa das aeronaves brasileiras produzidas pela

Embraer, a preços altamente competitivos. Isso tem provocando uma reação do Canadá, que fabrica o mesmo produto e tenta inibir as exportações brasileiras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, será que um assunto não está ligado ao outro? Tenho a plena convicção de que sim. Por isso, a propósito da fala da Senadora Emilia Fernandes sobre a reunião de Porto Alegre, quero repetir aqui o que tenho afirmado sempre: Senadora, senhores membros do Senado brasileiro, o Brasil tem que se precaver mesmo, porque este é o país das potencialidades, das riquezas! Temos riquezas imensas, estamos avançando, mas a globalização não nos deixa avançar mais. A globalização é irreversível – sei disso –, mas ela tem se mostra do cru el com os pa í ses po bres e com os pa í ses em desenvolvimento!

Que lá entre eles se faça isso contra nós, tudo bem! Mas que meu Estado seja apenado pelo Ministério da Agricultura sem explicação é intolerável! Como representante do Estado, mereci a confiança do povo sul-matogrossense. Fui eleito para defender os interesses de Mato Grosso do Sul, promovendo seu progresso e a melhoria da qualidade de vida da nossa população. Por isso, não podemos aceitar esse boicote sem erguer nossa voz, sem protestar, sem falar abertamente ao Ministério da Agricultura! Ir lá não adianta mais, pois os técnicos estão numa rede de vidro, não querem dar satisfação a ninguém, não explicam seus atos aos Parlamentares, ao Governador do Estado, à sociedade brasileira!

Diantedisso, é preciso que a sociedade brasileira tome conhecimento de que não estamos de braços cruzados. Queremos agir, queremos lutar! Precisamos fazer com que o Ministério da Agricultura ouça nossas reivindicações e enxergue melhor um Estado como Mato Grosso do Sul, dando satisfações aos pecuaristas, aos produtores rurais, aos criadores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso não ocorre em nenhum Estado da Federação brasileira. O Ministério da Agricultura pode confirmar que os produtores, os pecuaristas e os criadores de Mato Grosso do Sul continuam cumprindo rigorosamente com seus deveres. Por que o rebanho do Mato Grosso do Sul não pode ir para São Paulo e para o Paraná, se já é um gado livre de febre aftosa, se a vacinação é feita de forma regular? Qual é a explicação que se dá para esse fato? Será que são os contratos comerciais firmados em dólar para exportação que fazem com que o preço em Mato Grosso do Sul seja inferior ao preço pago, por exemplo, nos frigoríficos em São Paulo? O que está havendo?

Faço essas perguntas em defesa da classe produtora do Estado do Mato Grosso do Sul, para que o Ministério da Agricultura responda ao Estado o que está havendo. Somos um Estado que renegociamos a nossa dívida e estamos pagando-a regularmente ao Governo Federal. O Estado passa por sérias dificuldades financeiras, e esse fato altera a sua economia, desestimula os que produzem. É preciso dar explicações claras. Não basta que os técnicos em ten dam o que está havendo, é a sociedade que precisa compreender.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um surto de vaca louca. O gado brasileiro é herbívoro e não carnívoro. Como se explica esse boicote do Canadá, acompanhado pelos Estados Unidos e pelo México? Guerrainternacional. Vamos defender o Brasil! Não é possível que eu tenha de defender Mato Grosso do Sul dentro do Brasil. Isso não! O Brasil tem de defender Mato Grosso do Sul. Não há necessidade de o Estado do Mato Grosso do Sul procurar defender-se ou buscar explicações para o que está ocorrendo. Sr. Presidente, Mato Grosso do Sul é o único Estado da Federação brasileira que hoje tem o gado amarrado, sem poder se locomover. Como nós, Senadores da República, podemos aceitar isso?

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PFL – MS) – Senador Ramez Tebet, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PFL – MS) – Senador Ramez Tebet, solidarizo-me com seu discurso, com seu protesto e com sua desconfiança com relação a tudo o que está acontecendo contra o Estado do Mato Grosso do Sul no que se refere ao gado. Um dos motivos é termos o maior rebanho de gado bovino deste País, quase 25 milhões de cabeças. Esse boicote vem da indústria farmacêutica de vacinas, da competição desleal de outros Estados com poder político muito mais forte que o de Mato Grosso do Sul. Quando houve um surto de aftosa em Naviraí, bloqueou-se o Estado inteiro – 360 mil quilômetros quadrados –, quando esse bloqueio poderia ter sido feito numa fazenda ou num município. Se o Estado de Mato Grosso do Sul não estivesse separado do Estado de Mato Grosso, esse território de bloqueio iria até a fronteira com Amazonas? Os fatos estão incompreendidos, e o Ministério da Agricultura, como disse V. Ex^a, fala dos organismos internacionais de controle da aftosa, mas não justifica o que está ocorrendo, com seriedade, com fatos, com argumentos sólidos, fortes, para que possamos entender. Não nos conformaremos nunca, pois nada é explícito, claro nem

transparente para nós. O pronunciamento de V. Ex^a extrapola os interesses de Mato Grosso do Sul e adota uma postura diferente, que está despertando nesta Casa, de defesa dos interesses nacionais. O Estado precisa ser mais solidário com seu povo, precisa ser um Estado de direito democrático, não um Estado de defesa de órgãos internacionais, que fazem de tudo neste País. Enquanto isso, vemos nossa economia exaurindo-se por falta de uma presença política mais forte. O pronunciamento de V. Ex^a traz a certeza de que o Senado Federal e o Congresso Nacional aperfeiçoam-se na defesa dos interesses nacionais. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a conhece o assunto melhor que eu, e, com números, o assunto fica melhor explicado. Comecei o meu discurso realmente indignado. Cheguei no meu Estado e vi as pessoas asperplexas, porque o Ministro da Agricultura promete abrir a fronteira e nunca o faz. A promessa não é cumprida.

Estarreceu-me também a falta de explicação dos técnicos da Ministério da Agricultura para as autoridades da Governo do Estado, que vêm lutando junto conosco em defesa da economia de Mato Grosso do Sul.

É um argumento forte do Senador Juvêncio da Fonseca, porque citou números. O Estado do Mato Grosso do Sul tem quase 360 mil quilômetros quadrados, que foram bloqueados. Naviraí está a apenas 60 quilômetros do Paraná. A febre aftosa, cujo contágio se faz pelo ar, só é levada pelo vento para o lado do Mato Grosso do Sul. Para o outro lado ela não vai. O vento é tão forte que só carrega o vírus para o Mato Grosso do Sul.

Será que isso é correto? Qual é a explicação para isso? Não deram uma explicação. Estamos esperando pacientemente, e não cumprem a palavra. O Estado faz um esforço enorme e obtém um relatório aprovado com louvor na França. Outros Estados brasileiros ficam com suas fronteiras inteiramente abertas, e Mato Grosso do Sul, não.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio. Fazendo soar a campainha.) – Nobre Senador Ramez Tebet, o seu tempo já se esgotou, e V. Ex^a ainda deverá conceder alguns apartes. Peço que conclua seu pronunciamento.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Com a compreensão de V. Ex^a, concedo o aparte ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Ramez Tebet, só cabe uma palavra neste aparte: solidariedade. V. Ex^a tem defendido seu Governo com a veemência que lhe é característica e com a correção necessária. Daqui a muitos anos, quando V. Ex^a não mais quiser concorrer ao Senado, haverá de carregar cicatrizes do dever cumprido. Faço este simbólico e solidário aparte desprendido de qualquer conotação de amizade. O Estado de V. Ex^a, Mato Grosso do Sul, não merece o que certas autoridades estão fazendo. Meus cumprimentos, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Bernardo Cabral, agradeço imensamente a sua solidariedade. Embora V. Ex^a diga que não, sei que ela vem pela nossa amizade. Sei que V. Ex^a aparteia porque também é um intransigente defensor do seu Estado. Já ouvi V. Ex^a tantas vezes aqui ouvi V. Ex^a, com seu sentimento patriótico, defender os interesses da Amazônia, região ameaçada pelo mundo inteiro. De sorte que recolho o aparte de V. Ex^a com emoção, porque parte de um Senador que tem demonstrado um sentimento cívico na defesa dos interesses da região amazônica e do Brasil.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Nobre Senador, não poderia deixar de cumprimentá-lo e também expressar a minha solidariedade, pois V. Ex^a cumpre o dever de defender os interesses e a economia do Estado que representa. Entendemos perfeitamente, por todo o arrazoado de seu discurso desassombrado e inteligente, que há razões inconfessáveis para determinar o procedimento, o comportamento das autoridades federais na área da agricultura, prejudicando o Estado do Mato Grosso do Sul. Meus parabéns, meus cumprimentos. Quero acrescentar, Senador Ramez Tebet, também fazendo coro ao que V. Ex^a se referiu, que nós brasileiros temos o direito e até o dever de desconfiar de certos comportamentos, certas decisões de outros países, que tentam prejudicar de uma forma ou de outra a economia brasileira. Entidades fiscalizadoras que são rigorosas, entidades europeias que se dedicam à fiscalização sanitária têm reconhecido no Brasil o esforço no combate da febre aftosa, e nunca se levantou nenhuma desconfiança da existência do chamado mal da vaca louca no País. Por que então, de repente, os três países que compõem o Nafta – e que que rem levar o Brasil a aceitar a Alca – Área de Livre Comércio das Américas,

contra os nossos interesses – aproveitam-se não se sabe de que razões para restringir, proibir a exportação de carne brasileira para os seus mercados? Essa questão é absolutamente irrespondível. Nobre Senador, temos o direito e o dever de desconfiar de razões inconfessáveis, de natureza política ou mesmo impositiva sob o ponto de vista dos grandes interesses dominadores do mundo. Uma vez mais, parabênizo V. Ex.^a pelos seus pronunciamentos, que se caracterizam exatamente por essa independência, por esse dever de defesa do seu Estado e do nosso País, pelo desassombro e pelo brilhantismo com que se comporta na tribuna.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Roberto Saturnino, a experiência de V. Ex.^a é a comprovação de que temos realmente por que desconfiar do comportamento daqueles países. Se um homem da sua envergadura desconfia disso, imagine eu, recém-chegado ao Senado da República.

Todos sabem que o mal da vaca louca surgiu na Inglaterra. Quando se fala em crescimento da economia brasileira, começam a dizer que o Brasil não viu ou documento para provar que aqui não há esse mal, isso ao lado de um boicote que a Embraer está sofrendo, uma vez que o Canadá tem condições de subsidiar a empresa que fabrica os aviões.

Esse é o mundo da globalização cruel a que me referi. Eu sei que não podemos lutar contra a globalização, mas podemos lutar dentro do mundo globalizado, defendendo o que é nosso. Mas se a defesa do que é nosso perante essas nações mais adiantadas nos é difícil, volto para o meu Estado.

Defender o Brasil dentro das nossas fronteiras não é difícil. Mato Grosso do Sul precisa de boa vontade. Faço um apelo ao Ministério da Agricultura em nome da economia do meu Estado. Vim a esta tribuna, Sr. Presidente, impulsionado pelo que tenho ouvido dos produtos do meu Estado e das entidades da classe. Sabe o Senado da República que sou oposição ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, mas neste capítulo o Governo de Mato Grosso do Sul cumpriu o seu dever. Resta ao Ministério da Agricultura reconhecer isso e deixar de causar prejuízos ao Estado de Mato Grosso do Sul. Temos que lutar para continuar exportando.

O comércio da carne rende ao Brasil, atualmente, cerca de US\$800 milhões, a exportação de carne brasileira para o exterior. Vamos defender nosso mercado, mas vamos defender com justiça as coisas dentro do Brasil.

Quanto à questão a que me referi, ela é incompreensível, Sr. Ministro da Agricultura. Portanto, peço a atenção de V. Ex.^a para o meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Eduardo. (Pausa.)

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, dentro de dois dias, com o auspicioso retorno da Senadora Marina Silva aos trabalhos desta Casa, encerrarei o período de quatro meses durante o qual procurei cumprir, com entusiasmo e sincero esforço, o dever político e cidadão implícito na suplência, de manter contínua e ativa a representação delegada pelo povo do Acre.

Esta ocasião, portanto, é de despedida, de reflexão e de avaliação das lições que aqui aprendi, como também de prestação de contas ao Brasil e ao Acre das minhas ações no exercício do cargo de Senador da República.

Início com algumas palavras sobre meu Partido, o Partido Verde. Coerente com nossa história e filosofia, animou-nos o objetivo de, durante este breve mandato, ajudar a manter vivas na pauta do Congresso as discussões sobre sociedade, meio ambiente e direitos humanos, temas tão bem expressos no mandato da Senadora Marina Silva. Coincidentemente, minha chegada a esta Casa aconteceu no momento em que o PV saía das urnas, em novembro último, com muita energia, recebendo dez vezes mais votos do que na eleição anterior.

Esse sinal de fidelidade dos ideais verdes na sociedade brasileira animou-nos a colocar mãos à obra para crescer e corresponder politicamente à evidente expectativa de que sejamos, de fato, uma expressão das novas propostas e novos movimentos que hoje fermentam o desejo de mudança, no mundo todo, para um modelo de desenvolvimento mais justo e equilibrado, tanto do ponto de vista social quanto do ecológico. A partir de meu posto neste Senado procurei colaborar para dinamizar ao máximo esse momento especial do Partido Verde. Cumpri valiosa agenda de contatos nacionais e internacionais, negociando alianças com forças sociais e políticas afins. Incentivei e participei da discussão partidária interna, indis-

pensável para pensar o presente e o futuro, ganhar quadros, abrir novas frentes e formar lideranças. Asseguro que o fato de o PV ter tido o seu primeiro Senador nessa fase contribuiu positivamente para esse processo de reciclagem e fortalecimento partidário. Quando isso ocorre, independentemente do Partido, é sempre um bom fruto do Parlamento e resultado de grande interesse para a população, visto que se reforçam estruturas democráticas, se agitam águas paradas e se abrem espaços para maior participação, parcerias e troca de idéias.

Entre os temas específicos que pude tratar durante esse breve período, destacarei três.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Ouço V. Ex.^a com prazer.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Senador Júlio Eduardo, neste momento em que V. Ex.^a usa a tribuna para fazer um balanço desse período em que ocupou, como suplente da Senadora Marina Silva, a vaga no Senado Federal, registro a enorme alegria de ter convivido com V. Ex.^a. Quem nos assiste pode pensar que essa alegria origina-se na amizade, no convívio pessoal, mas infelizmente isso não foi possível. Entretanto, essa satisfação vem da contribuição que V. Ex.^a trouxe a esta Casa nos debates a respeito de cidadania, democracia, meio ambiente. Assisti a duas excelentes intervenções de V. Ex.^a no plenário desta Casa. Uma delas dizia respeito à Região Amazônica e, naquela oportunidade, nos foi apresentado um ponto de vista novo, atualizado, que para nós, Parlamentares de outras regiões do País, configurou-se de muita valia. Por isso, reitero a V. Ex.^a, ao povo acreano e ao povo brasileiro que nos assiste neste momento que foi muito bom conviver com V. Ex.^a. Espero que prossiga na vida pública e ocupe outros espaços importantes, porque V. Ex.^a tem, seguramente, muito a contribuir com a política de qualidade que precisamos construir no Brasil. Parabéns! Tenho certeza de que o povo brasileiro ganhou muito nesse pequeno período de participação de V. Ex.^a na vida parlamentar brasileira. Muito obrigado.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Presenteado por tão carinhoso aparte, agradeço a sua bondosa manifestação e o exemplo que V. Ex.^a representou para mim na minha atuação.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Concede-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Pois não, Ex.^a.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Júlio Eduardo, também quero participar deste momento em que V. Ex.^a deixa o mandato originalmente pertencente à Senadora Marina Silva. Externo a minha admiração, reafirmo o meu respeito e amizade pelo trabalho que V. Ex.^a desempenhou tanto a favor do Parlamento brasileiro como da juventude e da sociedade brasileira, que deseja ter no meio ambiente um horizonte novo, envolvendo estabilidade entre o presente e o futuro. Não é possível mais imaginarmos a pós-modernidade, a contemporaneidade sem uma política de meio ambiente definida para os povos deste planeta. V. Ex.^a, de maneira muito especial, apresentou esse debate e aprofundou a questão indo de encontro ao conteúdo e à forma do trabalho legislativo que a Senadora Marina Silva desenvolve de maneira tão sublime nesta Casa. Somente quero dizer-lhe que retornará ao nosso Estado, ao Acre, levando uma nova visão de vida, adquirida no Parlamento brasileiro, dividindo com a juventude e com toda a sociedade brasileira a importância de um profissional reto, coerente e honesto, capaz de olhar o amanhã de maneira desprendida e a favor do desenvolvimento humano e ambiental. Sem dúvida alguma, a sua passagem no Senado Federal reafirma a possibilidade de se fazer política decentemente, coerentemente, a possibilidade da construção de um mundo melhor, de um novo amanhecer para o nosso País. O que fica de mais importante ao longo de sua passagem pelo Senado Federal é o elo que tentou estabelecer com a juventude, mostrando que ela em que se apegar. V. Ex.^a visualizou um horizonte a compartilhar com as futuras gerações e a possibilidade de construção de um país diferente, verdadeiro, onde matar, mentir, roubar não sejam mandamentos aceitos por aqueles que vivem em sociedade. Um país onde a idéia de ser fanático pela verdade ou de esquelato não seja o elemento fundamental, mas, sim, a razão, a coerência, o equilíbrio do homem como alguém que pode viver uma idéia de felicidade em sua passagem pelo nosso planeta. Imagino que V. Ex.^a ganha do Brasil, ao deixar o mandato, um "muito obrigado" e o desejo de retorno, no futuro, às Casas Legislativas do Brasil. V. Ex.^a é um condutor da política de saúde para este País, para o nosso Estado. É o que mais espero. Acredito, também, que as mulheres terão muita alegria no reencontro com V. Ex.^a, ginecologista e obstetra, e, sem dúvida alguma, os bebês, quando olharem o mundo pela primeira vez, verão em V. Ex.^a um profissional de qualificação e elevada personalidade médica, que os acolherá com

carinho e respeito, confirmando o sentido da sua profissão. Muito obrigado e muito êxito.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Senador Tião Viana, grande amigo, agradeço esse aparte na certeza de que a proximidade do nosso ideal é muito grande. A forma como V. Ex^a atua no Parlamento brasileiro serve como uma diretriz para nós todos aqui ou em qualquer outra Casa Legislativa. Muito obrigado.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Concedo-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Júlio Eduardo, deixo também o meu depoimento da excelente impressão que V. Ex^a causou a todos nós nas intervenções feitas durante esse curto período em que substituiu a Senadora Marina Silva. Árdua missão, grande responsabilidade, que V. Ex^a cumpriu muito bem. Quero deixar aqui registrada a minha admiração. V. Ex^a, em todos os momentos, revelou senso de responsabilidade da representação e interesse pelas coisas do seu Estado e do nosso País e ainda uma independência muito grande em relação a compromettimentos menores de natureza política. Enfim, V. Ex^a deixou em todos nós uma sensação de enobrecimento da Casa. Dito isso que expressa efetivamente um sentimento meu, e acredito que seja de toda a Casa, resta esperar que V. Ex^a ainda nos brinde com seu retorno a esta Casa o mais breve possível, para continuar colaborando com as causas de interesse do povo brasileiro e do seu Estado.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Senador Saturnino Braga, o meu agradecimento a suas palavras é imenso, até porque, antes de ter o prazer de representar o Estado do Acre, vivi politicamente o nosso Rio de Janeiro, e a minha admiração por V. Ex^a é anterior a tudo isso. Agradeço a V. Ex^a pelas palavras, porque seida consistência e da experiência que, certamente, reunidas com a bondade, o fizeram preferir. Muito obrigado.

Dos três temas que gostaria de citar, o primeiro deles é aquele que figura no topo da agenda de preocupações de meu partido, de ambientalistas em geral e de governantes conscientes em todo o mundo: as ameaças de escassez de água e os riscos de poluição que atingem os depósitos disponíveis, especialmente para abastecimento humano. No Brasil, esse problema tem sido objeto de intensas negociações, principalmente na última década, resultando na Lei

da Política Nacional de Recursos Hídricos e na lei que criou a Agência Nacional de Águas.

Mas ainda restam pontos importantes a serem regulados, pontos que geram conflitos de entendimento e prejuízo público. É o caso dos aquíferos que ultrapassam os territórios dos Estados e envolvem águas subterrâneas. Para avançar nessa matéria, apresentei proposta de emenda constitucional, acatando sugestões da área técnica do Ministério Público Federal, com o objetivo de eliminar dúvidas quanto à titularidade dessas águas, definindo-as como de domínio da União. A mudança trará maior segurança jurídica e responsabilidade administrativa ao gerenciamento dos recursos hídricos e à outorga de direitos sobre águas subterrâneas. Essa é uma contribuição que tenho a honra de deixar em trâmite no Legislativo e que aqui será, estou certo, muito enriquecida pela discussão técnica e política da qual continuarei participando como cidadão e militante.

O segundo tema é o da própria Amazônia e, em especial, do Acre, que procurei manter em destaque neste plenário e nas comissões. Evidenciei não apenas problemas, mas sobretudo as soluções que emergem da importante fase de transição que forças responsáveis da região procuram direcionar para um futuro sustentável, de economia inteligente e, certamente, um desenvolvimento social e ambientalmente justo. Nesse sentido, reafirmo o papel das entidades representativas da sociedade civil, de setores do Governo Federal (a exemplo do Ministério do Meio Ambiente), de governos estaduais como o do Acre e do Amapá, de prefeituras de capitais como Belém e de pequenos municípios, que formam uma rede de esforços para propor alternativas realmente amazônicas, porque idealizadas no conhecimento técnico e científico da natureza, no respeito à população local e suas sabedorias, no melhor uso da solidariedade global e na convicção de que há vida e esperança fora dos modelos tradicionais predadores e excludentes.

O terceiro tema que nesse período mobilizou inúmeras reuniões e seminários dos quais participei representando o Senado e o Acre foi o das mudanças climáticas globais. Importa atentar para suas interações com os modelos de produção e consumo dominantes no mundo e também com a necessária proteção da biodiversidade e da própria integridade do Planeta, ameaçada por descontroles artificialmente produzidos pelo excesso de poluição.

Estar diretamente inserido nessas negociações e rodadas técnicas foi, para mim, um fator de crescimento pessoal e político. Reforçou-me a certeza de

que, na situação de grave e progressiva quebra do equilíbrio ambiental pela qual passa o Planeta, a mais ingente ameaça não é ecológica, é a resistência do poder político, insensível, a agir para além dos interesses particularistas, gananciosos e mesquinhos. Mais importante para o mundo do que a capacidade tecnológica para responder aos desafios e ameaças que os próprios seres humanos criaram é a capacidade de cada um de nós representados e representantes de mudar a política, tirá-la do julgo das razões econômicas que costumam privilegiar tão poucos e colocá-la sob a égide da ética e dos valores humanos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimantar o Senador Júlio Eduardo pela sua intensa participação nesses meses em que substituiu e muito honrou a cadeira do Senador da Senadora Marina Silva, uma das melhores surpresas da história do Senado Federal, posto que a referida Senadora tem demonstrado aqui como é possível trazer o conhecimento da floresta, das coisas da Amazônia e do Acre, defendendo tão bem o sentimento da cidadania e, nas suas palavras, da "florestania". Ao substituir a Senadora Marina Silva, durante o período em que S. Ex^a precisou cuidar da saúde, representando o Partido Verde pela primeira vez aqui no Senado, V. Ex^a soube honrar muito bem sua missão. Como membro do Partido dos Trabalhadores, gostaria de dizer que tenho grande afinidade com o Partido Verde e com sua postura de defesa da Amazônia, das florestas, dos manguezais. O PV defende o direito à cidadania e a preservação do ambiente inteiro, como nos fala Leonardo Boff. V. Ex^a nos trouxe um grande conhecimento, inclusive como médico, companheiro do Senador Tião Viana, que é um batalhador na área da saúde, e ressaltou sua condição de médico especialista no nascimento dos novos seres. Quero dizer que o outro representante do Partido Verde no Congresso Nacional, o Deputado Fernando Gabeira, é uma das pessoas com quem tenho a maior afinidade. Muitas vezes participei, juntamente com o Deputado Fernando Gabeira, de ações em defesa da cidadania, da democracia e de uma melhor qualidade de vida, como os membros do Partido Verde costumam defender. Quero também cumprimentar e saudar o crescimento do Partido Verde em todo o Brasil nas últimas eleições municipais. Muito obrigado por sua colaboração junto ao Senado Federal.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Ilustre Senador Eduardo Suplicy, agradecendo de coração o seu aparte, quero salientar que essas considerações, vindas de uma pessoa de tamanha bagagem político-cultural, muito me honram e certamente servirão de estímulo para continuarmos, com várias formas de parceria, a caminhar juntos em direção a uma sociedade mais justa, em que todos acreditamos.

Muito obrigado.

Essas considerações vêm a propósito de reflexão que me ocupa nos últimos dias a respeito do sentido propriamente político de minha experiência no Senado: aquele que diz respeito à observação e à vivência como parte das múltiplas funções e responsabilidades do Poder Legislativo para com a Nação e cada um de seus cidadãos. Em primeiro lugar, afirmo que nesses 120 dias cresceram meu respeito e admiração por aqueles que aqui trabalham – parlamentares, técnicos e funcionários – e trabalham muito, para dar conta de uma agenda móvel, sempre crescente, ao sabor dos radares sociais, culturais e econômicos, no poder da República mais exposto, mais transversal, mais aberto.

Vi-me da ampla perspectiva nacional que nos tira de nos mesmos cidadãos, rios, aldeias e mostra que efetivamente existe um Brasil de teias e ramificações nem sempre claras, nem sempre bem entendidas, mas fortes e inescapáveis, por mais que queiramos cuidar do nosso pedaço ou acreditar que ele é um mundo à parte. Aqui, senti-me um instrumento de soluções gestadas no debate, um elo possível de integração plena da diversidade. E também constatei, de um posto privilegiado, porque dentro do coração do engenho político brasileiro, quão dramaticamente é aquela mudança ética, metodológica e conceitual na política de que tratava há pouco. Refiro-me ao processo, em curso, de escolha dos novos dirigentes do Congresso, os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Não quero me alongar em considerações a respeito, mas cito artigo de Elio Gaspari, que li na **Folha de S. Paulo**, sob o título "Jefferson Péres é perigoso. É um homem de cente", do qual solicito transcrição nos Anais desta Casa.

Identifico-me com a argumentação do artigo e vejo nela o cerne das reflexões mais gerais que levo comigo para o Acre e para minha prática política cotidiana. Levo aguda a consciência de que a mudança já está em curso, mas pelas mãos da sociedade, visível na exigência ética que ficou clara nas últimas eleições, no peso e na consistência do trabalho mostrado por entidades organizadas no Fórum Social Mundial

de Porto Alegre e em tantos outros sinais, como a vinda de três Parlamentares do Partido Verde da Suíça para participar do Fórum em Porto Alegre, aos quais muitos daqueles que se consideram profissionais da política preferem fazer ouvidos surdos, olhos cegos e coração morto.

Grande engano! O poder formal parece sólido, mas tende a ignorar quando o formigueiro que lhe está sob os pés começa a se mexer em outra direção e a cavar o enorme buraco no qual o soterrará. A direção em que as formiguinhas da sociedade brasileira caminham hoje é o de uma mudança estrutural da ação política, que não só tem a ver com a formação de novas redes de tomada de decisão e novos foros de legitimidade da ação pública, como tem a ver com a exigência de novos perfis para os postos de representação do sistema democrático.

Por isso, é tão oportuno o artigo de Gaspari, do qual quero citar o seguinte trecho inicial: "O Governo não admite a possibilidade de uma vitória de Péres. Não a admite porque ele é o candidato da Oposição. Pena. O Planalto está mobilizado contra a decência. A figura miúda, meticulosa e seca do Senador amazense tem essa única característica. É um homem decente." E de minha lavra qualificado competente e preparado.

E mais adiante, à guisa de conclusão: "(...) a teia de interesses que equilibra a aliança governista chegou a tal decadência que a cada remendo corresponde nova goteira. Havendo um candidato de oposição com a marca da decência, o Presidente da República reagiu a uma ação do PFL ameaçando demitir pessoas que o Partido indicou. Se Fernando Henrique as nomeou porque eram competentes, não pode demiti-las por vingança. Se as nomeou acreditando que eram competentes, e elas se revelaram ineptas, já deveria tê-las demitido há muito tempo.

O Governo pode ficar tranqüilo, as chances de Jefferson Péres vir a ser eleito Presidente do Senado são praticamente nulas. Agora, a aliança governista não tem por que temer esse homem decente, mas deve se lembrar que em 2002 terá de bater a porta da choldra para pedir os votos".

Esse é o texto de Elio Gaspari.

Despeço-me do Senado, mas não da política do cotidiano, das ruas, dos ideais do meu Partido, da lealdade à minha consciência. Volto transformado pela experiência das lições que aqui recebi, orgulhoso de ter aqui, pela primeira vez, representado o Partido Verde e ter revalidado em mim e em muitos companheiros a certeza dos rumos que nosso ideário aponta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço o apoio de todos e a compreensão muitas vezes necessária para ajudar esse "verde" Senador a entender os meandros do Congresso. Parafraseando mote muito em voga entre os ambientalistas há muitos anos, que dizia "seja maduro, de fen da o verde", eu digo: estou maduro, continuo cada vez mais verde.

Agradeço a todos, Senadoras e Senadores, a acolhida carinhosa que aqui tive.

O privilegiado e denso aprendizado e a oportunidade de, como cidadão brasileiro, viver a excelência da condição de realização nesta magna Casa legislativa me reveste do dever de testemunhar para a sociedade brasileira o ritmo intenso e prolongado de trabalho no Senado Federal, que, produtivo e consistente, honra o papel de representação dos Estados brasileiros.

O Partido Verde, na primeira passagem por esta Casa, agradece o espaço oferecido pelos ilustres Senadores e o respeito à sua atuação enquanto Partido. Além disso, com a volta da nobre Senadora Marina Silva, sente-se representado e continua à disposição do Parlamento.

A perpetuação do sucesso dos representantes da Federação é o desejo do cidadão brasileiro Júlio Eduardo e o do seu Partido. Eternamente grato pela oportunidade dessa magnitude, despeço-me desta tribuna com os agradecimentos já proferidos.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Concedo, com prazer e honra, o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Júlio Eduardo, vim do meu gabinete para expressar a V. Ex^a minha satisfação com nosso convívio, meu prazer em trocar idéias com V. Ex^a. Manifesto minha admiração por ver com que espírito, talento e amor V. Ex^a ocupou a tribuna do Senado em defesa dos seus ideais, em defesa do seu Estado, o Acre. Desejo-lhe muita felicidade. V. Ex^a bem representou seu Estado nesta Casa. Várias vezes ouvi atentamente seus pronunciamentos, todos eles coerentes e voltados para o bem comum. Isso é muito importante, Senador Júlio Eduardo. V. Ex^a vai deixar um vazio aqui. Queria dizer-lhe que esse convívio foi muito agradável. Não só eu mas também os seus Colegas e o Senado da República vão lembrar-se com carinho da sua passagem pelo Senado. V. Ex^a cumpriu com brilhantismo o seu mandato. Assumiu no lugar da Senadora Marina Silva, que agora retornará. Po-

demos dizer que S. Ex^a é eficiente e V. Ex^a. também o é. No dia em que S. Ex^a tiver que se ausentar novamente, o Estado do Acre não perderá nada, por que V. Ex^a está à altura da defesa dos interesses daquele Estado. Um abraço.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Agradeço, emocionado, a sua declaração, que, é claro, vem revestida de toda bondade já reconhecida, mas serve como estímulo para que eu sempre possa contribuir, de alguma forma, com os debates, mesmo que em posições diferentes, porém sempre tentando elevar a discussão.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Gostaria de contar com a bondade do Presidente, para ouvir o Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Eminente Senador Júlio Eduardo, em pouquíssimas palavras, gostaria de cumprimentar V. Ex^a e, sobretudo, o Estado do Acre. V. Ex^a se desincumbiu como poucos da sua missão de substituir a eminente Senadora Marina Silva e representar aquele grandioso Estado da Federação brasileira. Permita-me apenas dizer que estamos aqui, neste momento, entre a cruz e a espada: de um lado, satisfeitos com o retorno da eminente Senadora Marina Silva; de outro, muito tristes com o regresso de V. Ex^a ao seu consultório no Estado do Acre.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Sou-lhe muito grato pelo carinho expresso em tão bondosas palavras. De acordo com o que pensa o Partido Verde, também no dia-a-dia do consultório, estaremos contribuindo politicamente com a sociedade. Tenho certeza de que, enriquecido de participações, experiências e troca de idéias com uma pessoa de sua envergadura, volta reimplantado à minha atuação profissional.

Reitero os agradecimentos a todos. Nada disso teria acontecido da forma distinta como vivenciei se não tivesse sido possível contar com a qualidade da assessoria do gabinete com que fui apresentado e, evidentemente, com a compreensão amiga de todos os Srs. Senadores, especialmente do meu sempre parceiro, Senador Tião Viana, e da minha competente e maravilhosa Líder, Senadora Heloisa Helena.

Agradeço à Bancada do Acre, ao Deputado Federal Marcos Afonso, que muito me auxiliou a honrar

onoso que ri do Acre nesta Casa, pois pude absorver um pouco da sua grande experiência.

Reitero que estou muito grato por ter podido participar desta Casa.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JÚLIO EDUARDO EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

Elio Gaspari

Jefferson Péres é perigoso. É um homem de cente

Há dois candidatos à presidência do Senado: Jader Barbalho e Jefferson Péres. O governo não admite a possibilidade de uma vitória de Péres. Não admite porque ele é o candidato da oposição. Pena. O Planalto está mobilizado contra a decência. A figura miúda, meticulosa e seca do senador amazonense tem essa única característica. É um homem decente.

Aos 68 anos, é ave rara. Não há um único funcionário no governo federal nomeado a seu pedido. Recusa-se a endossar até mesmo indicações da bancada. (Bem que poderia ter evitado a nomeação de uma cunhada para seu gabinete.) Viveu como professor de economia da Universidade Federal do Amazonas. Tem mais de 35 anos de serviço, recusa-se a requerer aposentadoria. Defende a política econômica do governo com mais ardor que a maioria do Ministério de FFHH. Sustenta que o presidente do Banco Central deve ter mandado, programa e metas. Em 1997, relatando as contas do governo, demonstrou que ele havia reduzido os gastos na área social. Rebarbou os doces pedidos para retirar suas restrições.

Personagem anticlimático, é capaz de participar da sabatina de um presidente do Banco Central dizendo que aquela sessão de perguntas e respostas era um teatro praticamente inútil: "O Senado finge que tem poderes e que participa do processo quando pode muito pouco e participa quase nada." Foi nomeado para a comissão especial que tratou do caso Eduardo Jorge e avisou: "Isto aqui não vai dar em nada, por falta de instrumentos legais". Deu em nada.

Pode-se ver a marca da decência de Péres nas coisas que ajudou a fazer funcionar. Trabalhou para regulamentar os planos de saúde e defendeu a entrada de empresas estrangeiras no mercado. Apoiou a proibição da propaganda do tabaco e propôs que ela fosse estendida ao álcool. Visitado pela turma das cervejarias, foi a público: "A pressão da indústria da bebida é maior que a dos fabricantes de cigarro." Relatou o trabalho da comissão que pediu a cassação do mandato de Luiz Estevão. Foi dele a iniciativa de obter do Senado a repreensão dos senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho pelos bate-bocas que produziram no plenário.

Para o Planalto e para a coligação governista, Jefferson Péres não pode presidir o Senado porque é de oposição. Esse argumento é forte, mas até agora os doutores do governo só conseguiram produzir Jader Barbalho. Vale lembrar que a base de sustentação política da ditadura chegou a um impasse quando o melhor candidato que conseguiu produzir chamou-se Paulo Maluf. Graças a isso deu-se o milagre de Tancredo Neves. Como lembra o senador Roberto Freire: "O que está acontecendo hoje em Brasília é a marcha da insensatez."

Jefferson Péres está na oposição, não é de oposição. Distanciou-se do governo por decência. Começou a fazer política nos anos 50 e foi candidato a vereador em Manaus, com o apoio velado do Partido Comunista. Quando veio a ditadura, retraiu-se. A maneira como conta isso é um bom retrato de sua personalidade:

“Eu não tinha vocação para herói. Fiquei com medo de perder o meu emprego na universidade e abandonei qualquer militância política.”

Péres reemergiu em 1988, filiando-se ao PSDB, que fazia oposição à política úmida do morubixaba Gilberto Mestrinho. Foi um caso raro de vereador que foi para o Senado sem escala na Câmara. Deixou o partido em 1999, depois que os tucanos aliaram-se ao governador Amazonino Mendes, herdeiro de Mestrinho em troca dos votos para a aprovação da emenda da reeleição. Saiu do PSDB tocado pela mesma decência que levou Mário Covas e FFHH a saírem do PMDB de Orestes Quêrcia.

O PFL poderá criar uma alternativa a Jader Barbalho achando um novo candidato em outro partido. Parece coisa fácil, mas a teia de interesses que equilibra a aliança governista chegou a tal decadência que a cada remendo corresponde nova goiteira.

Havendo um candidato de oposição com a marca da decência, o presidente da República reagiu a um chilique do PFL ameaçando demitir as pessoas que o partido indicou. Se FFHH as nomeou porque eram competentes, não pode demiti-las por vingança. Se as nomeou achando que eram competentes e elas se revelaram ineptas, já deveria tê-las demitido há muitotempo.

O governo pode ficar tranqüilo. As chances de Jefferson Péres vir a ser eleito presidente do Senado são praticamente nulas. A aliança governista não tem por que temer esse homem decente, mas deve-se lembrar que em 2002 terá que bater à porta da choldra para pedir-lhe votos.

Durante o discurso do Sr. Júlio Campos o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Presidência do Senado se congratula com o Senador Júlio Eduardo pelo excepcional trabalho que aqui realizou durante o tempo em que substituiu a Senadora Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2001

Com fulcro no art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a convocação do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para, perante o Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos sobre o embar-

go comercial canadense à carne bovina brasileira, medida seguida pelo México e Estados Unidos da América, bem como sobre o impasse entre Brasil e Canadá, envolvendo subsídios do governo canadense ao setor de aviação.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2001. – Senador **Paulo Hartung**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 9 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, inicialmente, de enaltecer o requerimento recém-apresentado pelo eminente Senador Paulo Hartung.

Gostaria de fazer algumas considerações a respeito dessas retaliações do Canadá em relação à carne brasileira. Faz-me lembrar, Sr. Presidente, a famosa fábula de La Fontaine, *Lupus et Agnus* – O Lobo e o Cordeiro –, em que o lobo, com vontade de devorar o cordeiro que bebia a água à jusante ao lobo, diz que o cordeiro estava sujando a sua água, ao que o cordeiro respondeu: “Como posso estar sujando a água se elas correm de ti para os meus goles?”

Sr. Presidente, é isso que está ocorrendo hoje na globalização. O Brasil – isso já foi decantado aqui principalmente na tarde de hoje – está envidando todos os esforços para se livrar das epizootias, sobretudo da febre aftosa. O meu Estado, o Tocantins, recentemente, recebeu a láurea, o certificado de ser já um Estado livre de febre aftosa com vacinação, pelo trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado através das suas diversas instâncias e sobretudo pelos pecuaristas que querem ver o Brasil sendo o maior exportador de carne do mundo já que o Brasil possui o maior rebanho de gado comercial do planeta. Quando estamos encetando todos os nossos esforços para nos vermos livres de algumas zoonoses, sofremos essa retaliação. No mesmo caminho seguem os Estados Unidos e o México, integrantes do Nafta, o grande grupo econômico que envolve esses três países. Portanto, meus aplausos ao requerimento do eminente Senador Paulo Hartung.

Sr. Presidente, tenho certeza de que o Ministro Celso Lafer terá muito trabalho para dirimir todas as questões relativas a esses boicotes no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Conhecemos o

principal motivo desse problema, apesar de as nossas autoridades diplomáticas procurarem minimizá-lo, mesmo porque são diplomatas. No entanto, sabemos que as retaliações têm a sua maneira, ou seja, têm o seu vínculo com a questão do desenvolvimento da tecnologia brasileira, sobretudo na área da aviação de passageiros para vôos regionais.

Portanto, inicio meu discurso cumprimentando o Senador Paulo Hartung e todos aqueles que aqui trataram desse assunto e que certamente haverão de tratá-lo ainda.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Conceda-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço V. Ex.^a com prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Carlos Patrocínio, quero associar-me ao seu comentário e à sua solidariedade à iniciativa do Senador Paulo Hartung. Temos de estar juntos nessa luta da Nação brasileira e do povo brasileiro. É evidente que há um propósito nisso tudo: levar-nos de joelhos a aceitar a imposição da Associação com a Alca, enfim, levar a nossa economia a um estágio de destruição que seria impensável há algum tempo. Não foi sequer levantada qualquer suspeita acerca dessa moléstia da vaca louca no Brasil. Os atos de resposta que o Brasil tem dado a essas doenças em nosso gado têm sido reconhecidos por entidades européias absolutamente rigorosas. Isso é um mero pretexto para garrotear um pouco mais a nossa economia e a nossa capacidade de exportação e elevar a nossa dependência aos nossos capitais internacionais, levando o Brasil a uma posição de submissão. Esperamos que o Sr. Ministro Celso Lafer, como disse V. Ex.^a, tenha competência para reagir. O Itamaraty tem uma tradição de negociação reconhecida historicamente no mundo todo, ou seja, dispõe de capacidade. Infelizmente, o referido órgão tem estado infelizmente coarctado na sua ação pelas autoridades fazendárias do Brasil, que pretendem impor à Nação um bom comportamento em relação às exigências do sistema financeiro internacional. Mas todos nós, Senadores, devemos nos juntar e unir as nossas vozes à do Sr. Ministro das Relações Exteriores do Brasil, à do Ministro da Agricultura, que está lá lutando, enfim, às vozes das autoridades que desejam defender a economia e os interesses do Brasil, razão pela qual cumprimento V. Ex.^a pelo pronunciamento. Aproveito para conclamar todos os ilustres e nobres colegas a, juntos, defendermos esta causa, que exige de nós um comportamento digno da confi-

ança que o povo brasileiro em nós depositou. Parabéns, nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço, eminente Senador Roberto Saturnino. Sei que a preocupação que expendo neste momento é de todos nós. O Senado Federal, por meio de sua Comissão de Relações Exteriores e de seu próprio Plenário, certamente haverá de tomar as providências necessárias e dará todo o apoio ao eminente Chanceler brasileiro Celso Lafer.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Conceda-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço com satisfação V. Ex.^a.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Carlos Patrocínio, eu também queria, neste momento, externar minha solidariedade pelo seu discurso, pelo seu ponto de vista, que é o de todos nós. Essa retaliação contra produtos nossos, esse lançar no mar uma suspeita para o resto do mundo todo – capacidade que têm especialmente os Estados Unidos e o Canadá, que são líderes na economia mundial – vai nos trazer dificuldades por muitos e muitos anos. Foi profundamente lamentável, irresponsável e humilhante para nós. Estaremos juntos, eu tenho certeza, o Senado Federal, o Governo brasileiro, toda a Nação, para restabelecer a dignidade e o direito que temos de ter, de troca, de igual para igual, especialmente de produtos agrícolas, agropecuários. Por isso, felicito-o pelo seu pronunciamento hoje, feito com muita firmeza, e, como o Senador Roberto Saturnino, endosso esse ponto de vista de V. Ex.^a, que é de todos nós. Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço, eminente Senador Mauro Miranda.

Eu poderia dizer que a imprensa brasileira não é muito discreta. Vários embaixadores afirmam que, no exterior, o que se ouve normalmente são notícias dessas coisas com relação ao nosso País. Certa vez, eu estava na Itália e o Embaixador em Roma nos disse que saíra na televisão algo a respeito do Brasil, o caso do soldado Rambo, que tinha atirado e matado uma pessoa em São Paulo. Mas ninguém jamais ouviu falar, de maneira alguma, pela imprensa nacional sobre a questão da vaca louca em nosso País. Sabemos que está assolando vários países da Europa e que não estão consumindo carne. Seria exatamente a oportunidade de exportarmos o nosso boi verde, o boi orgânico, o nosso boi ecológico criado do pasto e, talvez, o melhor boi do mundo. Mas é por isso que vêm essas retali-

ações. Certamente, os outros países querem se aproveitar do momento da vaca louca e impedir que o Brasil se torne o grande exportador de carne do mundo.

Sr. Presidente, gostaria ainda de focar outro assunto na tarde de hoje.

Solicito, desta tribuna, a atenção da egrégia Câmara dos Deputados para o Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, de minha autoria, aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, em reunião realizada no dia 15 de dezembro próximo passado.

O projeto, ora submetido à apreciação daquela Casa legislativa para o exercício de sua função revisora das matérias originalmente discutidas e votadas no Senado Federal, cuida de abrir a possibilidade de movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para aquisição de moradia própria em qualquer sistema de financiamento habitacional.

Merecendo o projeto a aprovação da colenda Câmara Baixa de nosso Parlamento e a sanção do Chefe do Executivo Federal, o inciso VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

.....
VII – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor do financiamento imobiliário, concedido no âmbito de qualquer sistema de financiamento habitacional, desde que o adquirente não possua outro imóvel de sua propriedade, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS.

.....”

A alteração legislativa que tomei a iniciativa de propor faz-se necessária porque, na conformidade da legislação atualmente vigente, o trabalhador só pode utilizar o saldo de sua conta vinculada ao FGTS para aquisição de moradia própria caso o imóvel seja financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) ou obedecendo às suas condições.

A prática tem demonstrado, contudo, ser pernicioso essa restrição imposta pela legislação específica, mormente em face da diversificação econômica que se tem observado ao longo dos últimos anos. Trata-se, com efeito, de restrição injustificada à liberdade

individual que, ademais, acarreta repercussões negativas sobre o sistema econômico como um todo.

O objetivo fundamental da proposição legislativa em tela, portanto, é facultar ao trabalhador vinculado ao regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a livre utilização do saldo de sua conta vinculada para adquirir a casa própria.

Afora o evidente sentido de equidade insito à inovação legislativa proposta – haja vista a inexistência de motivo válido a justificar a limitação da possibilidade de acesso aos recursos da conta vinculada à adesão a um determinado modelo de financiamento –, deve-se também ressaltar seus salutares efeitos sobre o sistema econômico de um modo geral. Evidentemente, ampliando-se as possibilidades de aquisição de moradia pelos trabalhadores, assegurar-se-á maior dinamismo para o setor da construção civil, situação que repercutirá paralelamente no aumento do nível de emprego.

Não se deve olvidar, ainda, a recente instituição do Sistema de Financiamento Imobiliário, (SFI), criado em 1997. Levando-se em consideração a implantação desse novo sistema voltado para financiar a aquisição da casa própria, a alteração legislativa que propus e que tive a honra de ver aprovada pelo Senado Federal adquire importância ainda maior, na medida em que propicia um incremento do mercado imobiliário, por meio da ampliação das possibilidades de acesso do trabalhador à moradia.

Com efeito, devo mencionar que a necessidade de eliminar a restrição constante na legislação do FGTS atualmente vigente já havia sido anteriormente percebida. Na legislatura anterior, o então Senador Eptácio Cafeteira havia apresentado proposta sobre essa mesma matéria.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o problema habitacional é, sabemos-lo todos, uma das mais graves questões sociais enfrentadas por nosso país. A recente Campanha da Fraternidade 2000, realizada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e tendo como tema “Dignidade Humana e Paz”, focalizou a realidade dos moradores de rua como uma das situações limite que configuram grave violação da dignidade do ser humano.

De fato, o problema é muito sério. As pesquisas apontam que o número de sem-teto vivendo nas calçadas, praças ou viadutos, na região metropolitana do Rio de Janeiro, aumentou cerca de 400% no período

do entre 1991 e 1997. Já em São Paulo, essa população cresceu 17% em apenas dois anos.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Carlos Patrocínio?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Pois não, nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Carlos Patrocínio, não poderia ficar indiferente ao seu pronunciamento de grande alcance social. V. Ex^a fere, com a capacidade de sempre, um problema social de extrema gravidade para o País e que tem ocupado a atenção de todos nós nesta Casa, que é a questão da moradia, da casa própria, mas que tem em V. Ex^a um expoente. Já por várias vezes, além de apresentar projetos, V. Ex^a tem alertado o destribuna para aquilo que deve ser uma conquista do trabalhador brasileiro, daqueles que não têm teto, seja de uma forma ou de outra. Um dos pontos que V. Ex^a cita é a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Se é um dinheiro do trabalhador, não há aplicação melhor para ele do que na habitação, do que na saúde. V. Ex^a faz muito bem em sempre trazer à consideração da Casa esse problema habitacional. V. Ex^a me permita a força da expressão, Senador Carlos Patrocínio: "quem recebe uma chave para entrar numa casa, recebe a chave da felicidade". Na última sexta-feira, compareci a uma inauguração na capital do Estado de Mato Grosso do Sul, com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Emílio, e quando entregaram a chave para uma moradora, ela disse: "Recebi a chave da felicidade, meu Deus. Há quantos anos eu estou esperando essa oportunidade de ter um teto para mim e para a minha família". E outro ponto que V. Ex^a salienta muito bem é que nós sabemos que o incremento dos recursos para a construção da casa própria, para a construção civil, em suma, contribui também grandemente para o emprego. O setor da construção civil talvez seja a maior fonte de emprego deste País. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço o Senador Ramez Tebet, que lança luzes mais uma vez ao meu modesto pronunciamento.

Eminente Senador Ramez Tebet, alguns de nós já estamos nos acostumando a ouvir o programa do SBT, do inteligentíssimo Sílvio Santos, o **Show do Milhão**. O desejo de 95% dos participantes, Senador, é o da casa própria. Pessoa já no oca so da vida, com rugas, cabelos castanhos encanecidos pelo tempo. Os casais que lá aparecem quase que invariavelmente, quando perguntados sobre o que gostariam de ganhar, respondem que é a casa própria. Então, esse é

talvez o mais importante apelo da sociedade brasileira. E o FGTS é do trabalhador. Se for para adquirir imóvel, ele tem que ter esse direito, não só pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Referindo-se à questão das favelas, o texto-base da Campanha da Fraternidade 2000 aponta que seu surgimento, da noite para o dia, nas cidades brasileiras, constitui "exemplo visível da degradação que atinge as condições de moradia de nosso povo". Os cortiços, por seu turno, de acordo com aquele texto, "constituem outra forma de degradação de moradia que são submetidas grandes parcelas da população de nossas grandes cidades".

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 1995, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 1 milhão de moradias brasileiras estavam localizadas em favelas. A maior parte da população favelada continuava concentrada nas grandes cidades, como em São Paulo, com 29,8% do total, e no Rio de Janeiro, com 24,8% do total. Uma outra informação que bem revela a precariedade das condições de habitação em grande parte das metrópoles brasileiras é a de que 51% da produção de cimento no Brasil destina-se à construção informal, ou seja, de barracos, de favelas, que não pagam impostos.

O chamado "déficit habitacional", indicador de difícil conceituação, pode ser estimado minimamente em 5 milhões de moradias. É importante lembrar, contudo, que a demanda social nem sempre se refere a uma nova unidade de moradia, mas a condições adequadas de habitação: melhores condições de salubridade, acesso a serviços públicos ou mesmo segurança jurídica para a posse do imóvel ocupado. Posses critérios de "habitabilidade", os números do "déficit" podem alcançar 12 ou até 15 milhões de moradias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ter um lar é um direito inerente à cidadania, porque não há como garantir efetivamente as demais prerrogativas sociais se o elementar direito à habitação não for efetivo. Como assegurar aos brasileiros seu direito à saúde, à educação ou à segurança sem que disponham, antes, da proteção de um teto? Como proteger a maternidade e a infância se gestantes e crianças não dispuserem sequer de um abrigo?

Atento a essa realidade, o Congresso Nacional aprovou, recentemente, a Proposta de Emenda Constitucional nº 601, de 1998, de autoria do eminente Senador Mauro Miranda.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Carlos Patrocínio, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Com muita honra, Senador Mauro Miranda.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a traz hoje a esta Casa dois temas muito importantes. Já tive oportunidade de apartear-lo quando tratava do primeiro assunto, que se referia à retaliação do Canadá e dos Estados Unidos contra a nossa economia, especialmente contra os Estados mediterrâneos, onde temos como suporte a agropecuária. Agora, V. Ex^a traz o tema da moradia, que apasiona todos nós, e também um dos mais graves que o Brasil tem de enfrentar. Há pouco tempo, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, dizia que o enfoque principal de via ser dado ao estudo do estatuto das cidades, do meio urbano. Até hoje, infelizmente, Sua Excelência, que tem realizado grandes conquistas na área econômica, na estabilidade da moeda, não definiu bem a sua política habitacional urbana. V. Ex^a vem, neste momento, trazer este tema tão importante, que é também o tema da campanha da CNBB, para chamar a atenção de nós todos para esse trabalho. Louvo o trabalho de V. Ex^a. Esta Casa já cumpriu a sua tarefa de marcar, na Constituição, a moradia como direito do cidadão. Agora precisamos, com recursos orçamentários, com programas de longo prazo, acabar com esse déficit de moradias existente. No Brasil, há 12 milhões de pessoas sem ter onde morar. Louvo a oportunidade do seu discurso. Estaremos do lado de V. Ex^a nessa luta, juntamente com o Congresso Nacional, para exigir uma política educacional bem definida para este País. Tenho certeza de que isso é possível, já que temos a telha, o tijolo, a ferragem, o cimento, enfim, tudo o que é preciso, como também a mão-de-obra. Basta uma ação política forte, um desejo imenso para convocar toda a sociedade a participar de um mutirão a favor da moradia e, assim, teremos mais justiça social no Brasil. Obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Mauro Miranda, e jamais poderia concluir um pronunciamento dessa natureza, sem citar o grande feito de V. Ex^a no Congresso, ao apresentar a Proposta de Emenda Constitucional nº 601, de 1998, que, na Constituição, confere como direitos sagrados, ou consagrados, a moradia digna para todo brasileiro.

O Senador Mauro Miranda possibilitou que se incluísse a moradia entre os direitos sociais expressamente contemplados pela Carta Magna. O consenso

obtido, já que a proposição foi aprovada por unanimidade dos parlamentares presentes à sessão, demonstra claramente a importância que a sociedade brasileira atribui ao direito à moradia.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – Senador Carlos Patrocínio, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, gostaria de ouvir as ponderações do nosso mais novo colega, que já demonstrou sua preocupação com as questões sociais, o eminente Senador Tasso Rosado.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – É exatamente por isso que acompanho com tanta atenção seu pronunciamento, nobre Senador. V. Ex^a realmente está levantando nesta tarde dois problemas de relevância para o futuro do nosso País. Primeiro o problema da exportação, da retaliação que o Canadá nos impõe, que faz com que o Itamaraty passe a ter uma política mais agressiva e não simplesmente defensiva e aqui tanto do tudo que nos impõe lá de fora. Hoje a nossa economia está fortalecida e é com muito orgulho que vejo que ela, hoje, tem condições de negociar lá fora, frente a frente, procurando as melhores soluções para o Brasil, e não ficando à mercê das imposições, como era no passado. Foi importante a recuperação da nossa economia, é importante o fortalecimento do real para que no exterior também possamos nos impor economicamente. Cada vez mais me emociono com seu pronunciamento, nobre Senador, quando levanta um fato fundamental para o cidadão, que é a moradia. O direito à moradia é o início do resgate da própria cidadania. Um homem que não tem um teto para abrigar sua própria família também não tem vontade nem desejo de viver nem de reivindicar outras coisas. É importante que o Brasil se volte cada vez mais, nobre Senador, à moradia, para que seja realmente o primeiro passo para o resgate da cidadania do povo brasileiro. Não sei o tempo que permanecerei nesta Casa, pois substituo o eminente Ministro Fernando Bezerra, mas gostaria que todo o tempo em que permanecer esteja voltado ao combate permanente e constante da pobreza e da miséria. É importante que comecemos por aí, exatamente pelas palavras de V. Ex^a neste seu pronunciamento tão belo. Vamos diminuir o déficit habitacional para que este País realmente possa servir de orgulho para todos os brasileiros. Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço, Senador Tasso Rosado, e sei que V. Ex^a estará ombreado com aqueles que haverão de lutar

sempre pelas causas sociais, sobretudo as mais importantes.

Concluindo, Sr. Presidente, devo dizer que a garantia do direito a uma habitação condigna não é a única questão social enfrentada pelas medidas que vêm estimular a construção civil. Um outro gravíssimo problema social é minorado quando se consegue garantir maior dinamismo a esse segmento da economia. Refiro-me, evidentemente, à angustiante problemática do desemprego, pois, como é do conhecimento geral, a construção civil é um ramo da economia que emprega intensivamente mão-de-obra. E – igualmente importante – emprego, de forma majoritária, trabalhadores com menor nível de qualificação, exatamente aqueles que são mais facilmente dispensados e que mais encontram dificuldades para obter uma nova colocação no mercado de trabalho.

São abundantes as estatísticas que demonstram a relevância desse segmento da economia para a geração de empregos. Segundo o Sindicato da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon – DF) e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), para cada 100 milhões de reais de investimentos na construção de moradias populares são gerados 17 mil e 800 empregos, um quarto deles sendo diretos.

Estou convido de que o Projeto de Lei que apresentei à consideração do Congresso Nacional, e que já mereceu a aprovação desta Casa, é de suma importância, tanto do ponto de vista social, como do ponto de vista econômico.

Ao abrir a possibilidade de movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS para aquisição de moradia própria em qualquer sistema de financiamento habitacional, o Projeto de Lei nº 586, de 1999, vem facilitar o acesso da família brasileira a esse bem que, mais do que qualquer outro, lhe traz segurança e tranquilidade. A medida garante, ao mesmo tempo, maior dinamismo para o setor da construção civil, contribuindo de forma relevante, portanto, para o incremento do nível de emprego.

São os motivos pelos quais solicito à Egrégia Câmara dos Deputados especial atenção para o Projeto de Lei do Senado nº 586/99.

Sr. Presidente, temos assistido à celeuma em torno da eleição das Presidências das duas Casas do Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, principalmente, vimos a proclamação da independência dos pretensos candidatos à Presidência daquela

Casa. Espero que, com o Deputado Inocêncio Oliveira, com o Deputado Aécio Neves ou com quem esteja presidindo a Câmara dos Deputados – sem que deixemos de dar toda atenção aos projetos oriundos do Executivo –, o Congresso Nacional, sobretudo a Câmara dos Deputados, retome sua prerrogativa principal de legislar, olhando de maneira especial os inúmeros projetos de lei dos Senadores que lá se encontram dormitando sem merecer a atenção devida daquela Casa. É o que esperamos pelo que apelamos ao futuro Presidente da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço-lhe pela benevolência e pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Antes de passar a Presidência ao Senador Carlos Patrocínio, informo ao Plenário e a todo o Senado que o cantor Herbert Vianna, que, infelizmente, sofreu grave acidente com seu ultraleve no dia de ontem, está sendo submetido desde as oito da manhã – portanto, há mais de oito horas – a uma cirurgia para a retirada dos fragmentos da décima segunda vértebra, que estão comprimindo sua medula. O estado do cantor ainda requer grande cuidado. O edema no cérebro está aparentemente controlado, mas seu estado de saúde ainda causa muita preocupação, segundo o Sr. Alfredo Cardoso, Diretor-Geral do Hospital Copa D'Or, onde está sendo realizada a cirurgia.

Quero aqui externar, certamente em nome do Senado, os votos da mais plena recuperação a Herbert Vianna, principal cantor e compositor do conjunto de Brasília, Paralamas do Sucesso. O grupo, formado em 1980, funde o **rock** com o **ska** e o **reggae** jamaicanos, músicas latino-americanas, carimbo, além de diversos ritmos brasileiros. É autor de **Lanterna dos afogados, Meu erro, Nada por mim, Quase um segundo, Alagados**, que falam dos problemas sociais a que V. Ex^a e muitos dos Senadores estavam aquireferindo-se.

Permita-me, numa homenagem a Herbert Vianna, ler um pequeno trecho da música **Alagados**:

Todo dia, o sol da manhã vem e nos desafia;

Traz do sonho pro mundo;

Quem já não queria;

Palafitas, trapiches, farrapos, filhos da mesma agonia;

E a cidade, que tem braços abertos
num cartão postal;
Com os punhos fechados da vida real;
Lhe nega oportunidades;
Mostra a face dura do mal...

Refrão

Alagados, reach down!
Favela da maré;
A esperança não vem do mar;
Nem das antenas de TV;
A arte de viver da fé;
Só não se sabe fé em quê;
A arte de viver da fé;
Só não se sabe fé em quê...

Tenhamos fé! Vamos todos torcer para que Hebert Vianna, que perdeu sua esposa, possa recobrar-se.

O Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema da minha primeira intervenção nesta tribuna do plenário do Senado este ano é seguramente motivo de orgulho para cada um de nós brasileiros: falo da indicação da Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), para receber o Prêmio Nobel da Paz de 2001.

Não se pode deixar de reconhecer que o Governo Federal foi muito feliz em sua iniciativa de indicar a Pastoral da Criança para o Nobel neste que é o Ano Internacional do Voluntariado. Em 19 anos de atividades, e contando com 145 mil voluntários em todo o nosso País, a Pastoral da Criança conquistou respeito mundial pelos resultados do seu trabalho nas áreas da saúde, nutrição e educação da criança, desde o ventre materno até os seis anos de idade, e de prevenção da violência em ambientes familiares, envolvendo necessariamente as famílias e comunidades. São acompanhadas mais de 1,6 milhões de gestantes e crianças carentes menores de seis anos em mais de três mil municípios brasileiros.

Graças ao trabalho dos voluntários, a Pastoral conseguiu reduzir, no âmbito das crianças assistidas

pela entidade, a mortalidade infantil a menos da meta de da média nacional que era, de acordo com o Unicef, em 1999, de 34,6 mortes para cada conjunto de mil crianças nascidas vivas. Entre as milhares de crianças atendidas, a taxa não passa de 17 mortes para cada grupo de mil nascidas vivas. Se forem levadas em conta apenas as crianças com até um ano de idade que recebem acompanhamento da Pastoral, o número cai para 12 óbitos para cada grupo de mil nascidas vivas. Com isso, por ano, cerca de cinco mil crianças deixam de morrer no Brasil, graças a esse importante trabalho da Pastoral da Criança.

A entidade também obteve resultados expressivos quando se fala em desnutrição. Entre as mais de 1,5 milhão de crianças que contam com a assistência da Pastoral, apenas 7% são desnutridas, porque a média nacional é de 16%. Esse resultado é muito bom, especialmente porque constatamos que a entidade atua exclusivamente em bolsões de miséria e de pobreza, onde tanto a mortalidade de infantil quanto a desnutrição estão muito – mas muito mesmo – acima da média nacional.

Todo o esforço da Pastoral da Criança parte do princípio de que a solução dos problemas está na solidariedade humana, organizada e animada em rede, com objetivos bem definidos. Os principais agentes desse trabalho são as lideranças comunitárias, especialmente mulheres, que representam mais de 90% desse corpo de voluntariado, incumbidas de multiplicar os ensinamentos que receberam.

A Pastoral – e este é um dado extraordinário – gasta menos de R\$1,00 por criança/mês, considerando custos com administração, produção e distribuição de material educativo, treinamento e acompanhamento das atividades práticas desenvolvidas nas comunidades. No ano passado, os recursos da Pastoral somaram US\$8,5 milhões, que vieram de instituições governamentais e não-governamentais. O custo total é inferior ao custo de um hospital de porte médio no nosso País.

Mesmo sendo uma organização vinculada à CNBB, a Pastoral é autônoma e pode com isso desenvolver um trabalho ecumênico, garantindo o acompanhamento de crianças e familiares, independentemente de religião, raça, cor ou opção política.

Entre lideranças e pessoal de capacitação da Pastoral, há pessoas de diversas religiões e aquelas que inclusive não professam fé alguma. A história da Pastoral está na revista **IstoÉ** desta semana, em uma bela reportagem – e eu gostaria de solicitar sua trans-

sempre pelas causas sociais, sobretudo as mais importantes.

Concluindo, Sr. Presidente, devo dizer que a garantia do direito a uma habitação condigna não é a única questão social enfrentada pelas medidas que vêm estimular a construção civil. Um outro gravíssimo problema social é minorado quando se consegue garantir maior dinamismo a esse segmento da economia. Refiro-me, evidentemente, à angustiante problemática do desemprego, pois, como é do conhecimento geral, a construção civil é um ramo da economia que emprega intensivamente mão-de-obra. E – igualmente importante – emprega, de forma majoritária, trabalhadores com menor nível de qualificação, exatamente aqueles que são mais facilmente dispensados e que mais encontram dificuldades para obter uma nova colocação no mercado de trabalho.

São abundantes as estatísticas que demonstram a relevância desse segmento da economia para a geração de empregos. Segundo o Sindicato da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon – DF) e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), para cada 100 milhões de reais de investimentos na construção de moradias populares são gerados 17 mil e 800 empregos, um quarto deles sendo diretos.

Estou convido de que o Projeto de Lei que apresentei à consideração do Congresso Nacional, e que já mereceu a aprovação desta Casa, é de suma importância, tanto do ponto de vista social, como do ponto de vista econômico.

Ao abrir a possibilidade de movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS para aquisição de moradia própria em qualquer sistema de financiamento habitacional, o Projeto de Lei nº 586, de 1999, vem facilitar o acesso da família brasileira a esse bem que, mais do que qualquer outro, lhe traz segurança e tranquilidade. A medida garante, ao mesmo tempo, maior dinamismo para o setor da construção civil, contribuindo de forma relevante, portanto, para o incremento do nível de emprego.

São os motivos pelos quais solicito à Egrégia Câmara dos Deputados especial atenção para o Projeto de Lei do Senado nº 586/99.

Sr. Presidente, temos assistido à celeuma em torno da eleição das Presidências das duas Casas do Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, principalmente, vimos a proclamação da independência dos pretensos candidatos à Presidência daquela

Casa. Espero que, com o Deputado Inocêncio Oliveira, com o Deputado Aécio Neves ou com quem esteja presidindo a Câmara dos Deputados – sem que deixemos de dar toda atenção aos projetos oriundos do Executivo –, o Congresso Nacional, sobretudo a Câmara dos Deputados, retome sua prerrogativa principal de legislar, olhando de maneira especial os inúmeros projetos de lei dos Senadores que lá se encontram dormitando sem merecer a atenção devida daquela Casa. É o que esperamos pelo que apelamos ao futuro Presidente da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço-lhe pela benevolência e pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Antes de passar a Presidência ao Senador Carlos Patrocínio, informo ao Plenário e a todo o Senado que o cantor Herbert Vianna, que, infelizmente, sofreu grave acidente com seu ultraleve no dia de ontem, está sendo submetido desde as oito da manhã – portanto, há mais de oito horas – a uma cirurgia para a retirada dos fragmentos da décima segunda vértebra, que estão comprimindo sua medula. O estado do cantor ainda requer grande cuidado. O edema no cérebro está aparentemente controlado, mas seu estado de saúde ainda causa muita preocupação, segundo o Sr. Alfredo Cardoso, Diretor-Geral do Hospital Copa D'Or, onde está sendo realizada a cirurgia.

Quero aqui externar, certamente em nome do Senado, os votos da mais plena recuperação a Herbert Vianna, principal cantor e compositor do conjunto de Brasília, Paralamas do Sucesso. O grupo, formado em 1980, funde o **rock** com o **ska** e o **reggae** jamaicanos, músicas latino-americanas, carimbo, além de diversos ritmos brasileiros. É autor de **Lanterna dos afogados, Meu erro, Nada por mim, Quase um segundo, Alagados**, que falam dos problemas sociais a que V. Ex^a e muitos dos Senadores estavam aquireferindo-se.

Permita-me, numa homenagem a Herbert Vianna, ler um pequeno trecho da música **Alagados**:

Todo dia, o sol da manhã vem e nos desafia;

Traz do sonho pro mundo;

Quem já não queria;

Palafitas, trapiches, farrapos, filhos da mesma agonia;

E a cidade, que tem braços abertos
num cartão postal;
Com os punhos fechados da vida real;
Lhe nega oportunidades;
Mostra a face dura do mal...

Refrão

Alagados, reach down!
Favela da maré;
A esperança não vem do mar;
Nem das antenas de TV;
A arte de viver da fé;
Só não se sabe fé em quê;
A arte de viver da fé;
Só não se sabe fé em quê...

Tenhamos fé! Vamos todos torcer para que Hebert Vianna, que perdeu sua esposa, possa recobrar-se.

O Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema da minha primeira intervenção nesta tribuna do plenário do Senado este ano é seguramente motivo de orgulho para cada um de nós brasileiros: falo da indicação da Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), para receber o Prêmio Nobel da Paz de 2001.

Não se pode deixar de reconhecer que o Governo Federal foi muito feliz em sua iniciativa de indicar a Pastoral da Criança para o Nobel neste que é o Ano Internacional do Voluntariado. Em 19 anos de atividades, e contando com 145 mil voluntários em todo o nosso País, a Pastoral da Criança conquistou respeito mundial pelos resultados do seu trabalho nas áreas da saúde, nutrição e educação da criança, desde o ventre materno até os seis anos de idade, e de prevenção da violência em ambientes familiares, envolvendo necessariamente as famílias e comunidades. São acompanhadas mais de 1,6 milhões de gestantes e crianças carentes menores de seis anos em mais de três mil municípios brasileiros.

Graças ao trabalho dos voluntários, a Pastoral conseguiu reduzir, no âmbito das crianças assistidas

pela entidade, a mortalidade infantil a menos da meta de da média nacional que era, de acordo com o Unicef, em 1999, de 34,6 mortes para cada conjunto de mil crianças nascidas vivas. Entre as milhares de crianças atendidas, a taxa não passa de 17 mortes para cada grupo de mil nascidas vivas. Se forem levadas em conta apenas as crianças com até um ano de idade que recebem acompanhamento da Pastoral, o número cai para 12 óbitos para cada grupo de mil nascidas vivas. Com isso, por ano, cerca de cinco mil crianças deixam de morrer no Brasil, graças a esse importante trabalho da Pastoral da Criança.

A entidade também obteve resultados expressivos quando se fala em desnutrição. Entre as mais de 1,5 milhão de crianças que contam com a assistência da Pastoral, apenas 7% são desnutridas, porque a média nacional é de 16%. Esse resultado é muito bom, especialmente porque constatamos que a entidade atua exclusivamente em bolsões de miséria e de pobreza, onde tanto a mortalidade de infantil quanto a desnutrição estão muito – mas muito mesmo – acima da média nacional.

Todo o esforço da Pastoral da Criança parte do princípio de que a solução dos problemas está na solidariedade humana, organizada e animada em rede, com objetivos bem definidos. Os principais agentes desse trabalho são as lideranças comunitárias, especialmente mulheres, que representam mais de 90% desse corpo de voluntariado, incumbidas de multiplicar os ensinamentos que receberam.

A Pastoral – e este é um dado extraordinário – gasta menos de R\$1,00 por criança/mês, considerando custos com administração, produção e distribuição de material educativo, treinamento e acompanhamento das atividades práticas desenvolvidas nas comunidades. No ano passado, os recursos da Pastoral somaram US\$8,5 milhões, que vieram de instituições governamentais e não-governamentais. O custo total é inferior ao custo de um hospital de porte médio no nosso País.

Mesmo sendo uma organização vinculada à CNBB, a Pastoral é autônoma e pode com isso desenvolver um trabalho ecumênico, garantindo o acompanhamento de crianças e familiares, independentemente de religião, raça, cor ou opção política.

Entre lideranças e pessoal de capacitação da Pastoral, há pessoas de diversas religiões e aquelas que inclusive não professam fé alguma. A história da Pastoral está na revista **IstoÉ** desta semana, em uma bela reportagem – e eu gostaria de solicitar sua trans-

criação nos Anais do Senado –, com o seguinte título: "Santa Doutora – A história da incansável Zilda Arns, fundadora da Pastoral que atende 1,5 milhão de crianças e concorre ao Nobel da Paz".

A história da Pastoral teve início em 1982, durante um encontro entre o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, então Arcebispo de São Paulo, e o Diretor Executivo do Unicef na época, James Grant, em Genebra. Este convenceu Dom Paulo de que a Igreja poderia fazer um trabalho para ajudar a salvar milhares de vidas de crianças que morriam de doenças que poderiam ser evitadas por um simples trabalho de prevenção, tais como a desidratação causada pela diarreia, tratada com soro oral, considerado na época um dos maiores avanços da medicina. Na volta ao Brasil, Dom Paulo juntou-se a sua irmã, médica pediatra e sanitarista, Dr^a Zilda Arns Neumann e a Dom Gerardo Majella Agnel, então Arcebispo de Londrina, no Paraná, e hoje Arcebispo Primaz de Salvador, para colocar em prática aquela belíssima idéia.

Assim, em setembro do ano seguinte, a Pastoral iniciava suas atividades na cidade de Florestópolis, no Paraná, aplicando uma metodologia própria de união da fé com a vida, tendo como objetivo a criança, seu contexto familiar e a comunidade onde ela vive. Hoje, a Pastoral da Criança tem como ações básicas o apoio integral às gestantes, incentivo ao aleitamento materno, vigilância nutricional, alimentação enriquecida usando-se produtos locais, utilização da fitoterapia com remédios caseiros, controle de doenças diarreicas e respiratórias, odontologia para bebês, programas de vacinação de crianças e gestantes, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de acidentes domésticos e da violência contra crianças em ambiente familiar, entre outras iniciativas de valorização da vida humana, fator muito importante numa sociedade como esta em que vivemos no presente.

Quando voltamos os nossos olhos principalmente para os grandes centros urbanos do País, vivenciamos miséria, exclusão e muita violência. Quem se debruçou nos dados do censo do IBGE constata que mais de 80% da nossa população vive em cidades e vislumbrará um processo de periferização dessas cidades. Nessas periferias, os indicadores sociais – entre eles a mortalidade infantil – significam 5, 10 ou 20 vezes os índices de mortalidade infantil em relação aos centros dessas cidades onde moram a classe média e as classes mais abastadas.

Por isso, um trabalho como esse merece o nosso apoio e sobre ele devemos lançar uma certa luz. Num país de tantas dificuldades, de tantas carências e de tanta exclusão, ele põe uma luzinha no final do túnel, dando-nos uma esperança de que, com solidariedade, amor, afeto e militância, ainda conseguiremos transformar este país num país de todos os brasileiros.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Concede-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Com muito prazer, Excelência.

OSr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Paulo Hartung, quero me solidarizar com V. Ex.^a em seu pronunciamento e, principalmente, me unir a V. Ex.^a na exaltação do trabalho que faz à Pastoral da Criança, principalmente na figura da Dr^a Zilda Arns Neumann. Na verdade, esse talvez seja o maior exemplo de instituição não-governamental que faz um trabalho sério, de alcance social invejável e que tem atacado exatamente o problema básico deste País, que é o descaso com as crianças. Um país como o nosso, onde o índice de mortalidade infantil se coloca entre as nações de um modo muito vergonhoso, é de se exaltar e, por isso, digno de indicação realmente para o Prêmio Nobel da Paz esse trabalho da Pastoral da Criança. Portanto, parabéns pelo oportuno pronunciamento que faz e pela abordagem muito certa.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Muito obrigado. Acolho com prazer o aparte de V. Ex.^a. A Pastoral da Criança atua especialmente, como eu disse anteriormente, na periferia das grandes cidades e nos bolsões de pobreza e miséria dos pequenos e médios municípios brasileiros, tanto no meio urbano quanto no meio rural e também atua nas áreas indígenas. Aqui cabe um parêntese para falarmos da situação caótica das periferias das regiões metropolitanas do País, que abrigam 42 milhões de habitantes, revelada pela pesquisa do IBGE que se tem e também pela reportagem da revista **Veja**, dias passados.

Essa matéria é muito interessante e mostra um retrato de crime, desemprego e miséria avolumando-se nos entornos das grandes metrópoles brasileiras com crescimento populacional de 30% nos últimos 20 anos. Trinta por cento nessas regiões com tra 5% nas áreas mais ricas dessas metrópoles.

Por conta da falta de políticas públicas e da desatenção do Governo com o descontrolado êxodo ru-

ral, a situação, Sr. Presidente, na minha visão, a de um ex-prefeito de capital, tende a se agravar nos próximos anos, aumentando ainda mais o abismo entre ricos e pobres em nosso País.

Esse assunto sobre a crise urbana que estamos vivendo no País tenho procurado debater nesta Casa e procurarei voltar a abordar este ano, ainda com mais profundidade. O problema inclui a falta de água tratada nas residências urbanas, a falta de coleta e tratamento de esgoto, a falta de um transporte coletivo decente, a favelização que se tem anteriormente. Voltarei a cobrar do Governo Federal ações concretas para os centros urbanos do nosso País.

Farei uma ressalva que aprofundarei depois. Não sei se esses novos prefeitos deveriam estar gastando o precioso tempo no questionamento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Talvez uma ação muito mais importante dos novos prefeitos seria cobrar do Governo Federal políticas públicas para os centros urbanos, cobrar o resultado desse Plano Nacional de Segurança, que praticamente não saiu da gaveta, cobrar políticas, como disse anteriormente, na área de saneamento. Hoje temos um grande impasse nessa área.

Volto, Sr. Presidente, ao tema central do meu pronunciamento, que é essa indicação da Pastoral da Criança para o Prêmio Nobel da Paz, dizendo que a Pastoral está presente em 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Ela atua, como disse no início do meu pronunciamento, em mais de três mil municípios. Para ser mais claro, em 3.277 municípios, ou seja, 59% das nossas cidades, entre líderes comunitários, coordenadores e membros da equipe de treinamento, envolve um esforço voluntário.

Pessoalmente, acredito no trabalho do voluntariado na solução de graves problemas sociais que temos no País. O Governo tem um papel a cumprir, mas a sociedade deve se mobilizar para participar do esforço no sentido de resolver gravíssimos problemas sociais, como a questão do atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. O Governo, sozinho, não resolve. Precisamos do Governo, da família, da comunidade, da sociedade envolvida. E um trabalho com esse da Pastoral da Criança... Enche de alegria o nosso coração ver que essa fruta está ao alcance da nossa mão, basta que nós, brasileiros, saibamos esticar o nosso braço na direção certa.

Sr. Presidente, há projetos complementares da Pastoral visando à melhoria da qualidade de vida das famílias acompanhadas, com destaque para programas de geração de emprego e de renda desenvolvidos a partir de um trabalho de capacitação para as atividades escolhidas pelas próprias famílias. São empreendimentos dos mais variados, como confecções, padarias, hortas, criação de animais, prestação de serviços entre tantos. Outros projetos suplementares, como a alfabetização de jovens e adultos, participação de lideranças comunitárias nas instâncias municipais de controle social de serviços públicos, como é o caso de Conselho Municipal de Saúde, de Educação e assim por diante. Isso é um treinamento de formação de homens e mulheres para a convivência na sociedade, trabalho de saúde mental, rodas de conversas, segurança alimentar, planejamento familiar, esses trabalhos suplementares, comunicação social, apoio a pessoas de terceira idade, rede de comunicadores solidários à criança.

A Pastoral da Criança, Sr. Presidente, é uma proposta concreta de que, com um gesto, com uma ação solidária, é possível promover justiça social num país como o nosso, de tantas desigualdades e de enormes exclusões.

Infelizmente, querodizer destribuna aqui, solidariedade é decisivo, mas insuficiente. É preciso haver ações concretas e conjuntas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais. Nesse aspecto, a reportagem de capa da revista **Veja**, focalizando o caos urbano existente, há algumas semanas, é uma demonstração de que foi acumulado nos últimos anos – é bom que se diga – um enorme descaso governamental com os problemas urbanos e sociais no Brasil.

Por tudo que foi dito, Sr. Presidente, ressalto a importância do trabalho da Pastoral e da sua indicação para o Prêmio Nobel da Paz. Soube pelas revistas, no final de semana, que tal indicação contou com o trabalho importante do Ministro José Serra, por quem tenho grande admiração e por seu trabalho no Governo Federal. Gostaria de parabenizá-lo por esse importante gesto.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Paulo Hartung?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Pois não, nobre Senador Mauro Miranda.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Paulo Hartung, V. Ex^a traz um testemunho muito forte com relação à Pastoral da Criança, órgão ligado à CNBB, com um apelo social intenso e um espírito de humanismo imenso. V. Ex^a aborda muito bem a questão do voluntariado, do trabalho da sociedade como um todo. Não existe solução apenas por parte do Governo, como disse muito bem V. Ex^a. Outro caso atrelado a isso tudo é o caos urbano. A revista **Veja** publicou reportagem, há quinze dias, sobre o caos das grandes cidades. Esta Casa e o Congresso Nacional estão aqui para estudar a questão do Estatuto das Cidades. No meu tempo, por exemplo, na época de 1963, corríamos da Polícia porque vínhamos discutindo a reforma agrária e a reforma urbana. A reforma agrária, de qualquer forma, foi sustentada e ficou; mas a reforma urbana foi deixada de lado. Ninguém se preocupou em analisar com profundidade o problema dos grandes centros urbanos, que agravam a vida de cada cidadão, especialmente das crianças. V. Ex^a explana muito bem esse conjunto todo de problemas, que afeta especialmente as crianças nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. E os índices confirmam isso. Parabéns V. Ex^a por ter levantado esse tema nesta Casa com tanta ênfase, com tanta competência. E peço a V. Ex^a que trabalhem juntos neste ano para que o Estatuto das Cidades saia do papel. Ele já está no Congresso Nacional há muito tempo. Quem sabe o buscamos para o Senado, para darmos nossa contribuição, e que ele floresça aqui com pelo menos um projeto de longo tempo, para trazer mais equilíbrio social às grandes cidades brasileiras. Muito obrigado.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS ES) – Senador Mauro Miranda, agradeço a V. Ex^a pelo aparte, que acolho com prazer e satisfação.

O Estatuto das Cidades é realmente um ponto importante deste debate. Ele está hoje na Câmara dos Deputados, e espero que seja votado naquela Casa no início deste ano, para que possamos fazer a tramitação final, tendo em vista que o projeto nasceu aqui no Senado. Mas falta governo nas cidades brasileiras, falta a presença do Governo Federal – isso é muito claro.

Creio que há três ou quatro ministérios nessa Esplanada que poderiam muito bem ser acoplados

em dois ou talvez até em um ministério. Falta um ministério que cuide da política urbana no Brasil, já que mais de 80% da população brasileira mora em cidades. Por isso, insisto neste debate, pois creio que falta política para os centros urbanos. Não se tem uma política federal clara para transporte coletivo urbano, nem para saneamento, este que é um ponto fundamental para a saúde pública e para a vida das nossas crianças, como também para o próprio trabalho da Pastoral da Criança.

Portanto, acolho com carinho o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, meu tempo está encerrado, mas gostaria apenas de concluir meu pronunciamento.

Em todo o mundo, Sr. Presidente, cresce a cada dia o envolvimento da sociedade na solução dos problemas sociais, até mesmo nos países desenvolvidos, ou melhor, principalmente nos países desenvolvidos. Nós é que precisamos aprender sobre a questão do voluntariado. É uma nova mentalidade que vai superando a cultura do "promessismo" populista que não cabe mais em nossos dias, a cultura do individualismo, a visão de que o Governo vai resolver tudo sozinho.

A realidade que a Pastoral encontra em cada uma das cidades mostra um País em que a concentração de renda e a miséria são incompatíveis com o estado de desenvolvimento econômico que atingimos, ou seja, o País se desenvolveu, mas não possibilitou que seus filhos compartilhassem desse desenvolvimento. Tal situação revela, Sr. Presidente, a postura de um Governo – deste e de outros – que insiste em permanecer no imobilismo, sem fazer chegar ao conjunto da sociedade oportunidades iguais para uma vida digna e cidadania plena.

A Pastoral da Criança, portanto, é um exemplo para todos nós de que com poucos recursos – citei que uma criança com só me por mês me nos de R\$1,00 –, mas com responsabilidade social e solidariedade, é possível amenizar as enormes mazelas sociais que temos em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a pela tolerância com o tempo e aos Senadores pelos apartes que recebi.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO HARTUNG EM SEU PRONUNCIAMENTO.

BRASIL



TRATO A pediatra
deixa o pequeno
Gabriel a vontade

PERFIL

SANTA DOUTORA

LUIZA VILLAMÉA E HÉLCIO
NAGAMINE (FOTO) - Curitiba

Mal pegou nos braços o rechonchudo Gabriel, de três meses, a pediatra e sanitarista Zilda Arns Neumann foi tirando a camisa e as meias do garoto. "Você é muito mais bonito do que essas roupas", brincou a médica, numa casa da Vila Rigone, na periferia de Curitiba. Suave, mas decidida, Zilda não levou nem um minuto para executar a tarefa, sob o olhar complacente da mãe do bebê. Livre das roupas no dia de sol forte e muito calor, Gabriel pare-

**A história da
incansável Zilda Arns,
fundadora da
pastoral que atende
1,5 milhão de
crianças e concorre
ao Nobel da Paz**

ceu ainda mais sorridente. Ele é uma das mais de 1,5 milhão de crianças atendidas pela Pastoral da Criança, organização não-governamental vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que atua em 3.277 dos 5.507 municípios brasileiros. Para chegar a 32 mil comunidades espalhadas por todos os Estados, Zilda conta com um exército de 145 mil voluntários. É gente dos mais remotos grotões que, junto com a médica, concorre ao prestigioso Prêmio Nobel da Paz.

Desde que foi criada, há 17 anos, a Pastoral da Criança só atua em bolsões de miséria. Todo mês, os voluntários ►►

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

A Presidência solicita aos Srs. Senadores que procurem ser sintéticos. Temos ainda quatro oradores inscritos e cerca de quarenta e cinco minutos para terminar a sessão.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, na semana passada, um líder ruralista da França queimou uma plantação de soja transgênica no Rio Grande do Sul e foi proclamado herói no encontro de Porto Alegre.

Há algo de estranho! Os mesmos que defendem a soberania nacional aplaudiram uma invasão em nossa soberania. Somos nós quem devemos decidir se queremos a implantação dos transgênicos ou não. Não vamos aceitar o palpite, a opinião de um ruralista francês. Somos nós quem temos que decidir o que é melhor para o País. Aqueles que defendem a soberania nacional se traíram ao defender e proclamar como herói aquele líder francês, que felizmente já foi embora.

Agora, estamos diante de novo ataque à soberania nacional. É, sim, um ataque à soberania nacional o que está sendo feito pelos três países que compõem o Nafta o grupo econômico liderado pelos Estados Unidos e formado também pelo Canadá e pelo México. Não há nenhuma justificativa técnica que possa explicar a medida adotada primeiramente pelo Canadá, depois pelos Estados Unidos e, em seguida, pelo México de impedir as nossas exportações de carne para esses países.

Gostaria de enfocar o assunto – até de forma diferente daqueles que me antecederam e falaram sobre o tema, incluindo V. Ex^a –, iniciando com uma análise técnica da questão, porque, como disse, não há nenhum argumento técnico que justifique aquela posição, a não ser o interesse comercial exacerbado e uma vingança determinada pela quebra de seus interesses em negócios anteriores firmados entre o Brasil e outros países, numa concorrência havida no setor de aviação. Não há nenhuma justificativa, e vou explicar o porquê.

Nenhum orador aqui fez referência àquilo que aconteceu recentemente no Brasil e que poderia ter ensejado esse movimento do Canadá, que foi o aparecimento, no Estado do Paraná, da doença **scrapie** em ovinos. Na verdade, os jornais noticiam que a doença é provocada por vírus ou por bactéria, mas isso não é verdade. Ocorre que o **scrapie** é uma espécie

de proteína infecciosa e degenerativa V. Ex^a, que é médico, deve compreender o que estou dizendo – que ataca primeiramente o cérebro de ovinos e caprinos, que, como hospedeiros, acabam por transmitir aos bovinos a doença chamada encefalopatia espongiiforme bovina, resumindo-se em EEB. Trata-se de um prion, uma proteína degenerativa.

Pois bem, descobriram-se no Paraná ovelhas da raça **hampshire down**, importadas dos Estados Unidos em 1989. Aliás, entre outros importadores, estava um parlamentar, o Deputado Gustavo Fruet, filho do falecido Deputado Federal Maurício Fruet. Esse nosso colega e os demais importadores do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco e de outros Estados trouxeram cerca de dois mil ovinos dos Estados Unidos, entre eles ovinos da raça **hampshire down**. A morte de duas ovelhas na cidade de Cândói, perto de Guarapuava, no Paraná, chamou a atenção da Secretaria da Agricultura, que fez uma análise do cérebro daquelas ovelhas e identificou a presença do **scrapie**. Trata-se da origem da doença que, transmitida ao bovino, se transforma em encefalopatia espongiiforme bovina e que, se transmitida do bovino para o homem, se transforma na Doença de Jakob, que, evidentemente, temos os mesmos sintomas dos apresentados nos bovinos.

Faço a análise técnica para mostrar que não existe nenhuma explicação. Esses ovinos importados vieram dos Estados Unidos, o que significa que naquele país já existe a doença há muito mais tempo. Ela foi trazida dos Estados Unidos. Não é verdade que o Brasil está ameaçado pela doença para os Estados Unidos. A doença veio de lá para cá, acompanhando essas ovelhas, e só pode ser transmitida de duas formas: pela alimentação dos bovinos tratados com ração de farinha de carne ou de ossos de ovinos ou por meio dos restos do parto de uma ovelha, a placenta e os líquidos. Como não há hipótese de essas ovelhas transmitirem a doença aos bovinos por intermédio de restos de placenta, dos quais evidentemente os bovinos não se alimentarão, só há uma possibilidade: a transmissão pela farinha de carne ou de ossos de ovinos. Como no Brasil não há fabricação desses produtos, já que o Ministério da Agricultura tomou o cuidado há dez anos de proibi-lo, não há hipótese de qualquer bovino brasileiro estar sendo alimentado com ração à base de farinha de carne ou de ossos de ovinos.

Se não há essa possibilidade, não houve transmissão da doença do ovino para o bovino. Não há também – tranqüilizo os consumidores – no mundo inteiro qualquer caso em que a doença tenha sido

transmitida diretamente do ovino para o homem. É impossível a doença ser transmitida do ovino para o homem, porque a transmissão somente pode ser feita pelo consumo da carne de bovino. Se na primeira fase é impossível transmitir do ovino para o bovino sem o consumo de farinha de carne ou de ossos daquele animal, não há nenhum bovino que tenha sido contaminado em nosso País. Portanto, não há risco de a carne bovina brasileira conter qualquer problema relacionado com o **scrapie** ou qualquer indício relacionado com a doença da "vaca louca".

Transformou-se em moda falar no que causa dano à saúde e, de repente, o transgênico faz mal, a doença da "vaca louca" está solta pelo mundo. Li uma matéria de jornal dizendo que a FAO alerta que a "vaca louca" é um problema mundial. As pessoas transformam um assunto técnico em comercial e político, não levando em conta a questão técnica. Segundo o jornal, "FAO adverte que enfermidade da vaca louca é uma ameaça global". É uma ameaça global se não tomarmos cuidado. Mas quem disse que o Brasil não tomou cuidado até agora? O Brasil proibiu a importação de animais de países onde a "vaca louca" foi identificada, e isso vem sendo obedecido rigorosamente pelos criadores brasileiros por meio de fiscalização feita pelos Estados.

No meu Estado, quando se identificou o Mal do Scrapie nas ovelhas, incineraram-se todos os animais provenientes daquela linhagem americana num frigorífico em Curitiba – 290 animais de uma propriedade de Guarapuava e 75 animais do Deputado Gustavo Fruet. Todos foram queimados para evitar qualquer disseminação da doença. Todos os animais provenientes daquela linhagem importada dos Estados Unidos, na qual se identificou o Mal do **Scrapie**, estarão sendo eliminados no meu Estado. Essa é uma decisão da Secretaria monitorada pelo Ministério da Agricultura. Cumprimos a nossa parte.

Sr. Presidente, os animais que continuam a produzir proteína degenerativa, o **scrapie**, eram provenientes dos Estados Unidos. Este país, que hoje impede a compra de carne do Brasil ou que está, junto com o Canadá e como México, fazendo essa retaliação comercial, ele, sim, tinha animais com **scrapie**, que causa a "vaca louca". Mais do que isso, suspeita-se que mais de duas mil vacas do Texas foram alimentadas com farinha de carne de ovinos. É uma denúncia grave, que precisa ser investigada. A imprensa diz que mais de duas mil vacas texanas estão sendo alimentadas com farinha de carne. O risco existe mesmo nos Estados Unidos.

Não é apenas o Ministro Lafer que deve depor neste Plenário, mas também o Ministro da Agricultura. Pretendo apresentar um requerimento, complementando o de autoria do Senador Paulo Hartung, pedindo a proibição de qualquer animal ou em brião que venha dos Estados Unidos, para evitar que, de lá, venham mais animais contaminados com o **prion**, com o **scrapie** ou com a proteína degenerativa que dá origem à "vaca louca", para que continuemos com o nosso rebanho sem o risco dessa doença.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos animais produzidos em confinamento. O Brasil confina por ano um milhão e quinhentos mil bois, um número considerável diante de um País que tem uma importância enorme no contexto internacional e que tem como meta exportar US\$2 bilhões, meta esta que agora estará comprometida em função da má notícia que se leva para todas as regiões importadoras do mundo, que, evidentemente, desinformadas, colocarão restrições à carne bovina brasileira.

Precisamos, pois, limpar essa notícia o mais rápido possível da Internet, dos mercados compradores. O Ministro Pratini de Moraes, que se encontra nos Estados Unidos, não deve, desta vez, negociar os nossos interesses e direitos como tem feito o Brasil, com timidez, com muita humildade perante os outros países, não se impondo e não impondo a nossa liderança no contexto internacional.

Os Estados Unidos e o Canadá, responsáveis por grande parte dos subsídios, do protecionismo que tem inviabilizado o desenvolvimento dos países emergentes e subdesenvolvidos do Planeta, fazem também o discurso demagógico de buscar junto a todas as autoridades do mundo o perdão da dívida das nações mais pobres, que não atingem determinado índice na avaliação dos organismos sociais do mundo. É preciso que esses dois países sejam um pouquinho mais sinceros e que tenham a visão de que este US\$1 bilhão de subsídios que destinam todos os dias à agricultura têm inviabilizado os países em desenvolvimento, que dependem fundamentalmente do crescimento das suas agriculturas.

Os Ministros Pratini de Moraes e Celso Lafer não podem negociar desta vez com timidez. Devem pôr na mesa de debate e negociações a nossa incontestável liderança num setor de produção primária, para exigir que os países que agora nos colocam restrições nos dêem explicações técnicas, razões que fundamentem essa decisão, porque não é possível que os pecuaristas brasileiros, as empresas brasileiras, os trabalhadores brasileiros, que ficarão desempregados, possam suportar essa decisão calados.

É preciso que a classe política brasileira reaja a essa retaliação comercial. Ela trará conseqüências gravíssimas a um setor que sobrevive com margens estreitas e que pode vir a ser inviabilizado, porque a carne não exportada para os Estados Unidos, para o Canadá, para a União Européia – que também imporá restrições – e para países da Ásia, também importadores de nossos produtos, terá que ser comercializada aqui dentro, em um mercado saturado. Não porque o povo brasileiro está consumindo carne demais. O nosso consumo per capita, em torno 33, 34 quilos, está muito distante do argentino, que beira os 80 quilos. É preciso considerar que é o poder aquisitivo que limita o consumo da carne em nosso País.

E não haverá mercado consumidor para tanta carne se não obtivermos a vitória na saúde. A legislação passa como técnica, mas é comercial, política, atende apenas aos interesses, cada vez mais gananciosos, de países poderosos que, com protecionismo, com retaliações comerciais, usando a muleta do sistema sanitário mundial, deprimem os setores produtivos e fazem com que países em desenvolvimento não consigam concorrer com os mesmos, que colocam essas restrições.

No Reino Unido, onde o mal da vaca louca realmente atingiu níveis gravíssimos e alarmantes, já são 180 mil animais contaminados, já mortos. Só na Inglaterra, estavam praticamente 80% desse número. Mais de 90 pessoas morreram em função do consumo da carne.

Precisamos ficar realmente em estado de alerta, mas esse estado não deve chegar ao alarmismo, para atender aos interesses comerciais e políticos de países ricos e que deprimem o desenvolvimento de países em desenvolvimento, como o Brasil.

Também precisamos cobrar do Ministério a resposta ao questionário canadense. Há um ano eles aguardam do Brasil a resposta a um questionário elaborado por eles, no qual solicitam informações a respeito do esquema sanitário adotado para o controle da doença. Faz um ano que esse questionário foi feito e o Ministério da Agricultura, segundo agências internacionais, deixou de respondê-lo.

Não que o Canadá, os Estados Unidos e o México tenham razão, mas não se pode dar brecha, uma quítera de argumento àqueles que buscam formas para praticar a retaliação. Ao não informar, o Brasil deu a grande oportunidade esperada pelo Canadá para colocar em prática a retaliação.

Apelo ao Ministro da Agricultura para que ponha em dia as informações do Ministério para que isso

não sirva de argumento para aqueles que estão tentando nos retaliar.

Vamos buscar os nossos direitos na OMC, nos países que compõem o Mercosul. O controle sanitário do Rio Grande do Sul, do Senador José Fogaça, do Norte, principalmente do Centro-Oeste e a Região Sul não perde em nada para o adotado pelo Uruguai, Argentina e muito menos pelo Paraguai. Recentemente, conquistamos o certificado de isenção, de zona livre da febre aftosa, por um trabalho realizado por vários Governos, pela dedicação de pecuaristas que sabiam que para ganhar mercados externos tinham que cuidar da qualidade e da sanidade dos rebanhos. Conseguimos uma qualidade excepcional dos nossos rebanhos. Temos confinamento, alimentamos nos 1,5 milhão de cabeças de gado com ração, mas no comedouro brasileiro do confinamento não entra ração de carne ou ossos de ovinos. Não há possibilidade técnica do **scrapie** ser transmitido do ovino para o bovino senão quando o gado se alimenta de farinha de carne ou de farinha de ossos do ovino e, quanto ao homem, ele não é contaminado ao consumir a carne de ovino. Portanto, aqui não há possibilidade de ocorrer a contaminação do homem.

É preciso esclarecer o fato à opinião pública, porque Estados do Sul, e em especial o Rio Grande do Sul, do Centro-Oeste, do Norte dependem da bovinocultura, que é um componente forte na receita e na geração de empregos. Não podemos permitir que uma notícia infundada e sem critério técnico abale a comercialização de carne brasileira e o mercado externo, levando milhares de pecuaristas brasileiros ao desemprego e ao desespero.

Sr. Presidente, enviarei um requerimento à Mesa convidando o Ministro da Agricultura e ao Ministro Celso Lafer para que esclareçam nossas dúvidas. Devemos eliminar os problemas, mas devemos cuidar para não dar argumentos àqueles que querem nos causar problemas. É preciso que a opinião pública seja bem informada, inclusive pela imprensa, porque, daqui a pouco, até eu ficarei com medo de consumir carne.

Mas não há risco no consumo de carne de ovino. Citarei aqui mais um dado técnico: não há nenhuma possibilidade da transmissão horizontal da doença em bovinos, ou seja, não existe nenhuma possibilidade de uma vaca portadora do mal transmitir a doença a sua cria. Portanto, se tomarmos o cuidado – devemos aqui dar valor ao que está sendo feito pelo Ministério – de não permitir a fabricação de ração a partir de farinha de carne e de ossos, estaremos evitando a proliferação do mal da vaca louca. Se impedirmos –

como o Ministério está fazendo — a importação de animais provenientes de países onde o mal da vaca louca foi identificado, estaremos evitando também o ingresso desse mal em nosso País.

O nosso rebanho está sob controle, Sr. Presidente. Falo isso como técnico e como Senador da República. A classe política brasileira deve unir-se para defender os interesses do País e, neste caso, Sr. Presidente, a nossa soberania.

Encerro repetindo o que disse: na semana passada, um líder francês queimou uma plantação de soja no Brasil; foi aplaudido e muitos o tiveram como herói. Mas somos nós, os brasileiros, que devemos decidir se queremos ou não os transgênicos e o que é melhor para o nosso consumo. A nossa soberania está em jogo novamente, agora com a ameaça dos Estados Unidos, do México e do Canadá ao boicotarem um produto significativo na geração de receita e de emprego em nosso País.

É preciso reagir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Concedo a palavra ao eminente Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Cândido. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Tião Viana. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL — RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, na tarde de hoje ouvimos inúmeros pronunciamentos em que se questionava a globalização, a internacionalização do poder das grandes nações que compõem o G-7. Tomando o final do pronunciamento do Senador Osmar Dias, que me antecedeu, reitero o protesto à ameaça da nossa soberania em vários setores, especialmente no caso do pronunciamento de S. Ex.^a sobre a ingerência dos países que compõem o Nafta — Estados Unidos, Canadá e México —, contrários à aquisição de carne do nosso País. Quero justamente tratar da questão da soberania brasileira, em especial, da ameaça de internacionalização da Amazônia.

Sr. Presidente, tenho reiteradamente me referido a esse assunto na tribuna do Senado Federal, citando alguns pronunciamentos de líderes das nações

mais poderosas do mundo. A ex-Primeira-Ministra Margaret Thatcher, em 1983, afirmou o seguinte: "Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas, vendam suas riquezas, territórios e fábricas". Mikhail Gorbachev, da Rússia, disse: "O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais" — em 1992. François Mitterrand, ex-Presidente da França, falou: "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia" — em 1989. Al Gore, que era Vice-Presidente dos Estados Unidos e que concorreu à Presidência, declarou: "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós" — em 1989. O ex-Primeiro-Ministro da Inglaterra John Major, declarou: "Para dar início à fase operativa que pode definitivamente ensejar intervenções militares na região amazônica, é preciso agir imediatamente" — em 1992. Henry Kissinger, proeminente líder nos Estados Unidos em governos anteriores, disse: "Os países industrializados terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos para garantir a soberania mundial sobre a Amazônia" — em 1994.

Sr. Presidente, essas declarações, por si só, já seriam suficientes para que nós, Congressistas, adotássemos uma atitude mais responsável e séria nessa questão da Amazônia.

Há um Brasil litorâneo com problemas, mas um Brasil relativamente próspero que vira as costas para a Amazônia como a Colômbia o fez com a sua Amazônia. Hoje, a Amazônia colombiana está sob intervenção dos Estados Unidos.

Cito também recente entrevista do Sr. Thomas Skidmore, considerado o maior brasilianista, o maior historiador norte-americano sobre assuntos brasileiros. Em entrevista publicada no **Correio Braziliense**, de 4 de fevereiro, foi feita a seguinte pergunta a ele: "Que avaliação faz da participação dos Estados Unidos no Plano Colômbia?"

Resposta: "Se nossos filhos estão se drogando, a culpa é dos colombianos? Isso é uma loucura! Os Estados Unidos têm uma fé incrível em helicópteros, como se eles fossem a solução para tudo. Agora estão ensinando tiro e táticas de guerrilha ao Exército da Colômbia, mais ou menos como aconteceu em El Salvador. Estão errados, já sabemos que isso não funciona".

Outra pergunta: "A consequência inevitável será a transferência do cultivo e preparo de coca para as fronteiras do Brasil ou da Venezuela?"

Resposta: "Vamos rezar para que isso não aconteça, porque a capacidade do Governo brasileiro

de controlar a bacia amazônica é ridícula. O despreparo é quase total”.

Portanto, a palavra também de um estrangeiro especializado em Brasil, que fala claramente da internacionalização em marcha sobre a nossa Amazônia brasileira.

A revista **Época**, de 13 de novembro do ano passado, publicou, na coluna da jornalista Joyce Pascowitch, a seguinte nota: “Gerard Colby, ex-Secretário de Imprensa da Casa Branca, chega esta semana para falar da internacionalização da Amazônia. Mais que isso, ele dá nome e sobrenome a empresários e instituições brasileiros e americanos envolvidos no plano da CIA para exploração da floresta. O assunto está documentado no livro **Seja Feita a Vossa Vontade**, da Editora Record.”

Uma vez que os Estados Unidos estão presentes na Colômbia, é interessante conhecer a nota publicada na internet pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, sob o título **A Amazônia: Objetivo do Império**: “Os Estados Unidos hipocritamente se colocam como ‘defensores dos direitos humanos e do meio ambiente’, argumentando para o mundo que sua luta é contra o narcotráfico e pelo bem-estar dos seus cidadãos, enquanto desenvolvem sua política imperialista com a finalidade de assumir o controle direto dos recursos existentes na Região Amazônica e outras áreas de interesse estratégico, além de consolidar sua posição política e militar.”

Poderiam dizer que li, até agora, apenas palavras de um movimento considerado de esquerda, um movimento revolucionário, palavras de uma jornalista independente, de um brasileiro. Mas também temos aqui palavras do movimento denominado Movimento para restituir o Brasil aos brasileiros, basicamente constituído de militares da reserva. Diz o seguinte: “Em verdade, nenhum desses acontecimentos é fruto do acaso. São conseqüências de um planejamento centralizado que dispõe de um gigantesco poder econômico e do controle sobre os meios de comunicação e que pretende se transformar, de fato e de direito, num governo mundial hierarquicamente superior a todos os estados-nação que, hoje, existem sobre a terra. Esse grupo, obcecado pelo poder mundial, definiu uma estratégia que está em curso e já se apresenta em diferentes fases de execução em função das diferentes situações locais, regionais ou nacionais. Naturalmente o Brasil, como um estado-nação de importância mundial expressiva não poderia ser ignorado pelas pretensões desse poder mundial”.

Finalmente, Sr. Presidente, quero citar aqui uma entrevista do eminente ex-Governador do Distrito Federal, Professor Cristovam Buarque, que, indagado sobre se era favorável à internacionalização da Amazônia, respondeu:

“Se a Amazônia, sob uma ótica humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço. Os ricos do mundo, no direito de queimar esse imenso patrimônio da Humanidade.

Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado. Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono...

(...)

Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas à França.

Cada museu no mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano”.

Sr. Presidente, desejo portanto, ao citar inúmeras fontes, dizer que devemos tomar medidas urgentes no sentido de colocar um freio ao processo de internacionalização da Amazônia, que não é mais uma ficção, não é apenas medo infundado de algumas pessoas, notadamente da Amazônia, como eu. Há o caso da Colômbia. E não é diferente no Peru, onde o processo está muito avançado, na Bolívia e na Guiana. É preciso colocar um freio nesse processo. De acordo com o Senador Osmar Dias na questão da carne brasileira, devemos impor a nossa soberania e dizer como a Amazônia deve ser explorada, conservada e, sobretudo, desenvolvida em benefício do Brasil e dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Mauro Miranda, que espero seja breve para que possamos também ter a honra de ouvir o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as conseqüências da falta de atenção do Governo Federal para com a situação de empresas e trabalhadores autônomos do setor de transportes estão aí, para quem quiser ver, nos noticiários. Nesse final de janeiro, foram os caminhoneiros que resolveram parar, cansados de esperar solução para o problema da baixa rentabilidade de sua atividade.

De fato, os custos crescentes com combustíveis e pedágios, aliados aos custos com a manutenção de seus veículos, com frequência estragados pelo mau estado das estradas, para não falar nos riscos de roubos e até assassinato em que incorrem pelo simples fato de estarem rodando por nossas rodovias, formam um quadro terrível para esses profissionais. Quadro logicamente agravado pelo aumento dos prêmios dos seguros que precisam pagar para trabalhar com alguma segurança contra imprevistos.

Isso acontece logo a essa gente que tem sido responsável, nas últimas décadas, por uma parcela significativa de nossa matriz de transporte de mercadorias! Essa gente que leva às costas a riqueza da produção agrícola e industrial do País!

No outro lado da balança, o valor dos fretes está congelado, o que faz com que a lucratividade dessa atividade tenha caído a níveis insuportáveis. Por mais inconveniências que nos cause essa paralisação – a nós cidadãos que precisamos comprar nossos alimentos e artigos de consumo diário –, precisamos manifestar nossa solidariedade a essa categoria profissional cuja vida é tão mal compreendida quanto é romaneada pelos meios de comunicação de massa.

Contudo, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais desconhecida e tão injustiçada quanto a categoria dos caminhoneiros é a dos revendedores de combustíveis – os donos de postos de serviços –, sobretudo os de postos instalados à beira das rodovias de nosso País. Responsáveis também pelo funcionamento daquela que é, hoje ainda, a principal modalidade de transportes do País por fornecerem o combustível, os lubrificantes e outros suprimentos aos caminhoneiros, os revendedores de combustíveis enfrentam em seu dia-a-dia inúmeras dificuldades resultantes da falta de uma política para o setor e de toda sorte de demandas administrativas, tanto por parte do Governo Federal quanto de alguns governos estaduais.

Ninguém se surpreenda caso, em algum momento dos próximos meses, seja a vez desse setor de paralisar suas atividades. Será necessário que tenhamos outra paralisação do transporte rodoviário antes de tomarmos as medidas cabíveis para corrigir as distorções de mercado que afligem o setor? Espero sinceramente que não!

A iminência de uma greve está explicitada no boletim de janeiro de 2001 do Sindicato Setorial de Goiás. Ali estão mencionados os esforços que a Federação dos Sindicatos de Revendedores de Combustíveis (Fecombustíveis) tem feito em vão para sensibilizar autoridades governamentais para a situação crítica em que

se encontram os revendedores de combustíveis no País, forçados que estão a trabalhar com margens estreitíssimas de lucro. Margens estreitas, sim. Isso os surpreende? Para se ter uma idéia de quão apertadas estão as margens de lucro dos donos de postos de combustível é suficiente informar que, em 1994, quando da implementação do Plano Real, o diesel custava aos revendedores R\$0,3019 e o preço na bomba era de R\$0,363, o que resultava em uma margem de 20,23%. Hoje, os números são os seguintes: R\$0,7504 centavos pagos às distribuidoras e R\$0,819 de preço ao consumidor final, ou uma margem de 9,14%. Houve uma queda de quase 55% da margem relativa.

Apesar de sua baixa lucratividade do setor, o Governo de Goiás decretou um aumento da alíquota do ICMS incidente sobre o diesel de 17% para 18%, custo que não pode ser repassado ao consumidor. Em Minas Gerais e em Tocantins, Sr. Presidente, Estado de V. Ex^a, a alíquota é de 17%, no Distrito Federal, de 12%. O usuário das estradas que atravessam Goiás, portanto, pode encher o tanque antes da divisa, atravessar o Estado e deixar para reabastecer após entrar em outra unidade da Federação. Perdemos os donos goianos de postos de abastecimento, mas perde também e, sobretudo, o Estado de Goiás, que vê reduzida sua arrecadação potencial. Redução causada por sua própria ganância em arrecadar mais, à maneira do granjeiro apressado da fábula infantil, que mata a galinha que lhe fornecia, diariamente, um ovo de ouro.

Reparem bem, Sr^{as} e Srs. Senadores: a cada litro de gasolina vendido em Goiás, a um preço médio de R\$1,7325, os governos estadual e federal recolhem, no atacado, R\$0,45; a margem dos revendedores retalhistas não pode ultrapassar os R\$0,15 – ou três vezes menos, apesar de enfrentarem, por sua conta, todos os riscos inerentes a seu negócio.

Por outro lado, os consumidores fazem exigências cada vez maiores, como aceitação de pagamento por cheque e cartão de crédito, tomadas elétricas para câmaras frigoríficas, fornecimento de pneu, guincho e outros serviços. É como se os postos tivessem de ser supermercados de serviços rodoviários.

Apesar desse quadro em que as maiores dificuldades são produzidas pela falta de planejamento por parte do Governo, o Ministério Público e o Procon vêm, repetidamente, acusando o setor de falcatruas contra a economia popular e produzindo, a partir de irregularidades cometidas por uma minoria desonesta, uma imagem negativa para todos os empresários do setor.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por tudo isso, creio ser justo o pleito dos empresários do setor por

mais atenção da parte do Governo. Não será mais acertado agir em vez de deixar a crise estourar? Prevenir, em lugar de remediar?

Sr. Presidente, eram essas as minhas ponderações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concede a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy por cinco minutos, caso V. Ex^a queira utilizar esse tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo eu avisado no momento em que cheguei ao plenário que gostaria de usar da palavra e tendo sido chamado para tal, gostaria que houvesse a necessária condescendência e prorrogação da sessão para que eu possa concluir o pronunciamento sobre a questão do sigilo bancário.

Nos últimos anos, a questão do sigilo bancário tem sido objeto de extensa controvérsia no Brasil, especialmente entre juristas e tributaristas. No final de 2000, o Congresso aprovou um projeto de lei que disciplina o dever de sigilo das instituições financeiras e define as hipóteses em que pode haver seu levantamento. O ponto essencial, como se sabe, é aquele que permite à autoridade tributária, sob determinadas condições, o acesso aos registros bancários e financeiros do contribuinte, independentemente de autorização judicial prévia.

Depois da votação no Congresso, a controvérsia continuou. Há os que temem o abuso do poder por parte da Receita Federal e dos fiscais. A constitucionalidade dessa lei está sendo questionada pela Confederação Nacional do Comércio, pelo Partido Social Liberal e pela Confederação Nacional da Indústria. Em breve, o Supremo Tribunal Federal terá de se pronunciar a respeito. Não me parece que essas críticas tenham muito fundamento, em especial o argumento da inconstitucionalidade da quebra do sigilo bancário. Lembro que essa é uma posição antiga do Partido dos Trabalhadores, sempre favorável a que as autoridades tributárias, respeitados os direitos individuais, tivessem acesso a dados bancários de contribuintes suspeitos de evasão fiscal. Há muito tempo, entendemos que uma concepção inflexível do sigilo bancário tem funcionado como uma barreira importante no combate à sonegação dos impostos e das contribuições.

Em 1995, fui um dos autores de uma proposta de reforma tributária que o Partido dos Trabalhadores apresentou. Depois de longa discussão na Bancada e em diversas outras instâncias partidárias e depois de consultas detalhadas a especialistas externos, chega-

mos a uma proposta abrangente, que se referia expressamente à questão da quebra ou da flexibilização do sigilo em termos bastante próximos aos que aprovamos aqui no Congresso Nacional em fins do ano passado.

Na que ocasião, o PT chegou a um documento final e a uma Proposta de Emenda à Constituição que se referia ao problema do sigilo nos seguintes termos: “Informações de fundamental relevância para a fiscalização estão registradas nas transações do sistema financeiro, mas estão muitas vezes fora do alcance da administração tributária, em função de uma aplicação excessivamente rígida do preceito do sigilo bancário. Essa rigidez se apóia em interpretações capciosas do art. 5º da Constituição e da legislação infraconstitucional. Deve-se garantir ao Fisco o acesso aos registros bancários e financeiros para facilitar a conclusão de inquéritos administrativos já instaurados”.

No que diz respeito à legislação infraconstitucional, o PT de 1995 propunha fazer as alterações necessárias para evitar que o acesso da administração tributária aos registros financeiros ficasse condicionado ao processo judicial. Por outro lado, frisávamos que “a flexibilização do sigilo bancário para fins de fiscalização requer a estrita observância do sigilo fiscal, isto é, deve ser acompanhada de medidas que responsabilizem criminalmente servidores do Fisco que permitam o vazamento de informações ao público ou façam uso delas para fins de interesse pessoal ou político”.

Creio que esses princípios continuam válidos e foram discutidos na legislação recém-aprovada pelo Congresso Nacional.

Em 1995, o PT propunha também que se fizesse uma emenda à Constituição para especificar que a administração tributária poderia ter acesso às informações financeiras do contribuinte, nos termos da lei, respeitados os direitos individuais. Revendo a questão, parece-me que a emenda é desnecessária ou redundante. São suficientes as modificações na legislação infraconstitucional que aprovamos no final do ano passado.

Esse aspecto foi muito bem esclarecido pelo tributarista Osires Lopes Filho, ex-Secretário da Receita Federal, em artigo publicado recentemente pelo **Correio da Cidadania**. A Constituição de 1998, frisa o ex-Secretário, já consagra a quebra do sigilo. O art. 145, depois de definir a personalização dos impostos e a capacidade econômica do contribuinte como princípios básicos da tributação, estabelece, logo em seguida, que “é facultado à Administração Tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e,

noster mos da lei, o patrimônio, rendimento e atividades econômicas do contribuinte".

Ora, depósitos bancários e aplicações financeiras são, evidentemente, parte do patrimônio do contribuinte. Os juros correspondentes são parte do seu rendimento.

No entanto, frisamos na proposta apresentada pelo PT, em 1995, para dificultar o acesso da fiscalização às informações bancárias sem se apelado reiteradamente com sucesso para o art. 5º, inciso XII da Constituição Federal. É uma interpretação muito forçada, uma vez que esse inciso se refere especificamente à inviabilidade do direito ao sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, e não a registros bancários.

Além disso, como notou Osires Lopes Filho, "a inviolabilidade dos dados, se é que essa expressão abrange depósitos bancários e aplicações financeiras, já está sob controle do Fisco. Afinal, dos contribuintes do Imposto de Renda, todos os anos, apresentam declaração patrimonial em que incluem essas observações referidas a 31 de dezembro".

Outra contribuição significativa ao debate da questão foi dada pelo Presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Roberto Setubal, em entrevista à **Folha de S. Paulo** do último dia 19 de janeiro. Nessa entrevista, o Presidente da Febraban abordou a questão do sigilo sob outro ângulo que não o jurídico-constitucional. Falando em nome próprio, e não em nome da Instituição que preside, Roberto Setubal declarou que é essencial que se dê ao Governo "meios para ele desenvolver um projeto social que todos nós reclamamos no Brasil. Portanto, acho importante que a Receita Federal tenha os meios para cobrar e fiscalizar os impostos que são devidos e necessários para esse projeto social para o País. Sem dar os meios para o Governo aumentar o salário mínimo e ampliar o atendimento à saúde e à educação, é muito difícil chegarmos ao país que almejamos". Quero ressaltar que a Febraban não tomou iniciativa semelhante à da CNC e à da CNI de questionar a constitucionalidade da quebra do sigilo para fins de fiscalização.

Questionado pela **Folha de S. Paulo** se o projeto não traria o risco de aumentar o Imposto de Renda, Roberto Setubal deu a resposta que me parece adequada: "O Imposto de Renda talvez seja o mais justo. Trata-se de um imposto progressivo. Esse imposto tem uma participação relativamente pequena sobre o PIB, talvez até pela dificuldade em monitorá-lo e cobrá-lo. Então, acabam ocorrendo todos os problemas que conhecemos e reclamamos de impostos em cascata e de uma série de contribuições e impostos exa-gerados em algumas atividades".

Essas afirmações são inteiramente compatíveis com as propostas que o PT tem defendido desde 1995. Acrescentaria, entretanto, que o nosso entendimento é que a progressividade do Imposto de Renda é ainda muito limitada no Brasil e poderia perfeitamente ser aumentada. Lembro que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, desde 1994, e antes mesmo quando era Ministro da Fazenda, na verdade, diminuiu a progressividade. Agora é fato que o baixo peso do Imposto de Renda e de outros tributos diretos acabam levando a uma dependência excessiva de tributos indiretos, inclusive em cascata ou cumulativos.

Concordamos com Roberto Setubal quando ele afirma, na mesma entrevista, que "se dermos condições à Receita para que ela possa cobrar o Imposto de Renda de forma mais adequada, o País terá dado outro salto fantástico de qualidade em termos de arrecadação. A arrecadação do Imposto de Renda é muito mais justa para a economia. Mantém a economia competitiva e é favorável à distribuição de renda". De fato, os tributos indiretos costumam ser regressivos, isto é, oneram proporcionalmente mais os setores de baixa renda. E os tributos cumulativos prejudicam a competitividade internacional das empresas brasileiras, tanto nos mercados externos como no mercado interno, na competição com importações.

Roberto Setubal recorda também que, até o ano de 1994, a Receita Federal podia ir direto aos bancos e solicitar informações. Em 1994, a questão foi levada ao STJ, e decidiu-se que a Receita teria que ir por meio do Judiciário.

No mundo, observa Setubal, há vários exemplos de países, como França e Estados Unidos, que têm mecanismos que possibilitam à Receita obter informações diretas dos bancos. No caso do Brasil, diz ele, não houve abuso até 1994, e hoje, com o processo muito mais policiado e controlado pelo decreto recentemente assinado pelo Presidente da República, ele não vê razões para maiores preocupações.

Em suma, é com satisfação que registro o fato de posições tradicionalmente defendidas pelo meu Partido e outros setores de Oposição estarem sendo aceitas pelo Governo e por outros setores da opinião pública. Quanto mais essa discussão se consolidar, mais próximos estaremos de um sistema tributário eficaz e justo.

Quero registrar também o Ato da Mesa do Senado Federal, publicado na semana passada, que regulamenta a tramitação de requerimento de informação, inclusive tendo em vista a edição da Lei Complementar nº 105, de janeiro de 2001. Fica claro que um Senador ou Comissão poderá requerer informação sigilosa referente a operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras, especificando-se sempre o fundamento sobre a importância da informação solicitada a Ministro de Estado ou ór-

ção diretamente subordinado à Presidência. O Ato deixa claro a necessidade de prazos para exame e votação da Comissão de Constituição e Justiça, bem como para a deliberação do Plenário do Senado Federal. Reitera o prazo de trinta dias para o Ministro de Estado responder, bem como disciplina a forma como os Senadores devem tratar as informações sigilosas.

A partir de agora – e isso é da maior relevância, Sr. Presidente, Srs. Senadores –, o Senado terá um meio mais eficaz de solicitar informações relevantes para que possamos bem cumprir nosso dever constitucional de fiscalizar os atos do Executivo.

Permita-me, Sr. Presidente, na minha conclusão, dizer, da mesma forma como V. Ex^a e os demais Senadores que hoje aqui falaram, que todos estamos muito empenhados em que a decisão que tomaremos no próximo dia 14 seja no sentido de fortalecer a instituição, o Senado Federal e o Congresso Nacional, para que todos possamos estar aqui exercendo, da melhor maneira possível, os nossos deveres constitucionais de bem representar o povo, fiscalizar os atos do Executivo, dando exemplo na nossa própria Casa e legislar.

Na última quinta-feira, em visita ao Senador Jader Barbalho, propus a S. Ex^a, como candidato indicado pelo seu partido, o PMDB, assim como ao Senador Jefferson Péres, indicado pelo Bloco de Oposição, que ambos possam, se possível amanhã, realizar neste plenário a exposição sobre os seus propósitos como candidatos à Presidência da Casa. Nunca tivemos, desde que estou aqui, uma exposição prévia dos candidatos à Presidência do Senado sobre seus planos, programas e propósitos, de maneira que cada Senador e cada Partido pudessem com eles dialogar. Dessa forma, eu gostaria de informar que o Senador Jader Barbalho aceitou a proposição, e o Senador Jefferson Péres, amanhã, estará aqui expondo seu plano, e nós, do Bloco da Oposição, o estaremos apoiando e expondo aquilo que acreditamos que prevalecer para que as coisas aqui se dêem sempre da maneira mais transparente possível. O Senador Jader Barbalho também assim se pronunciou.

Eu gostaria de informar aos meus colegas que não puderam estar em São Paulo que fiz ontem uma visita ao ex-Presidente e Senador José Sarney, que, depois de ter sido submetido a uma operação para retirar cálculos da vesícula, está bem melhor, apesar das fortíssimas dores que sofreu – quem sabe até em função de toda a tensão que acabou sendo canalizada sobre S. Ex^a, mas que, em verdade, pesa também sobre todos nós, os 81 Senadores.

O Senador José Sarney, felizmente, já deve ter recebido alta, segundo confirma o Senador Carlos Patrocínio. Portanto, deve estar vindo para Brasília e poderá se recuperar, em casa, da cirurgia que sofreu, podendo, quem sabe, estar aqui no dia 14, partici-

do conosco não apenas da eleição, mas da decisão que todos teremos a responsabilidade de tomar. Queremos crer que ainda possa surgir um entendimento que fortaleça o Senado, com o maior consenso possível.

O debate que ambos os candidatos, Jefferson Péres e Jader Barbalho, se propõem a fazer certamente irá ser de grande proveito para a nossa Casa. Faço o anúncio de que ambos aceitaram aqui estar para que assim possamos ouvir as plataformas de cada um.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Senador Eduardo Siqueira Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo, Sr. Presidente, levar ao conhecimento desta Casa e, simultaneamente, fazer uma rápida análise, sobre a situação dos Estados, e de meu Estado do Tocantins especificamente no que se refere a sua adequação aos limites de gastos públicos, especialmente no setor de pessoal, impostos pela atual Legislação, e de modo específico pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Valho-me da reportagem publicada pelo **Jornal Folha de S. Paulo**, durante o período de recesso, em data de 15 de janeiro último, com base em dados fornecidos pelo BNDES, e das próprias Secretarias Estaduais da Fazenda.

Segundo esses dados, em pelo menos 21 Estados, dos 25 que foram analisados, o limite de gastos com pessoal, estabelecido pela LRF não vem sendo cumprido.

O percentual de gastos, em 21 Estados, varia para mais do índice estabelecido, em todos ou em algum dos poderes, uma vez que a lei fixa percentuais para cada Poder, em 21 Estados, situando-se abaixo (em todos os Poderes) em apenas quatro: Amazonas, Ceará, Bahia e o Estado do Tocantins. No Rio Grande do Sul – o Estado onde o índice geral alcança o mais alto percentual, o gasto com pagamento de pessoal chegou, em 1999, a 80,40%, situação que ainda não se modificou, segundo admite o Governador daquele estado.

No Estado do Tocantins, Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, os gastos com pessoal situam-se em apenas 37,23% da receita líquida do Estado, sendo o menor gasto percentual entre todos os Estados brasileiros. É de se ressaltar que esse baixo índice ocorre em consequência dos percentuais aplicados aos três Poderes e ao Ministério Público, todos mantidos bem abaixo do exigido pelos dispositivos legais.

Assim é, Sr. Presidente, que os gastos do Executivo no item Pessoal, atingem apenas 31,16% da receita líquida. Os gastos do Legislativo se situam em

2,37%. No Judiciário, em 2,7%; e, no Ministério Público, em apenas 1,23%.

Atenho-me agora, Sr. Presidente, aos dados referentes ao meu Estado, onde, graças ao severo controle de gastos com as atividades meio, o Governado estadual tem conseguido uma poupança que se aproxima dos 60% da Receita Líquida, integralmente destinada a investimento.

Essa severa política de contenção de gastos, explica o Governador Siqueira Campos, resulta no aumento da capacidade de investimento do Estado sob dois aspectos:

O primeiro, em função da aplicação de recursos do próprio Estado, sustentados por um sistema de arrecadação em contínuo aperfeiçoamento.

O segundo, decorrente da capacidade de endividamento do Estado, resultado da confiança na solidez de sua economia e em sua capacidade de honrar as contrapartidas, compromissos que têm sido mantidos rigorosamente em dia.

Deve-se isso, Sr. Presidente, ao extraordinário processo de desenvolvimento que se verifica no meu Estado, rasgado por rodovias de primeira qualidade, de norte a sul, com índices de educação, saúde e bem-estar que se aproximam dos melhores índices brasileiros, caracterizando-se ainda, pela capacidade de atrair iniciativa privada para dinamizar os setores produtivos e a infra-estrutura, da qual a construção da Usina Luiz Eduardo Magalhães pela iniciativa privada, se constitui no melhor exemplo.

De outra parte, graças a essa política racionalizada, o governo do Estado tem conseguido manter rigorosamente em dia seus compromissos financeiros com o funcionalismo, inclusive concedendo reajustes salariais, que, deverão acontecer novamente nos próximos meses.

Mesmo com esses reajustes previstos, a folha de pagamento total deverá situar-se, no primeiro momento, em apenas 42% da receita líquida do Estado, devendo regredir a números próximos aos atuais, com o crescimento da arrecadação.

Quero concluir, Sr. Presidente, alertando o País e esta Casa, de que a administração responsável e controlada é possível. Sei que o Estado do Tocantins leva a vantagem de não ter herdado uma máquina viciada, fruto de uma cultura clientelista, que tem caracterizado o país.

Ora, o meu Estado poderia ter seguido esse mau exemplo, como eventualmente possa ter ocorrido em outros Estados de criação igualmente recente. Não o fez. Preferiu optar pelo caminho da austeridade, do bom desempenho da função pública, do exer-

cício da autoridade com responsabilidade e senso de serviço público **de servir ao público**.

O povo do Tocantins recebe os frutos desse esforço e o Estado, que jamais desejou ser apontado com exemplo para ninguém, se constitui, no entanto, numa realidade concreta que comprova que é possível realizar uma administração responsável e eficaz em favor do desenvolvimento do país e da melhoria contínua da qualidade de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Eu gostaria de usar da palavra, Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar a sessão. Fiz sinal para me inscrever para esse fim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Lamento, eminente Senador José Fogaça; fomos tolerantes com o Senador Eduardo Suplicy, mas a sessão do Senado Federal já se extinguiu às 18h33min. Se V. Ex^a tem uma questão de ordem de extrema importância...

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Sr. Presidente, não tenho uma questão de ordem e não tenho nenhuma pretensão de violar o Regimento. Entre mim e o Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a dá preferência a que S. Ex^a viole o Regimento, impedindo-me de falar. V. Ex^a exerce a Presidência da forma como bem lhe convier.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nobre Senador José Fogaça, o eminente Senador Eduardo Suplicy estava devidamente inscrito. Teve o seu nome chamado, mas não estava no momento e, por isso, foi chamado na repescagem.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Acenei daqui a V. Ex^a no sentido de que eu desejava falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Infelizmente, não captei esse sinal.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Talvez porque há muitos Senadores no plenário, e V. Ex^a não conseguiu diferenciar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A sessão já havia se esgotado, eminente Senador. Não há nada contra V. Ex^a. Sei que to do teriam muita vontade de ouvi-lo, mas, infelizmente, já extrapolamos, e muito, o tempo da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 47 minutos.)

BRASIL

acompanham o desenvolvimento de cada criança, orientam suas mães e coordenam a produção da multimistura, um complemento alimentar que muitos chamam de "farinha milagrosa". Em geral preparada com trigo, arroz, milho, semente de abóbora, folha de mandioca e casca de ovos, a multimistura varia de acordo com a região. No Amapá, por exemplo, costuma ser enriquecida com açaí. Associada a outras ações, como campanhas de aleitamento materno, a fórmula vem alcançando resultados surpreendentes. Nas comunidades onde a pastoral atua, o índice de mortalidade infantil é 60% menor do que no resto do País. Entre os meninos atendidos, a taxa de desnutrição gira em torno de 7%, contra 16% da média nacional.

O mais surpreendente, porém, é o custo total do programa: R\$ 0,86 mensais por criança. "Se esse trabalho fosse realizado pelo Ministério da Saúde, custaria 20 vezes mais caro", estima o ministro José Serra, que é economista. "Só para começar, há 145 mil pessoas trabalhando de graça." Entusiasta da ação da pastoral, no ano passado Serra dobrou a verba que o órgão repassa à organização. Foi também ele quem idealizou a indicação para o Nobel, encaminhada pela Presidência da República. Sinal dos tempos... Outros dois brasileiros indicados para o Nobel eram ferrenhos adversários do governo. Em 1970, concorreu dom Hélder Câmara, à época arcebispo de Olinda e Recife, que os militares alcunharam de "bispo vermelho". Em 1989, foi a vez do então arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, um dos 12 irmãos de Zilda.

A mudança no relacionamento com o poder, aparentemente, não afeta Zilda. Questionada se a pastoral não poderia "virar governo" na esteira das articulações para o Nobel, ela não titubeia.

"Deus que o livre", reage. "Não somos nem queremos ser governo, mesmo porque fazemos trabalhos complementares." A principal diferença, acredita a médica, é a capacidade que a sua turma tem de chegar às famílias através do afeto. Nascida há 66 anos em Forquilha, uma cidade fundada por seu pai em Santa Catarina, Zilda lembra que a comunidade de origem alemã era movida pela autogestão. "Só soube que existia governo aos 11 anos, quando vim estudar em Curitiba", lembra. Na mesma época,

Paraguai, Peru e Venezuela. O próximo da lista é o Timor Leste, país asiático recém-saído de uma guerra civil, que a médica acaba de visitar. "As marcas da destruição estão por todo lado, mas o que de fato me impressionou foi a esperança e o sorriso do povo de lá", conta Zilda. Ainda este mês, o ministro da Saúde do Timor Leste, Jacob Filomeno, desembarca no Brasil para conhecer de perto a ação da pastoral.

Desafio - Hoje instalada em uma sede com mais de três mil metros quadrados de área construída, a pastoral começou em setembro de 1983, no consultório que Zilda mantinha nos fundos de sua casa, em Curitiba. Meses antes, dom Paulo recebera do então diretor executivo do Unicef, James Grant, a sugestão de combater a mortalidade infantil com trabalhos preventivos. O religioso repassou o desafio à irmã médica. À época, Zilda trabalhava de dia na rede de saúde pública e atendia pacientes particulares à noite. Com cinco filhos, ela ficara viúva pouco tempo antes, quando o marido sucumbira a um infarto ao salvar uma criança que se afogava.

No começo, a pediatra conseguiu conciliar todas as atividades. Depois, teve de parar de atender pacientes particulares. Aos

poucos, como no conto *A casa tomada*, de Julio Cortázar, Zilda e seus filhos tiveram o espaço limitado no próprio lar. Primeiro, a construção dos fundos ficou pequena para a pastoral, que passou a usar um cômodo da casa da frente. "Com o tempo, fomos ocupando cada vez mais cômodos até a doutora ter de se mudar com a família para um apartamento", conta a economista Rubia Pappini, 36 anos, os 12 últimos trabalhando na pastoral. A elegante Zilda, que tem cinco irmãos religiosos, possui também um acentuado lado missionário. ■



Zilda em 1938, quando os Arns se reuniram e Paulo Evaristo ainda era seminarista. À dir., ela, pouco depois de ver a pobreza pela primeira vez



teve seu primeiro contato com a pobreza. Ainda no trem que a levava para a capital paranaense, percebeu que as casas à beira da estrada não tinham hortas nem pomares. "Quando muito, havia uma cabra amarrada no madeirame", diz.

Forquilha ficou para trás, mas a disposição de Zilda em ajudar no combate à pobreza parece interminável. A partir de treinamentos organizados pela Pastoral da Criança, trabalhos similares já estão sendo feitos em outros dez países: Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Argentina, Bolívia, Chile, Equador,

ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO
Nº 01, DE 2001

Fixa o Calendário de Aquisições do Senado Federal e institui o sistema de solicitações de bens permanentes e de consumo, por via do correio eletrônico.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e, em razão da necessidade de dotar a Administração do Senado Federal de mecanismos que possibilitem o melhor planejamento e maior agilidade no processamento das aquisições de bens permanentes e de consumo,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a modalidade de solicitações via correio eletrônico, para aquisição de bens permanentes e de consumo, próprios da Subsecretária de Administração de Material e Patrimônio, da Subsecretaria de Engenharia e da Subsecretaria Técnica de Eletrônica.

Art. 2º - As solicitações de aquisição de mobiliário em geral e de eletrodomésticos deverão ser encaminhadas à Subsecretária de Administração de Material e Patrimônio, impreterivelmente, até o dia 05 de março, para as aquisições a serem realizadas no primeiro semestre do ano em curso; e até 05 de julho, para aquelas a serem ultimadas no decorrer do segundo semestre.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.


Senador Ronaldo Cunha Lima
Primeiro Secretário do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 72 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e de acordo com o Processo nº 001293/01-0,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 63/2001, que nomeou **ARI ALVES FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Fernando Matusalém.

Senado Federal, em 05 de fevereiro de 2001



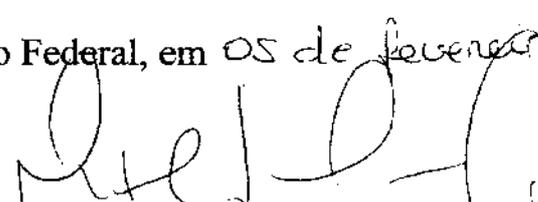
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 73 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001294/01-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HELMA SANTANA AMORIM**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Matusalem.

Senado Federal, em 05 de fevereiro de 2001

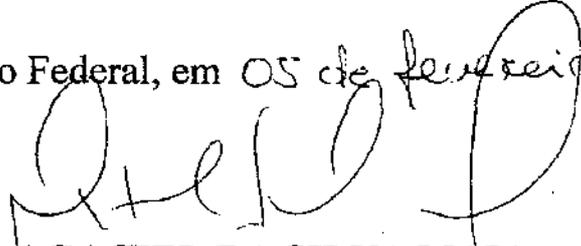

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 74 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001296/01-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **KEILA APARECIDA MENDES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Matusalem.

Senado Federal, em 05 de fevereiro de 2001


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 75, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001321/01-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RICARDO MÁRCIO CAMARGOS**, matrícula n.º 31293, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador José Alencar.

Senado Federal, em 05 de fevereiro de 2001



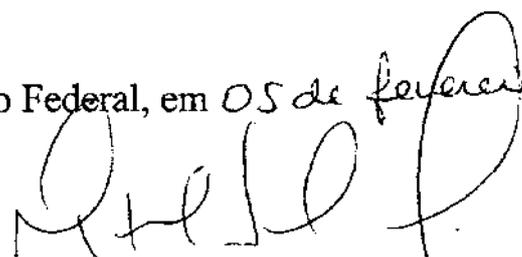
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 76 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016510/00-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SAMIR DE CASTRO HATEM**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Marluce Pinto.

Senado Federal, em 05 de fevereiro de 2001

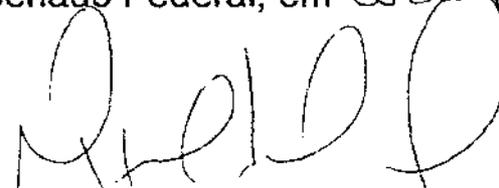

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 77 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral 1334/2000, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 2246, de 22/12/2000, que nomeou **SARMIR DE CASTRO HATEM**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Marluce Pinto, em virtude de não haver tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei 8.112/90.

Senado Federal, em 05 de fevereiro de 2001



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 78 , DE 2001

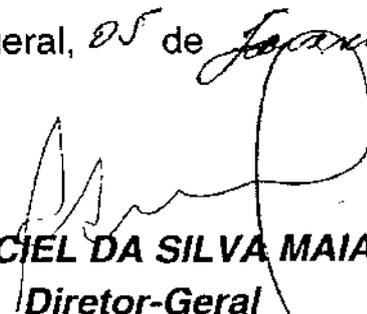
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 001003/01-1,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ALOYSIO NOVAIS TEIXEIRA, matrícula nº 3727 e LUIS IGNÁCIO MORENO FERNANDEZ, matrícula nº 3941, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 004/01, celebrado entre o Senado Federal e a XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de *fevereiro* de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

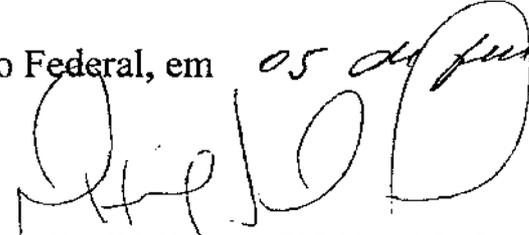
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 79 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 001372/01-7 e 001373/01-3,

R E S O L V E exonerar **MAXIMILIANO FONSECA DE SOUZA**, matrícula n.º 30484, do cargo de Assessor Técnico, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência e nomeá-lo, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Melo.

Senado Federal, em

05 de fevereiro de 2001.

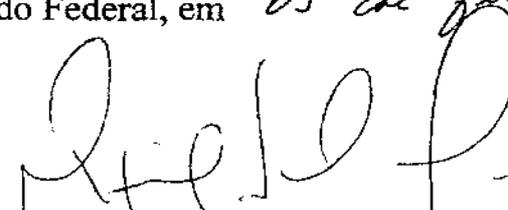

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 80, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001383/01-9,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LINDINOR SÁ LARANJEIRAS**, matrícula n.º 31159, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Geraldo Cândido.

Senado Federal, em *05 de fevereiro de 2001.*

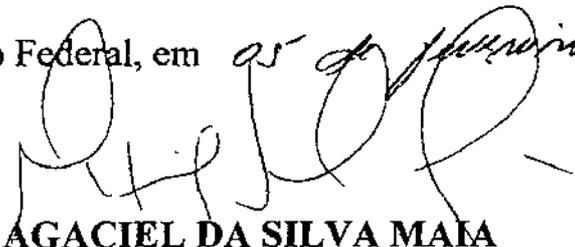

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 8/ , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001295/01-2,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GILMAR DE PAULA E SILVA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Matusalem.

Senado Federal, em *05 de fevereiro de 2001.*

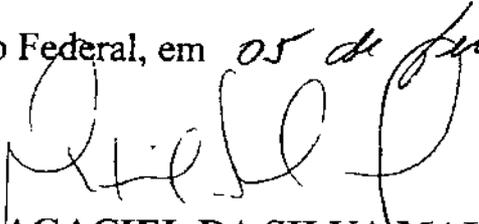

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 82 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001320/01-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AELTON JOSÉ DE FREITAS**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Alencar.

Senado Federal, em *05 de fevereiro de 2001.*

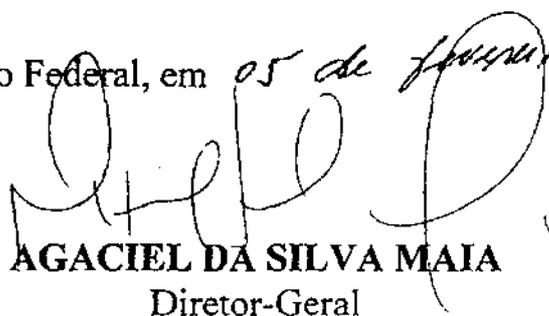

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 23 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001382/01-2,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SÁVIO JOSÉ BONES TEIXEIRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Cândido.

Senado Federal, em 05 de fevereiro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral